

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA (RFEPECT)
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD DO INSTITUTO FEDERAL
DE SANTA CATARINA (CERFEaD/IFSC)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
EM REDE NACIONAL (PROFEPT)**

JULIANA NOVO PACCOLA YUKIMURA

**CURSO ONLINE DE ORÇAMENTO PÚBLICO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FEDERAL**

Florianópolis/SC

2021

JULIANA NOVO PACCOLA YUKIMURA

**CURSO ONLINE DE ORÇAMENTO PÚBLICO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Santa Catarina – Cerfead, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Nilo Otani, Dr.

Florianópolis/SC

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Yukimura, Juliana Novo Paccola
Curso online de orçamento público para os servidores técnico-administrativos de uma instituição pública de ensino federal / Juliana Novo Paccola Yukimura ; orientação de Nilo Otani. - Florianópolis, SC, 2021.
159 p.

Dissertação (Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado)
- Instituto Federal de Santa Catarina, Centro de Referência em Formação e Educação à Distância - CERFEAD. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Departamento de Educação à Distância.
Inclui Referências.

1. Educação a distância. 2. Curso online. 3. Orçamento público. I. Otani, Nilo. II. Instituto Federal de Santa Catarina. Departamento de Educação à Distância. III. Título.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JULIANA NOVO PACCOLA YUKIMURA

**CURSO ONLINE DE ORÇAMENTO PÚBLICO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Santa Catarina – Cerfead, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Florianópolis, 19 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 Roberta Pasqualli
Data: 03/09/2021 19:13:46-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Nilo Otani, Dr. - Orientador
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Documento assinado digitalmente
 Roberta Pasqualli
Data: 03/09/2021 19:13:02-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof.^a Roberta Pasqualli, Dra. - Membro Interno
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Documento assinado digitalmente
 Fernando Richartz
Data: 03/09/2021 16:38:03-0300
CPF: 055.736.559-73
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Fernando Richartz, Dr. - Membro Externo
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA
CATARINA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



JULIANA NOVO PACCOLA YUKIMURA

**CURSO ONLINE DE ORÇAMENTO PÚBLICO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FEDERAL**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 19 de agosto de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
Roberta Pasqualli
Data: 03/09/2021 19:14:17-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Nilo Otani, Dr. - Orientador
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)



Documento assinado digitalmente
Roberta Pasqualli
Data: 03/09/2021 19:14:46-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof.^a Roberta Pasqualli, Dra. - Membro Interno
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)



Documento assinado digitalmente
Fernando Richartz
Data: 03/09/2021 16:38:19-0300
CPF: 055.736.559-73
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Fernando Richartz, Dr. - Membro Externo
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

O caminho até a defesa de mestrado nunca é trilhado só, são muitas pessoas que fazem parte desta caminhada, sem as quais a conclusão do projeto não seria possível.

Agradeço primeiramente a meu pai, Carlos Alberto Paccola, e minha mãe, Eluise Vieira Novo Paccola (*in memoriam*), pelo carinho, incentivo aos estudos, todos os sacrifícios feitos ao longo de anos de criação e investimentos financeiros em minha educação.

Ao meu esposo, Yuri Silveira Yukimura López, por sempre estar ao meu lado, incentivando-me e lembrando-me nos momentos de incertezas de que eu sou capaz de finalizar tal desafio.

Ao Professor Nilo Otani, que é a personificação da palavra servidor público, que faz pelos estudantes mais do que é de sua incumbência, mesmo que para isso tenha uma carga de trabalho maior do que deveria. Obrigada por dividir seus talentos comigo, tornando essa dissertação de mestrado possível!

À Professora Roberta Pasqualli, coordenadora do mestrado, uma pessoa sempre disposta a ajudar os estudantes, que busca o melhor para este programa e o coordena com verdadeiro primor.

À Daiana Colombo, minha colega de mestrado, que se tornou uma amiga. Juntas, participamos de aulas, realizamos trabalhos acadêmicos e pudemos compartilhar as angústias envolvidas na empreitada.

Ao Fábio Lopes, também colega do mestrado, sempre disposto a ajudar e compartilhar seus materiais, facilitando assim minha jornada no mestrado. Uma pessoa deveras generosa!

Aos demais colegas de turma do mestrado, uma turma verdadeiramente agradável, calorosa e amiga! Obrigada a todos pelos ensinamentos compartilhados e pelos momentos vividos.

Aos colegas de trabalho na Superintendência de Orçamento, que participaram ativamente desta pesquisa, dando-me incentivos e orientações para a melhor realização deste trabalho, além de serem tolerantes com minhas ausências, necessárias durante a jornada do mestrado. Muito obrigada, Gleci Facco, Letícia Souza, Mariana Wagner e Otávio Berlanda!

Um agradecimento especial ao Otávio Berlanda por sempre estar disponível para tirar dúvidas e ajudar na realização deste trabalho, compartilhando sua expertise no assunto, fato notório por todos que trabalham na UFSC. Muito obrigada!

Não poderia deixar de agradecer à Monique Bayestorff, colega de trabalho na UFSC, que além de me incentivar nesta proposta de projeto de pesquisa, ajudou-me na divulgação de meus questionários.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina, por fazer parte deste importante mestrado em rede e, em especial, a todos os professores do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, pelo compartilhamento de seus ensinamentos, dedicação e por ampliar meus horizontes com os novos conhecimentos.

Muito obrigada a todos vocês!

“Os livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas”.

(Mário Quintana)

RESUMO

YUKIMURA, Juliana Novo Paccola. **Curso online de orçamento público para os servidores Técnico-Administrativos de uma Universidade Federal**. 2021. 159p. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Centro de Referência em Formação e EAD – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2021.

Este estudo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do protótipo de um curso no ambiente virtual de aprendizagem Moodle, destinado aos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) que atuam na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre orçamento público, com enfoque nos aspectos do orçamento da Universidade. Para atingir este objetivo, foi realizada pesquisa documental, em que foram analisados dados orçamentários da instituição, obtidos por meio de relatórios e leis orçamentárias. Dados empíricos também foram coletados com os TAEs integrantes do quadro da UFSC, por meio de questionário aplicado com o apoio da ferramenta de formulários do Google Forms. O questionário teve como objetivo subsidiar a criação do curso online de orçamento público para os TAEs e, por meio dele, buscou-se entender o grau de interesse dos servidores Técnico-Administrativos em tal curso e o que, na percepção desses trabalhadores, é importante ser abordado. Também foi realizado um grupo focal com os servidores que atuam na Superintendência de Orçamento e no Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC. Buscou-se compreender quais são as expectativas quanto ao que seria abordado no curso online e o que esses servidores percebiam como fundamental que fosse ensinado, a fim de qualificar o trabalho dos TAEs. Destaca-se que a metodologia PACO, criada por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos, serviu de guia para a criação do protótipo do curso. O protótipo do curso foi aplicado e avaliado de forma positiva, com indicação de qualificação do trabalho com orçamento público na UFSC.

Palavras-chave: Educação a distância. Curso online. Orçamento público.

ABSTRACT

YUKIMURA, Juliana Novo Paccola. **Online public budget course for administrative technical staff at a federal university**. 2021. 159p. Master's Dissertation (Postgraduate Course *stricto sensu* Professional Master's Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Centro de Referência em Formação e EAD – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2021.

This study aims to present the prototype development of a course in the virtual learning environment Moodle, aimed at Technical-Administrative Servers in Education (TAEs) who work at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), on public budget, with a focus on aspects of the University's budget. To achieve this objective, a documentary research was carried out, in which the institution's budget data, obtained through reports and budget laws, were analyzed. Empirical data were also collected from the TAEs, members of the UFSC staff, through a questionnaire applied with the support of the Google Drive forms tool. The questionnaire aimed to support the creation of the public budget online course for TAEs and, through it, we sought to understand the degree of interest of administrative technical servers in such a course and what, in the perception of these workers, it is important to be addressed. A focus group was also held with the civil servants who work in the Budget Superintendence and in the Accounting and Finance Department at UFSC. We sought to understand what the expectations are regarding what would be addressed in the online course and what these servers perceived as fundamental for teaching in order to qualify the work of the TAEs. As repercussions, it is highlighted that the PACO methodology, created by researchers at the Federal University of São Carlos, served as a guide for the creation of the course prototype. The course prototype was applied and positively evaluated with indication of qualification of work with public budget at UFSC.

Keywords: Distance education; Online course; Public budget.

Keywords: Distance Education. Online Course. Public Budget.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quatro componentes da EAD	28
Figura 2 – Mercado de AVA em quatro regiões globais	35
Figura 3 – Esquema de modalidades de educação: formal, não formal e informal ...	40
Figura 4 – Evolução histórica do orçamento	43
Figura 5 – Orçamento público brasileiro antes e após 1964	44
Figura 6 – Instrumentos de planejamento da administração pública.....	47
Figura 7 – Execução do PPA	48
Figura 8 – Mapa conceitual do desenvolvimento do protótipo do curso	95
Figura 9 – Página inicial do protótipo do curso com painel de navegação	101
Figura 10 – Página inicial do protótipo do curso.....	101
Figura 11 – Módulo 1: Introdução ao Orçamento Público	102
Figura 12 – Módulo 2: Receita e Despesa	103
Figura 13 – Atividade avaliativa do Módulo 2	104
Figura 14 – Exemplo de questão da Atividade avaliativa do Módulo 2	105
Figura 15 – Módulo 3: Execução Orçamentária e Financeira	105
Figura 16 – Módulo 4: O Orçamento da UFSC	107
Figura 17 – Módulo 5: Módulo Técnico	109
Figura 18 – Atividade avaliativa do Módulo 5	110
Figura 19 – Avaliação de reação.....	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cargos ocupados na UFSC pelos participantes da pesquisa	63
Gráfico 2 – Tempo de serviço na UFSC.....	64
Gráfico 3 – Participantes que realizam atividades relacionadas ao orçamento e/ou financeiro.....	65
Gráfico 4 – Primeiro contato com o tema	66
Gráfico 5 – Participação em cursos sobre orçamento público.....	67
Gráfico 6 – Realização de cursos previstos no PDP	67
Gráfico 7 – Importância do conhecimento em orçamento público para o desempenho no trabalho	68
Gráfico 8 – Cruzamento de dados entre as questões três e sete.....	69
Gráfico 9 – Interesse em realizar o curso.....	70
Gráfico 10 – Interesse entre servidores que atuam e não atuam com orçamento e finanças.....	70
Gráfico 11 – Familiaridade com a plataforma Moodle	71
Gráfico 12 – Conhecimento sobre a matriz Andifes	72
Gráfico 13 – Conhecimento sobre a distribuição do orçamento entre as unidades administrativas e acadêmicas da UFSC.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sujeitos de um ambiente de e-learning	30
Quadro 2 – Princípios orçamentários encontrados em lei	46
Quadro 3 – Orçamentos da LOA.....	50
Quadro 4 – Componentes da matriz Andifes.....	54
Quadro 5 – Vantagens e desvantagens – protótipos de baixa e alta fidelidade	60
Quadro 6 – Componentes da matriz de distribuição de recursos de OCC para as unidades universitárias da UFSC	73
Quadro 7 – Categoria a) Não apresentou dúvidas	76
Quadro 8 – Categoria b) Dúvidas gerais/pouco entendimento	76
Quadro 9 – Categoria c) Distribuição orçamentária	77
Quadro 10 – Categoria d) Execução orçamentária e financeira.....	78
Quadro 11 – Categoria e) Histórico orçamentário, contingenciamento e bloqueios no orçamento	80
Quadro 12 – Categoria f) Despesas públicas.....	81
Quadro 13 – Categoria g) Procedimentos e sistemas utilizados na gestão do orçamento na UFSC.....	81
Quadro 14 – Importância de um curso sobre orçamento ministrado a partir de iniciativa interna da UFSC.....	84
Quadro 15 – Principais dúvidas dos servidores sobre orçamento.....	85
Quadro 16 – Como um curso de iniciativa interna pode se diferenciar dos demais existentes em outras instituições.....	87
Quadro 17 – Temas que devem ser abordados	88
Quadro 18 – Questões que o grupo julga serem importantes	90
Quadro 19 – Sete passos da metodologia PACO	93
Quadro 20 – Tópicos abordados no Produto Educacional e ferramentas para suporte das atividades no Moodle.....	97
Quadro 21 – Questionário de avaliação do Produto Educacional	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Art.	Artigo
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BU	Biblioteca Universitária
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCP	Coordenadoria de Capacitação de Pessoas
CF	Constituição Federal
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
EAD	Educação a Distância
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETA/ETE	Estação de tratamento de água e estação de tratamento de esgoto
Forplad	Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das IFES
GNU	General Public License
IFs	Institutos Federais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LMS	Learning Management System
LNT	Levantamento das Necessidades de Treinamento
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MATL	Sistema de Administração de Materiais
MEC	Ministério da Educação
MOOC	Massive Online Open Course
Moodle	Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment
MTO	Manual Técnico de Orçamento
Nº	Número
ND	Nota de dotação
NFTE	Número de Estudantes Equivalentes
OCC	Outros Custeios e Capital
ONGS	Organizações não Governamentais
PACO	A Framework for Planning Learning Activities Supported by Computers
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual

Prodegesp	Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
RU	Restaurante Universitário
SARF	Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Sesu/MEC	Secretaria de Educação Superior
SeTIC	Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
SO	Superintendência de Orçamento
SPA	Sistema de Processos Administrativos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAEs	Servidores Técnico-Administrativos em Educação
TED	Termo de Execução Descentralizada
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UBC	Unidade Básica de Custeio
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UGRs	Unidades Gestoras Responsáveis
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOs	Unidades Orçamentárias

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.2	OBJETIVOS	23
1.2.1	Objetivo geral	23
1.2.2	Objetivos específicos.....	23
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	25
2.1.1	Características e conceitos	25
2.1.2	Cursos online	29
2.1.3	Ambientes virtuais de aprendizagem	34
2.1.4	O AVA Moodle.....	36
2.2	EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL	39
2.3	ORÇAMENTO PÚBLICO	42
2.3.1	Instrumentos de planejamento da administração pública.....	46
2.3.2	Distribuição orçamentária nas IFES	51
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	55
3.2	PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA.....	57
3.3	PROTOTIPAÇÃO.....	59
4	RESULTADOS DE PESQUISA.....	63
4.1	RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS	63
4.1.1	Cargo ocupado na UFSC	63
4.1.2	Tempo de serviço na UFSC	64
4.1.3	Atividades relacionadas ou não a orçamento e finanças.....	64
4.1.4	Primeiro contato com o tema orçamento público	65
4.1.5	Participação em cursos sobre orçamento público	66
4.1.6	Participação em cursos sobre orçamento público, previstos no Plano de Desenvolvimento de Pessoas	67
4.1.7	Importância do conhecimento em orçamento público para o desempenho no trabalho	68
4.1.8	Interesse em realizar o curso	69
4.1.9	Familiaridade com a plataforma Moodle.....	71
4.1.10	Conhecimento sobre a matriz Andifes.....	71
4.1.11	Conhecimento sobre como o orçamento da UFSC é distribuído entre as unidades administrativas e acadêmicas	72
4.1.12	Dúvidas sobre orçamento público e/ou orçamento da Universidade..	74

4.2	RESULTADOS DO GRUPO FOCAL.....	83
5	PRODUTO EDUCACIONAL: PROTÓTIPO DO CURSO “CONHECIMENTOS EM ORÇAMENTO PÚBLICO, APLICADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA”	93
5.1	ELABORAÇÃO DO PROTÓTIPO	93
5.2	O PROTÓTIPO	100
5.3	APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	111
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
6.1	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	114
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO.....	127
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: GRUPO FOCAL	131
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	133
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) – QUESTIONÁRIO ONLINE.....	135
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) – GRUPO FOCAL	137
	APÊNDICE F – PLANO DE ENSINO	139
	APÊNDICE G – ENCARTE DO PRODUTO EDUCACIONAL	145

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, a aprendizagem não se encontra mais restrita aos ambientes formais, aqueles que são normatizados e regulados por lei, como escolas e universidades. O ambiente de trabalho também tem sido espaço para a realização de cursos e atualizações necessárias para acompanhar as rápidas mudanças do mundo do trabalho e da sociedade.

Neste sentido, a Educação a Distância (EAD) é uma importante aliada, pois permite que trabalhadores tenham acesso a cursos específicos, de acordo com suas necessidades e que se encaixem em suas rotinas, em que o tempo é recurso escasso.

Nesta direção, este trabalho tem como objetivo desenvolver o protótipo de um curso no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle, destinado aos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) que atuam na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre orçamento público, com enfoque nos aspectos do orçamento da Universidade.

Para atingir este objetivo, foi realizada pesquisa documental, em que foram analisados dados orçamentários da instituição, obtidos por meio de relatórios e leis orçamentárias.

Dados empíricos também foram coletados, a fim de qualificar a pesquisa ora apresentada nesta dissertação de mestrado. Foi realizada uma pesquisa com os TAEs, integrantes do quadro da UFSC e aplicado questionário com o apoio da ferramenta de formulários do Google Drive. O questionário teve como objetivo subsidiar a criação do curso online de orçamento público para os TAEs e, por meio dele, buscou-se entender o grau de interesse dos servidores Técnico-Administrativos no curso e o que, na percepção desses trabalhadores, é importante que seja abordado.

Também foi realizado um grupo focal com os servidores que atuam na Superintendência de Orçamento (SO) e no Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), buscando-se compreender as expectativas quanto ao que seria abordado no curso online e o que esses servidores percebiam como fundamental que fosse ensinado, a fim de qualificar o trabalho dos Técnico-Administrativos em Educação.

A metodologia PACO – A Framework for Planning Learning Activities Supported by Computers – serviu de guia para a criação do protótipo do curso. A metodologia é uma estrutura criada por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos

(UFSCar) (NERIS et al., 2007), com vistas a auxiliar professores/ instrutores na preparação de cursos a distância apoiados por computador.

Cabe mencionar que a área de concentração do estudo se enquadra em Organização de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especificamente no macroprojeto 6, o qual abarca projetos relacionados à organização e ao planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT.

Apesar de a UFSC ser uma instituição de ensino superior e não fazer parte das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, entende-se que a Universidade também é promotora de formação profissional. De acordo com parágrafo terceiro do estatuto da UFSC, a Universidade tem a finalidade de ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional. Ainda, o parágrafo quarto, inciso II do mesmo estatuto, reforça que a educação superior tem por finalidade: “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua” (UFSC, 2020a).

Assim, entende-se que o projeto abarca a educação profissional e pode beneficiar os Institutos Federais (IFs), uma vez que a prática dos servidores Técnico-Administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se assemelha e ambos são regidos pelo mesmo plano de carreira, por meio da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005a). Logo, mesmo o Produto Educacional proposto pelo presente projeto de pesquisa sendo prototipado na UFSC, pode servir como meio de transferência tecnológica de uma instituição para outra.

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a justificativa do projeto de pesquisa tem o propósito de convencer o leitor de que é fundamental a pesquisa ser efetivada. Os autores também destacam alguns pontos importantes, como a relevância e atualidade que o tema deve ter, o vínculo do autor com o tema e os motivos pelos quais a pesquisa o interessa.

A respeito da aproximação da pesquisadora com o tema, isto se deve ao fato

de ocupar o cargo de Administradora há mais de três anos na SO, que por sua vez faz parte da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), na UFSC.

A SO monitora o orçamento da Universidade e tem como principais atividades: elaborar e formalizar as propostas orçamentárias e abertura de créditos suplementares da UFSC, acompanhar as fases de discussão e aprovação do orçamento da Universidade, distribuir e acompanhar o orçamento em conformidade com a matriz de alocação de recursos, formular relatórios de análise de desempenho financeiro e assessorar as Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs) no planejamento e execução orçamentária dos seus recursos (UFSC, 2020b).

Nas atividades cotidianas de controle do orçamento e assessoria às unidades realizadas pela SO, são recebidas com frequência dúvidas dos servidores quanto à distribuição do orçamento e execução orçamentária. Devido a isso, durante algumas conversas informais com hierarquias superiores da área, foi percebida a necessidade e levantado o interesse na realização de um curso sobre orçamento público, com ênfase nos aspectos orçamentários da UFSC, de iniciativa da SO, direcionada aos TAEs que atuam na instituição, principalmente àqueles que atuam com gestão financeira nas unidades administrativas da Universidade.

No entanto, ao desenvolver o trabalho, entendeu-se que o curso sobre o orçamento da UFSC pode beneficiar servidores que atuam em qualquer área dentro da Universidade, assim como pode ser replicado e adaptado para outras instituições públicas de ensino, como os IFs, pois o orçamento é fator vital para que a Universidade exista e continue com suas atividades. Logo, mesmo servidores que não têm suas atividades diárias diretamente relacionadas a orçamento e finanças, podem se interessar em entender como funcionam os mecanismos que envolvem o orçamento.

O orçamento público tem grande importância para as entidades do setor público. Ele deixou de ser mera peça orçamentária para tornar-se um poderoso instrumento de intervenção na economia e na sociedade, cumprindo muitas funções, entre elas: a de ser instrumento de controle econômico e planejamento governamental, ser utilizado para controlar gastos e demonstrar a orientação do governo (PALUDO, 2013).

Silva (2004) complementa que o orçamento público representa um mecanismo de planejamento e controle da execução das atividades estatais, auxiliando a tomada de decisão por parte dos gestores públicos e esclarecendo à população a forma como os recursos são aplicados.

É por meio da execução orçamentária que as ações de ensino, pesquisa e extensão se tornam possíveis, sendo que é a boa gestão desses escassos recursos que permite que as IFES, incluindo a UFSC, continuem tendo relevância no desenvolvimento econômico e social, tanto regional como nacionalmente.

Por esse prisma, é imperioso que aqueles que laboram na Universidade tenham conhecimento de aspectos teóricos e técnicos que envolvem o orçamento, pois servidores que compreendem o assunto têm maior facilidade para participar do processo orçamentário e, assim, intervir e cobrar soluções que beneficiem a comunidade acadêmica na consecução da missão da instituição.

Verifica-se que servidores e gestores da UFSC corroboram com a importância de conhecer o orçamento, a partir dos resultados do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), que a Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP), da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (Prodegesp) realizou em 2020. A LNT é realizada anualmente e deve ser respondida pelos Diretores ou Coordenadores dos setores da Universidade, após consulta com os servidores, para que, a partir da avaliação das rotinas de trabalho, sejam identificadas as necessidades de capacitação, as quais dão respaldo à construção do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP).

Duas ações de capacitação que integram o PDP vigente da Universidade (PDP 2020), são os cursos “Introdução ao Orçamento Público” e “Básico em Orçamento Público”. Ambos são MOOCs ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). MOOC é acrônimo para Massive Online Open Course, ou seja, cursos na modalidade EAD e abertos a qualquer pessoa que se interesse pelo tema(s) e deseje realizá-lo(s). São considerados massivos, pois se distinguem pela oferta a um número expressivo de estudantes (PERRY et al., 2019).

Cursos sobre orçamento integrarem o PDP demonstra, como dito anteriormente, que servidores e gestores têm consciência da importância desse conhecimento para seu melhor desempenho no ambiente de trabalho. A intenção desta pesquisa e do Produto Educacional dela oriundo, não é replicar os conhecimentos oferecidos nos cursos anteriormente mencionados, mas criar um protótipo de um novo curso na plataforma Moodle, que preveja tutoria e alie os conceitos gerais de orçamento público aos aspectos orçamentários da UFSC. O protótipo é o Produto Educacional requerido pelo Mestrado Profissional.

Para materialização do Produto Educacional, o AVA Moodle foi escolhido, já

que se trata de uma plataforma de software livre de código aberto e gratuito, que pode ser modificada e distribuída livremente por qualquer usuário. Além disso, é uma plataforma com a qual o público-alvo da pesquisa já tem familiaridade, pois é utilizada nos cursos de capacitação oferecidos pela CCP aos servidores da Universidade.

O AVA Moodle também se torna interessante, pois, segundo Moodle (2018), em sua concepção e criação, foi norteado pela teoria socioconstrutivista, teoria que tem a interação e a colaboração como premissas para o processo de construção do conhecimento. Assim, por meio do Moodle, os usuários mantêm um portal para troca de informação, colaboração e aprimoramento constante, enquanto ferramenta da educação (SASSI, 2016).

A pesquisa também se justifica por estar em consonância com os objetivos do Mestrado Profissional, tais como: capacitar profissionais para o exercício da prática profissional, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas; promover articulação integrada da formação profissional com demandas de uma instituição pública, visando melhorar sua eficácia e eficiência (BRASIL, 2009).

Vistas a problemática e as justificativas, cabe ressaltar que este estudo se propõe a responder a seguinte pergunta de pesquisa: *Como construir um curso a distância sobre o orçamento público que atenda às necessidades de capacitação dos servidores da UFSC?*

1.2 OBJETIVOS

Apresentam-se, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Desenvolver o protótipo de um curso no AVA Moodle sobre orçamento público, destinado aos TAEs da UFSC, com enfoque nos aspectos do orçamento da Universidade.

1.2.2 Objetivos específicos

A fim de que seja atingido o objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Diagnosticar os conhecimentos e necessidades de capacitação acerca de

orçamento público e do orçamento da Universidade, dos servidores elencados para o estudo;

- b) Verificar com a SO quais temas deseja abordar no curso e quais são as expectativas do setor em relação ao curso;
- c) Elaborar o protótipo de um curso sobre o orçamento público na Universidade e estruturá-lo na plataforma Moodle.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são apresentados os conceitos e teorias que alicerçam o presente trabalho. Primeiro, aborda-se a EAD, seus principais conceitos e características, os cursos online, os ambientes virtuais de aprendizagem e a plataforma Moodle. Depois, discorre-se sobre os ambientes não-formais de aprendizagem. Por fim, trata-se do orçamento público, os instrumentos orçamentários e a distribuição orçamentária nas IFES.

2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.1.1 Características e conceitos

Antes de abordar a EAD, deve-se tratar da educação – pois, independente da modalidade e dos meios tecnológicos utilizados, o objetivo preponderante é o de promover o aprendizado. Preti (2011, p. 40) alerta que “[...] quando aludimos à Educação a Distância, não devemos centrar nosso foco na “distância”, e sim nos processos formativos, na educação, fazendo recurso a abordagens contextualizadas, situadas, críticas e libertadoras da educação”.

Para Brandão (2003), todos estão sujeitos à educação, mesmo que não haja a instituição escolar, pois cada sociedade desenvolve seus métodos para ensinar o que é importante para ela; e se há algo a saber, também há o que ensinar:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 2003, p. 3)

Libâneo (2001) entende a educação como uma prática social que visa modificar as pessoas física, mental, espiritual ou culturalmente e que tal prática configura a existência humana individual ou de grupo:

Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e de grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. (LIBÂNEO, 2001, p. 7)

Sendo a educação um processo que visa desenvolver o ser humano, a EAD não escapa deste conceito, apesar de ter características próprias. No Brasil, a educação a distância encontra respaldo legal desde a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual estabelece, no artigo 80, que a educação a distância pode ser realizada em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2007).

Posteriormente, este artigo foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005, que caracteriza a EAD como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2005b)

A ideia básica sobre EAD é a separação espacial entre estudantes e professores, no entanto, diversos autores nacionais e estrangeiros estudam e buscam conceituar a EAD e, de acordo com Preti (2011), não há um consenso sobre o que se entende por ensino ou educação a distância. Para o autor, ela pode ser definida como um processo de aprendizagem que mantém o foco na relação entre quem ensina e quem aprende.

Algumas características fundamentais da EAD apontadas por Preti (2011) são: a) educadores e educandos separados pelo tempo e/ou espaço; b) há canais humanos e tecnológicos que viabilizam a interação entre educadores e educandos; c) existe uma estrutura organizacional complexa que envolve tutoria, produção de material didático, gestão, avaliação, entre outros; d) a aprendizagem dá-se tanto de forma autônoma como coletivamente, por meio das interações sociais entre colegas, professores e orientadores, por exemplo.

Anohina (2005) faz um esforço para diferenciar diversos termos utilizados no campo de estudos da EAD e entende que aprendizagem a distância e EAD são comumente utilizados como sinônimos, porém aponta que aprendizagem a distância é resultado da EAD.

O processo de aprendizado na EAD, conforme a autora supracitada, difere do processo de aprendizagem tradicional, uma vez que a aprendizagem a distância requer alguma tecnologia que substitua totalmente ou em partes o professor humano. Isso significa que aprendiz e professor podem estar separados pelo tempo e espaço,

contudo, deve haver a comunicação entre eles. Além disso, a EAD permite que o estudante escolha seu tempo, ritmo e local de estudos.

Moore e Kearsley (2008) enfatizam a autonomia que estudantes de EAD devem possuir; essa modalidade de educação se torna mais fácil para aqueles que possuem a habilidade de dirigir seu próprio aprendizado. Na modalidade de ensino a distância, não há dependência direta e supervisão sistemática do docente; uma equipe multidisciplinar é responsável por elaborar os materiais e guiar a aprendizagem através de tutoria e comunicação fluida de via dupla (ARETIO, 1997 apud HACK, 2011).

Litto (2013-2014) alerta que um curso online, quando bem-produzido e estruturado, pode ser mais eficaz que um presencial, visto que é resultado do trabalho de uma equipe de profissionais e não de um único profissional (o professor). Desta forma, o trabalho colaborativo de uma equipe pode garantir um Produto Educacional mais elaborado.

O conceito de EAD de Moore e Kearsley (2008, p. 2) é:

[...] educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Pode-se entender, então, que a EAD é planejada e exige técnicas diferentes para elaboração do curso, não bastando apenas transpor o ensino tradicional, dado em sala de aula, para a modalidade a distância. A intencionalidade é condição necessária para que exista a EAD e, portanto, aquilo que se aprende aleatoriamente ao navegar na internet não é considerado EAD (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Assim, a EAD necessita de respaldo de alguma instituição, o que a diferencia do estudo que o indivíduo realiza por conta própria. A instituição aqui referida pode tanto ser uma instituição tradicional de ensino, como escolas e universidades, como as não tradicionais que oferecem EAD, tais como corporações diversas ou empresas (SIMONSON; SEEPERSAUD, 2018).

O respaldo de uma instituição é uma das quatro características da EAD conceituadas por Simonson e Seepersaud (2018). A EAD também se caracteriza: a) pela separação entre estudantes e professores – geográfica, temporal e até mesmo intelectual; b) pela mediação de tecnologias interativas, que permitem a realização de

atividades síncronas e assíncronas; e c) pelo compartilhamento de conhecimento que se dá pela interação entre estudantes, professores e recursos pedagógicos, a fim de promover as experiências de aprendizagem. As características citadas podem ser observadas na Figura 1.

Figura 1 – Quatro componentes da EAD



Fonte: Adaptado de Simonson e Seepersaud (2018).

Na concepção de Hack (2011), a EAD separa professor e estudante, porém não deve mantê-los isolados, sendo necessária uma constante interatividade, por meio de múltiplas tecnologias entre estudantes, professores e tutores, com vistas à construção de conhecimento de maneira crítica, criativa e contextualizada. Para uma experiência EAD de sucesso, o estudante deve ser impelido a envolver-se na aprendizagem a distância. Assim, a comunicação dialógica “deve ser a base do processo de ensino e aprendizagem em um sistema de EAD que pretende promover a emancipação dos estudantes” (HACK, 2011, p. 47).

A EAD tem a capacidade de ampliar o acesso ao conhecimento e incentivar a autonomia dos estudantes, tornando-os não mero receptores do conhecimento, mas coautores de sua construção. A autonomia e a capacidade de ser protagonista do seu aprendizado são características necessárias em uma sociedade de mudanças e constantes atualizações. Moore e Kearsley (2008) exemplificam que metade do que foi aprendido por um estudante de engenharia fica desatualizado em 18 meses.

Belloni (2005) acredita na crescente importância da EAD e em sua tendência

de integrar os sistemas educativos como elemento regular e necessário para suprir a demanda por formação contínua, a qual é pressionada pela obsolescência acelerada das tecnologias e conhecimentos. De acordo com a autora, esse tipo de educação, não obstante, não deve existir apenas para suprir demandas de um mercado competitivo, mas para formar um indivíduo autônomo:

[...] em uma concepção ideal, a formação continuada deve estar voltada para as demandas do indivíduo emancipado, capaz de competir no mercado, não porque foi treinado para isto, mas justamente porque é emancipado e, portanto, capaz de agir politicamente, ou seja, como cidadão e profissional, capaz de agir de modo competente em situações novas e complexas. (CARMO, 1997; PERRIAULT, 1996; BATES, 1990 apud BELLONI, 2005)

Há pesquisas que demonstram como a internet vem sendo considerada cada vez mais, pela população, um direito fundamental, comparável ao direito à alimentação, ao transporte e à saúde (LITTO, 2013-2014). Assim, tem a EAD um importante espaço para a integração na vida das pessoas, não devendo ser limitada a um espaço virtual indeterminado, pois essa modalidade de educação extrapola essa noção; é uma nova cultura que mobiliza novas formas de interação entre participantes, conteúdos, metodologias, tecnologias, comportamentos e avaliações (KENSKI, 2013).

Apesar das resistências ainda existentes em relação à EAD, a tendência é que, em breve, haja cada vez mais integração de processos híbridos e ensino, aliando momentos a distância com momentos presenciais e favorecendo a flexibilidade na educação (ALMEIDA, 2013).

Após esta breve exposição de características e conceitos sobre educação a distância, apresentam-se, a seguir, alguns pontos relevantes na construção de cursos online a distância.

2.1.2 Cursos online

Nesta seção, serão apresentados alguns aspectos encontrados na literatura especializada e que devem ser considerados na criação de cursos online. É sabido que, muitas vezes, o fracasso na aprendizagem dos estudantes não decorre da falta de seus esforços, mas por descuido ou inadequação de questões que envolvem a construção e planejamento dos cursos a distância (KENSKI, 2013).

Assim, a simples disponibilização de matéria de estudo não faz um curso, que compreende um conteúdo organizado em uma estrutura diligentemente elaborada,

com o objetivo de torná-lo o mais fácil possível para o estudante aprender (MOORE; KEARSLEY, 2008). Um curso “consiste em partes cuidadosamente selecionadas do quadro geral, cada uma inserida em um contexto, introduzida e explicada, com certas características ressaltadas e com conexões realizadas” (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 15).

Os autores ainda destacam que muitas perguntas devem ser feitas em relação à criação e ao desenvolvimento de cursos a distância, entre elas:

- a) Que conteúdo deve ser incluído ou excluído?
- b) De que forma ocorrerá a sequência e a estrutura da matéria?
- c) Que mídias serão usadas para apresentar as diferentes partes do material?
- d) Que estratégias de ensino serão utilizadas?
- e) Quanta interação existirá entre estudantes e instrutor e entre estudantes?
- f) Como o aprendizado será avaliado e de que forma assumirá o feedback para os estudantes?
- g) Quais métodos de produção serão usados para criar os materiais de ensino? (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 107)

Tais perguntas devem ser respondidas pela equipe responsável pelo curso a distância, uma vez que cursos online são resultado do trabalho de uma equipe e, portanto, o seu sucesso depende dos esforços e colaboração da equipe responsável por ele.

A partir de Pereira, Schmitt e Dias (2007 apud SASSI, 2016) e Webschool (2002 apud KEMCZINSKI, 2005), apresentam-se os sujeitos que podem ser participantes de um ambiente de *e-learning* – cabe ressaltar que a depender do grau de ambição do projeto, o ambiente pode conter todos os profissionais ou apenas alguns deles. A partir desta lista com os profissionais envolvidos, pode-se vislumbrar a complexidade envolvida na criação de um curso online, a distância.

Quadro 1 – Sujeitos de um ambiente de *e-learning*

Sujeitos	Ação
Estudante	É o principal sujeito do processo de aprendizagem, logo, todos os esforços devem ser realizados com o objetivo de suprir suas necessidades.
Professor	É o grande responsável pelo sucesso do ambiente virtual de aprendizagem. Constam entre suas atribuições: a seleção do conteúdo do curso, a compreensão das necessidades dos estudantes, a avaliação da aprendizagem, o domínio das mídias e a atuação como facilitador e provedor de conteúdo.
Tutor	Tem a função de assistir o professor e, para isso, deve conhecer o conteúdo, a fim de esclarecer dúvidas dos estudantes e corrigir exercícios. O tutor tem interação frequente com o

Sujeitos	Ação
	professor.
Monitor	Nem sempre possui conhecimento do conteúdo do curso, mas age como os olhos e ouvidos do professor, opera os equipamentos da sala remota, aplica atividades e avaliações, além de motivar os estudantes, conferindo um aspecto mais pessoal e humano ao processo de aprendizagem.
Suporte técnico	Responsável pelos aspectos técnicos do sistema, tais como: manutenção e operação de equipamentos, configuração de softwares e atendimento de dúvidas técnicas relacionadas ao ambiente virtual.
Suporte administrativo	Responsável por realizar matrículas, pela logística da distribuição do material, pela aquisição do material didático e demais suprimentos, pelo controle de direitos autorais, pelo processamento de notas, entre outras.
Designer instrucional	Este profissional geralmente é um educador com experiência em Tecnologia Educacional. Tem a função de orientar o desenvolvimento e/ou customização do sistema, assim como a produção de materiais para os cursos.
Conteudista	É um especialista na área de conhecimento a ser trabalhada pelo curso. Trata-se do professor-autor responsável pela preparação do programa didático, criação e seleção dos conteúdos.
Designer gráfico	É encarregado pelo desenvolvimento da identidade visual do sistema digital e impresso. Sua atuação se dá de forma conjunta com o designer instrucional e os programadores da interface do sistema.
Ilustrador/ videoasta/ animador	O ilustrador tem a função de pesquisar, produzir e trabalhar imagens, desenhos e infográficos para os materiais digitais e impressos. O videoasta e animador trabalham as imagens em movimento.
Programador	Desenvolve e customiza o ambiente virtual de aprendizagem, podendo criar sistemas personalizados, de acordo com orientações pedagógicas e de design de interface. Também cria e gerencia o banco de dados.
Web roteirista	Planeja o roteiro, visando articular e valorizar o conteúdo com o uso de linguagens e formatos variados, tais como hipertexto, mixagem e multimídia.
Web designer	Cria e implementa a parte gráfica do conteúdo pedagógico, levando em consideração o roteiro elaborado pelo web roteirista e o potencial da web no desenvolvimento de conteúdos interativos e hipermediáticos.

Fonte: Pereira; Schmitt; Dias (2007 apud SASSI, 2016) e Webschool (2002 apud KEMCZINSKI, 2005).

Há questões que também devem ser analisadas para garantir o sucesso dos cursos.

Kenski (2013) alerta para a importância dos momentos de ambientação online e atividades integradoras no início do curso. A ambientação, segundo a autora, é

importante para que os novos ingressantes sejam aculturados no ambiente desconhecido; podendo, assim, conhecer os espaços, seus códigos de conduta e vivência, além dos comportamentos desejáveis para o bom desempenho nos ambientes virtuais. A autora complementa que, para além da fluência tecnológica no ambiente virtual de aprendizagem (2013, p. 63):

É preciso a realização de momentos vivenciais de ambientação online logo no início do curso para que os estudantes se desarmem e construam as pontes de interação, relacionamento e colaboração necessárias para que o grupo formado possa se ajudar e confiar uns nos outros, Atividades integradoras, definições de identidades visuais para a turma e para os pequenos grupos que, nesse momento, são criados, ajudam na construção de laços emocionais que irão refletir positivamente no desenvolvimento e acompanhamento do processo de aprendizagem pretendido.

Os momentos de integração entre estudantes, professores e tutores são capazes de trazer maior aproximação entre os envolvidos na aprendizagem a distância, tornando-a mais acolhedora. É interessante que sejam desenvolvidas estratégias para que os estudantes criem identidades individuais e grupais, pois assim passam a ser reconhecidos, criando um sentimento de pertencimento ao grupo (KENSKI, 2013).

Valente (2013) considera que os cursos online têm privilegiado, na maioria das vezes, a simples transmissão da informação, sem criar oportunidades para a construção do conhecimento, possibilitada pela interação com as pessoas e com os recursos tecnológicos. Para o autor, “[...] do ponto de vista educacional, é impraticável pensarmos que tudo que uma pessoa deve saber tenha que ser construído de maneira individual, sem ser auxiliada por outros” (VALENTE, 2013, p. 28).

Além da interação entre os envolvidos no curso a distância, é importante que se proponham estratégias didáticas, a fim de orientar os estudantes para a organização de seu tempo de estudos, bem como lançar mão de táticas que os mobilizem para a participação ativa nas atividades propostas (ALMEIDA, 2013). De acordo com a autora, os estudantes também devem ser informados sobre intenções e objetivos do curso, pressupostos teóricos, etapas previstas, metodologia de desenvolvimento, formas e critérios de avaliação.

Há também que se considerar as habilidades tecnológicas necessárias. Saber utilizar a tecnologia é fundamental para aqueles que desejam estudar em cursos online, porém muitos estudantes podem não estar preparados para o uso das

tecnologias disponíveis. De acordo com Almeida (2013), é necessário considerar as possíveis dificuldades em relação ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e procurar minimizá-las, por meio de ambientes que sejam mais amigáveis, acessíveis e de fácil utilização. Se os participantes não possuírem tais competências, é preciso criar condições que favoreçam esse desenvolvimento no âmbito do próprio curso.

Em relação à criação do material didático, de acordo com Pereira e Pinto (2013), deve-se considerar a opinião dos estudantes, tornando-os interlocutores e colaboradores ativos do processo de produção:

A intencionalidade da ação não é retirar do “mestre” suas competências docentes, mas compartilhá-las com os saberes empíricos dos estudantes, a fim de se verificar se o conjunto de informações disponibilizado pelos materiais está adequado aos objetivos fixados. (PEREIRA; PINTO, 2013)

Quanto à estruturação do curso, Moore e Kearsley (2008) defendem o desmembramento da matéria do curso em pequenas unidades, pois isso torna mais fácil para o estudante adulto enquadrá-las em seu estilo de vida e beneficia sua concentração, simplificando a assimilação das informações, além de promover a sensação de finalização e progresso. Para que o conteúdo não fique fragmentado e desconexo para o estudante, os autores alertam que cabe aos profissionais de instrução a integração dos segmentos, discutindo a relação entre o conteúdo na introdução e resumos de cada unidade, por meio da criação de atividades de avaliação que exijam que os estudantes façam suas próprias conexões e comparações.

Para que cursos na modalidade EAD tenham eficácia, as estratégias pedagógicas baseiam-se em teorias construtivistas que visam instigar os estudantes a pensar, pesquisar, colaborar e participar de situações desafiadoras (GUIMARÃES; CARVALHO, 201-).

A complexidade do processo de construção de um bom curso a distância indica que não existe uma única tecnologia que irá solucionar todas as necessidades de formação ou situações educacionais, assim, as equipes de profissionais encarregadas da concepção e desenvolvimento de cursos a distância,

[...] precisam aprender a integrar entre si as mídias e tecnologias, de acordo com as concepções de currículo e avaliação subjacentes, as diretrizes instrucionais, os objetivos pedagógicos, os temas de estudo, o tempo disponível para a implementação do planejamento e as características dos

professores e estudantes. (ALMEIDA, 2013, p. 91)

Esta seção não teve o objetivo de esgotar todas as questões envolvidas no planejamento e construção de um curso online a distância, porém, trouxe importantes reflexões quanto à interação, ao acolhimento dos estudantes, à estruturação e ao trabalho em equipe necessário para que ele exista. O próximo tópico se encarregará de conceitos referentes aos ambientes virtuais de aprendizagem.

2.1.3 Ambientes virtuais de aprendizagem

Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), também conhecidos como Learning Management System (LMS) ou Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem, não são a única forma de dar suporte a cursos a distância, porém, têm se destacado no ciberespaço (SILVA, 2013). De acordo com o autor, os AVAs são softwares disponibilizados por meio da web, os quais têm a função de agregar ferramentas para a criação, tutoria e gestão de atividades que se apresentam na forma de cursos.

Para Pimentel e Gomes (2021), um AVA torna possível a estruturação de diversos cenários de aprendizagem e podem atender uma ampla gama de propostas didáticas. Os autores também consideram que um bom AVA disponibiliza diversas ferramentas de comunicação, as quais podem amplificar a interação entre professor-estudante e estudante-estudante.

Os AVAs constituem-se em:

[...] uma ou mais soluções de comunicação, gestão e aprendizado eletrônico que possibilitam o **desenvolvimento, integração e a utilização** de conteúdos, mídias e estratégias de ensino-aprendizagem, a partir de experiências que possuem ou não referência com o mundo real e são virtualmente criadas ou adaptadas para propósitos educacionais. (ANJOS, 2013, p. 53 [grifos do autor])

Há quem conteste a adoção dos AVAs, por considerá-los mera virtualização das salas de aula tradicionais, porém o problema não está nestes ambientes, mas na forma como são concebidos, estruturados e trabalhados junto aos estudantes (SILVA, 2013).

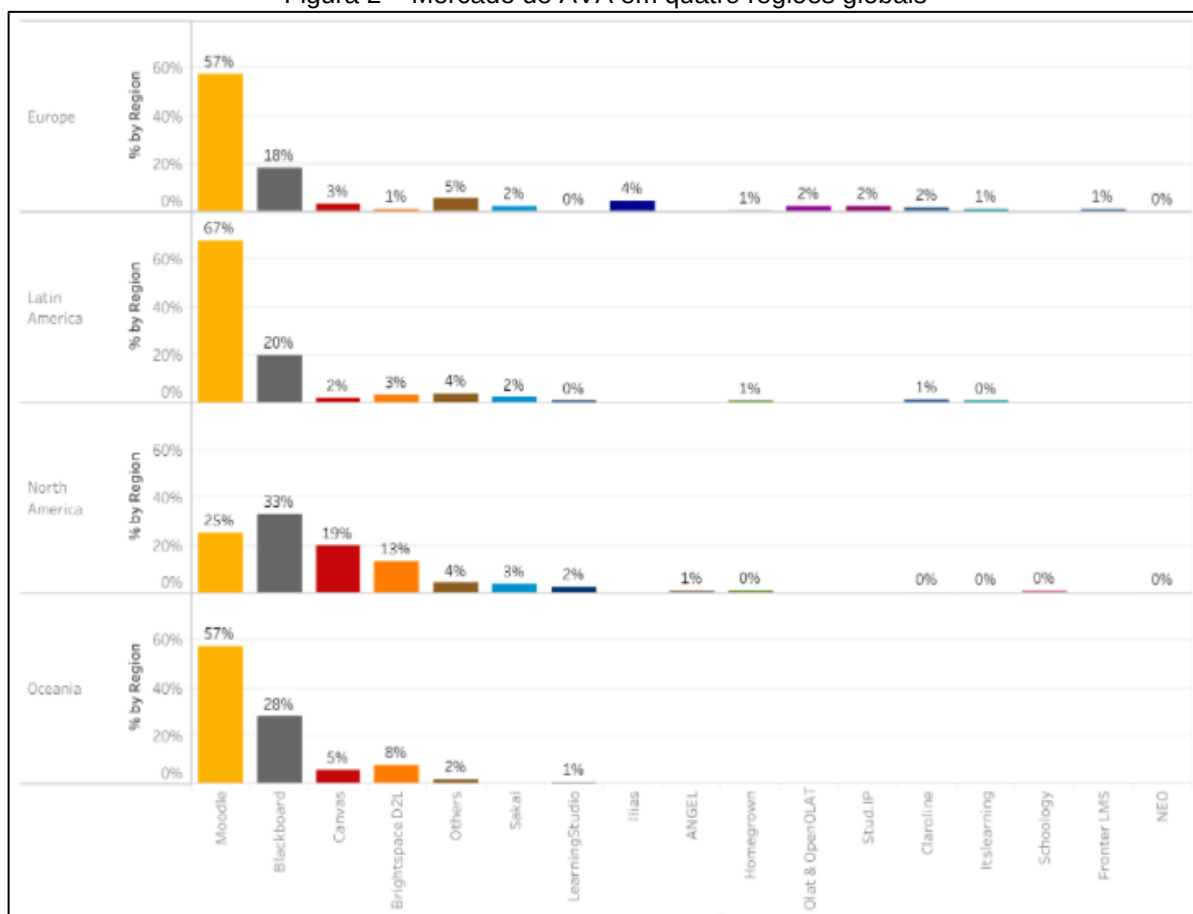
Schlemmer, Saccol e Garrido (2007, p. 79), defendem que o primeiro e mais importante item a ser avaliado em um AVA é:

[...] o critério didático-pedagógico do software, pois todo e qualquer desenvolvimento de um produto para educação é permeado por uma concepção epistemológica, ou seja, por uma crença de como se dá a aquisição do conhecimento, de como o sujeito aprende.

Nessa perspectiva, Moran (2013) considera que as atividades a distância são fundamentais para a atual aprendizagem e que isto vem sendo percebido aos poucos pela sociedade, que se torna cada vez mais complexa, comporta situações e necessidades diferenciadas. Ainda para Moran (2013, p. 129), “A EAD (Educação a Distância), apesar do preconceito de muitos, é fundamental para poder modificar processos insuficientes e caros de ensinar para muitas pessoas, ao longo da vida”.

Para dar conta da crescente demanda educacional, existem atualmente muitas opções de AVA no mercado, sendo algumas comerciais, como: Pearson Learning Studio, webAula e Blackboard e outras gratuitas, entre elas, Moodle, TelEduc, AulaNet, ATutor, OpenOLAT, Docebo, ILIAS, Open LMS e Sakai.

Figura 2 – Mercado de AVA em quatro regiões globais



Fonte: Hill (2017, [online]).

Hill (2017) indica que a plataforma Moodle é a mais utilizada na América Latina,

Europa e Oceania, sendo a segunda mais utilizada na América do Norte, após a Blackboard. A fatia de mercado que essas duas plataformas têm é expressivamente maior que as demais na América Latina, Oceania e Europa, conforme a figura anterior.

Independente de qual plataforma se utiliza, os AVAs possuem algumas funcionalidades básicas que, de acordo com Pimentel e Gomes (2021 [online]) são:

- a) Gestão dos diversos tipos de usuário do ambiente, possibilitando permissões distintas para administrador, professor, tutor e estudante;
- b) Gestão de conteúdo na plataforma, permitindo a criação de cursos e a organização dos materiais instrucionais, de modo que o estudante se guie facilmente pelos cenários de aprendizagem;
- c) Avaliação e acompanhamento da aprendizagem por meio de diversos instrumentos;
- d) Interatividade dos usuários com mídias e pessoas a partir de diversas ferramentas de comunicação;
- e) Controle, registro e monitoramento de todas as atividades e acessos dos participantes.

Além das funcionalidades básicas, também existem outras mais avançadas e presentes em alguns AVAs, como ferramentas que possibilitam a aprendizagem colaborativa em que estudantes com interesses comuns possam trabalhar em grupos. Há também customização da forma de apresentação dos conteúdos e adequação às necessidades individuais do estudante (PIMENTEL; GOMES, 2021).

Os AVAs são plataformas importantes para o EAD, uma vez que possuem diversas funcionalidades e a exposição dos conteúdos dos cursos em formas de hipertexto, vídeos e imagens, possibilitam a realização de atividades e avaliações online, entre outros. Além disso, permitem uma maior interação entre estudantes e professores com a participação em fóruns, chats e videoconferências. A realização de cursos online é benéfica a estudantes trabalhadores que desejam se qualificar e/ou atualizar, podendo encaixar em suas rotinas a realização dos cursos.

Esta seção teve o intuito de fazer uma exposição sobre alguns aspectos gerais dos AVAs. O próximo tópico abordará, especificamente, a plataforma Moodle, na qual o protótipo do curso foi desenvolvido.

2.1.4 O AVA Moodle

O AVA Moodle, acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment, é a plataforma mais utilizada na América Latina (conforme a Figura 2) e possui, mundialmente, mais de 278 milhões de usuários (MOODLE, 2021a). O Moodle é um software de código aberto, fornecido de maneira gratuita, sob a licença General

Public License (GNU) e, dessa forma, qualquer usuário pode adaptar ou modificar o Moodle para uso em projetos comerciais ou não comerciais, sem o pagamento de taxas (SASSI, 2016).

O Moodle foi concebido a partir da tese de doutorado de Martin Dougiamas (DOUGIAMAS, 1999), um programador e desenvolvedor para a web, nascido na Austrália, que teve parte de seu ensino realizado por correspondência. A ideia para a criação de uma plataforma de ensino surgiu enquanto Dougiamas trabalhava como programador na Curtin University e encontrava dificuldades com o uso do software Blackboard. Tal frustração deu ensejo à criação de uma plataforma que pudesse ser utilizada por escolas e pequenas instituições de ensino que não soubessem por onde começar, por conta do emaranhado de tecnologias e pedagogias disponíveis na época (COSTA, 2018).

O Moodle 1.0 foi lançado no ano de 2002 e teve um rápido crescimento. Em 2004, foi realizada em Oxford, Inglaterra, o primeiro Moodle Moot – conferência dedicada aos usuários, desenvolvedores e administradores do AVA Moodle – ocasião em que várias empresas começaram a se inscrever para tornarem-se parceiras do Moodle. Em 2007, com documentação aprimorada e nova certificação, o Moodle estabeleceu-se como um LMS de código aberto e premiado. Em novembro de 2010, foi lançado o Moodle 2.0 e, desde então, lançamentos regulares trazem recursos aprimorados a cada seis meses à plataforma. Atualmente, o Moodle encontra-se na versão 3.10 (MOODLE, 2020a).

A estrutura básica do Moodle é organizada em torno de cursos, que são páginas ou áreas dentro do Moodle, onde os professores apresentam seus recursos de aprendizagem e atividades aos estudantes. Podem ter layouts diferentes, mas em geral incluem várias seções centrais em que os materiais são exibidos em blocos laterais que oferecem recursos ou informações extras (MOODLE, 2019).

A colaboração está no cerne da plataforma Moodle, pois sua infraestrutura foi idealizada para otimizar abordagens de ensino construtivistas. O Moodle oferece recursos para a criação de blogs internos, fóruns, *wikis* e chats, com o objetivo de criar comunidades e oferecer, aos participantes de cursos, oportunidades de conversa e interação (COSTA, 2018).

Ao recorrer ao site oficial do Moodle (2018), fica explícito que os designers da plataforma consideram que seu uso deve ser feito de maneira a focar nas experiências que auxiliem o estudante a construir seu conhecimento. Isso se opõe à ideia de utilizá-

la apenas como um espaço para publicar e avaliar informações que os responsáveis pelos cursos acreditam que os estudantes deveriam saber.

A plataforma Moodle possui uma série de ferramentas desenvolvidas para facilitar a comunicação e a colaboração entre os envolvidos nos cursos online. Segundo Lasic (2008), a comunicação na plataforma dá-se por meio de, entre outros:

- a) Fóruns – permitem discussões ou debates sobre as aulas, avaliação por pares, entrevistas, respostas a perguntas frequentes, sessões de perguntas e respostas, quadro de notícias [...];
- b) Mensagens – possibilitam enviar e receber mensagens privadas instantâneas e notificações de e-mail;
- c) Salas de chat – propiciam comunicação instantânea entre participantes do grupo;
- d) Calendários – viabilizam que os calendários na plataforma enviem lembretes de prazos das atividades.

Por sua vez, a colaboração dentro da plataforma é facilitada, de acordo com Lasic (2008), com a adoção de algumas ferramentas como, entre outras:

- a) *Wikis* – são sites que permitem que usuários modifiquem colaborativamente o conteúdo e estrutura diretamente do web browser. Dentro do Moodle, essa edição colaborativa permite, por exemplo, a realização de *brainstorms* e a construção coletiva de argumentos;
- b) Glossários – os próprios estudantes podem adicionar termos ao glossário, incluir links, explicar, definir e redefinir vocábulos/ expressões;
- c) Blogs – possibilitam que estudantes publiquem textos em seus blogs na plataforma, e assim reflitam sobre os conteúdos, mantenham notas pessoais ou registros dos trabalhos em grupo;
- d) Rede social: a plataforma pode servir como uma rede social para encontrar outras pessoas que realizam o curso com interesses similares, uma vez que permite a edição de informações pessoais dos usuários em seus perfis.

Na plataforma Moodle, diferentes usuários atuam de acordo com privilégios concedidos pelo administrador do curso, sendo eles administrador, gerente, criador do curso, professor, professor não editor, estudante ou visitante (MOODLE, 2013).

Após este estudo sobre EAD, o próximo tópico tratará dos espaços não-formais de aprendizagem, âmbito em que o curso planejado neste projeto de pesquisa será

trabalhado quando finalizado, uma vez que o curso será disponibilizado no ambiente organizacional aos servidores técnicos da Universidade.

2.2 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Na era do conhecimento, a educação não se restringe mais apenas à escolarização formal, obtida nas escolas do ensino básico ou universidades, sendo imperativo que em tempos em que mudanças ocorrem diariamente, as pessoas dos mais variados perfis busquem a educação continuada. Essa necessidade decorre da eterna incompletude do ser humano, uma vez que, “o caráter inacabado dos homens e o caráter evolutivo da realidade exigem que a educação seja uma atividade contínua” (CARVALHO et al., 2011, p. 2).

Esta seção tratará da educação não-formal, assim como abordará a educação formal e a informal, para que assim fiquem caracterizadas e individualizadas.

Sobre educação formal, trata-se da ideia clássica de educação, ou seja, aquela oferecida por escolas convencionais, técnicas ou universidades, por exemplo. Destaca-se que os espaços da educação formal são regulamentados por lei e organizados segundo diretrizes nacionais (GOHN, 2013).

Como sugere o título desta seção, a educação formal, obtida nas escolas, não é a única forma de educação. Nas palavras de Brandão (2003, p. 4): “não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

Sendo assim, a educação pode ser obtida em outros espaços e viabiliza o estabelecimento da educação informal, que está ligada ao pertencimento cultural do sujeito e a seu convívio social, ocorrendo nos espaços domiciliares, no condomínio, na igreja que frequenta, entre outros. Há uma naturalização desses espaços, pois muitos deles não são escolhas do indivíduo (GOHN, 2013).

A educação não-formal, por sua vez, concilia-se com uma formação para a cidadania que pode ocorrer de diversas formas e em múltiplos contextos. Para Gohn (2013):

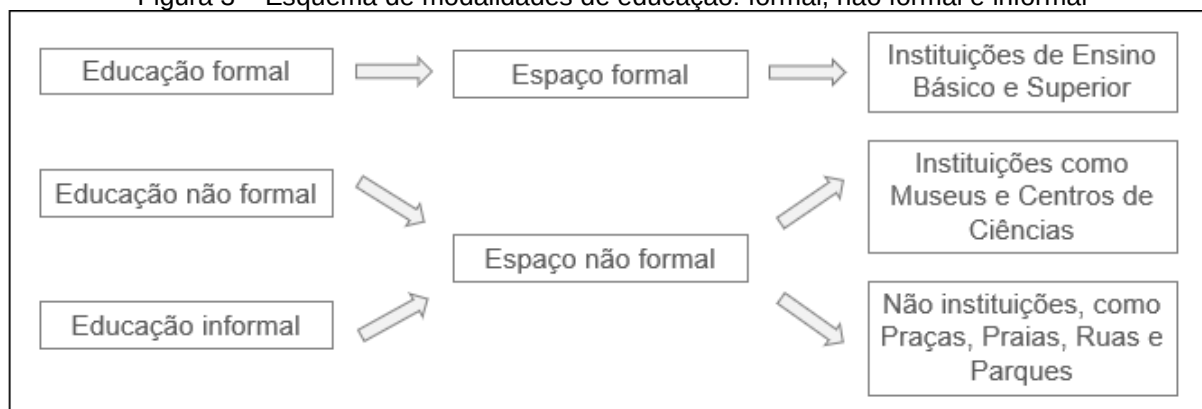
É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir em sociedade. Ele designa um conjunto de práticas socioculturais de

aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2013, p. 33)

Para Gadotti (2005), educação não-formal é um conceito amplo ligado à cultura e ainda fornece entendimento sobre o pensamento de Gohn sobre a temática:

Segundo Maria da Glória Gohn (1999:98-99), a educação não-formal designa um processo de formação para a **cidadania**, de capacitação para o **trabalho**, de **organização comunitária** e de aprendizagem dos **conteúdos escolares** em ambientes diferenciados. Por isso ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária. A educação não-formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “educação ao longo de toda a vida” (conceito difundido pela UNESCO), englobando toda sorte de aprendizagem para a vida, para a arte de bem viver e conviver (GADOTTI, 2005, p. 3 [grifos do autor]).

Figura 3 – Esquema de modalidades de educação: formal, não formal e informal



Fonte: Santos, Pedrosa e Aires (2017, p. 458).

Cañellas (2005) elucida que o que preponderantemente difere a educação formal e não-formal é seu caráter jurídico, e não o pedagógico. A educação formal é marcada por regramentos jurídicos, normatização de critérios, fiscalização, organismos de controle, o que não ocorre com a educação não-formal. No entanto, como explica o autor, ambas podem ser planejadas e ordenadas de forma sistemática, assim como ter objetivos claros, serem objeto de avaliação e outros fatores que costumeiramente se observam na educação formal.

Gadotti (2005) ressalta que duas categorias importantes para entender a educação não-formal são: espaço e tempo. A educação não-formal pode se dar em múltiplos espaços, como sindicatos, empresas, organizações não governamentais (ONGs), igrejas ou até mesmo dentro das próprias escolas. Sobre o tempo, o de aprendizagem da educação não-formal é flexível, respeita o ritmo e as capacidades

dos que dela são partícipes, diferindo do tempo da escola, rígido e com prazos definidos, em que muitas vezes o estudante deve se adaptar e não o contrário.

Um dos fatores que contribuíram com o surgimento e crescimento do campo da educação não-formal foi a exigência por trabalhadores qualificados para atender as demandas do mercado profissional (GARCIA, 2009). Assim, se os saberes repassados pela escolarização formal não são suficientes frente às exigências e constantes mudanças do mercado, há uma pressão para que esse trabalhador possa continuar aprendendo no ambiente laboral.

Em relação ao ambiente de trabalho como espaço pedagógico não-formal, Pantoja e Borges-Andrade (2009) acreditam que os ambientes organizacionais devem estar engajados em se transformar em ambientes de aprendizagem, em que para além dos eventos de treinamento bem estruturados, possa haver trocas de saberes entre os profissionais novatos e os mais experientes.

Retomando o pensamento de Garcia (2009, p. 13), a educação formal e não-formal não são antagônicas, mas interconectadas, são campos que “conversam, se complementam, se alimentam e se constituem um ao outro, mas com uma identidade própria”. A complementariedade entre o sistema formal de educação e as diversas ofertas de educação não-formal também é defendida por Gadotti (2005), que afirma que a educação não-formal pode enriquecer a formal e que modos educativos de aprendizagem podem ser reforçados.

Garcia (2009) considera que a educação não-formal é fruto do momento histórico atual, em que há uma intensificação da divulgação de iniciativas que buscam trabalhar com públicos específicos por meio da educação, como é o caso de ONGs, instituições privadas, religiosas e até mesmo públicas. Além disso, frisa que há muitas possibilidades e diversidades de iniciativas ao que se pode conceituar como educação não-formal, o que permite a contribuição de diversas áreas e bagagens culturais.

Gadotti (2005) corrobora com a autora supracitada quando menciona que a sociedade civil tem se fortalecido como espaço de difusão e reconstrução de conhecimentos. Hodiernamente, não apenas se realiza trabalho nos espaços de trabalho, mas também se aprende, visto que com as novas tecnologias de informação surgiram “novos espaços de conhecimento”, que possibilitam que os sujeitos estudem a partir do local que lhes for mais conveniente, acessando serviços educacionais que atendam suas demandas específicas e individualizadas por conhecimento (GADOTTI, 2005, p. 3).

A aprendizagem nos ambientes não-formais tende a beneficiar aqueles que buscam conhecimento que preencham as lacunas deixadas pela educação formal ou que atendam suas próprias demandas. Ambas não são antagônicas e devem se complementar, para que assim ocorra a educação continuada tão necessária na sociedade atual.

Os próximos tópicos deste referencial teórico tratarão sobre orçamento público.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento na Administração Pública é um antigo instrumento de planejamento e execução de finanças públicas que, de acordo com Carvalho (2010), mesmo que de forma rudimentar, sempre se fez presente na história, a partir do momento em que o ser humano passou a viver em sociedade.

Um dos mais antigos dispositivos de lei sobre orçamento público, encontra-se no Art. 12 da Magna Carta, outorgada em 1217, pelo Rei João Sem Terra, que dispunha:

Nenhum tributo ou auxílio será instituído no Reino, senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante. (BURKHEAD, 1971, p. 4, apud GIACOMONI, 2009)

Esse dispositivo foi conseguido, conforme Giacomoni (2009), devido a pressões de barões feudais que integravam o órgão de representação da época, pois interessava a eles escapar do até então poder discricionário ilimitado do rei em matéria tributária.

Nesse sentido, o orçamento público representa um avanço democrático, uma vez que coíbe práticas patrimonialistas e dá transparência à utilização dos recursos públicos. Conforme Silva (2004, p. 26), o orçamento “está intimamente ligado ao desenvolvimento dos princípios democráticos, à ideia de soberania popular e, por conseguinte, ao triunfo dos sistemas representativos de Governo, em contraposição aos Estados antigos”.

Figura 4 – Evolução histórica do orçamento



Fonte: Enap (2017 [online]).

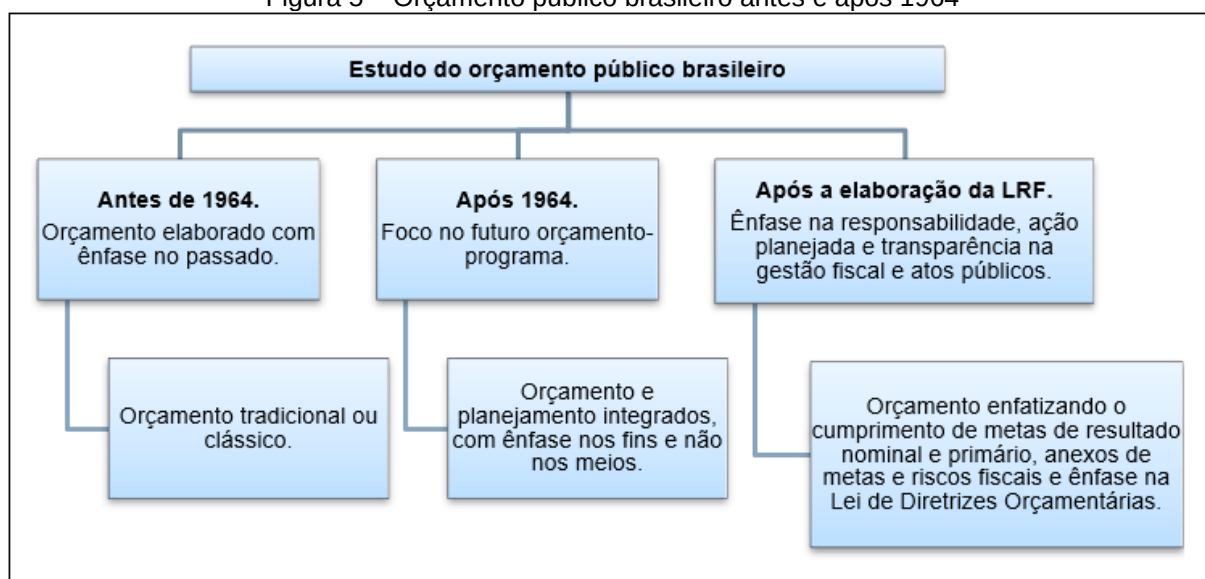
No Brasil, foram dedicados artigos às finanças públicas e orçamentos desde a constituição de 1824 e, ao longo do tempo, muitas mudanças ocorreram a cada advento de uma nova constituição (CARVALHO, 2010).

Os maiores avanços em matéria orçamentária, deram-se após a década de 1960. Em 17 de março de 1964, foi editada a Lei nº 4.340, que ainda se encontra em vigor e representou um marco histórico, norteador dos orçamentos e planejamentos públicos (CARVALHO, 2010). A Lei nº 4.320/1964,

[...] foi um marco divisor entre os orçamentos tradicionais ou clássicos e os orçamentos de desempenho ou realizações, o governo brasileiro começa a utilizar o orçamento-programa, que tem como característica principal o sistema de planejamento com base nas necessidades de cada órgão ou unidade orçamentária. (CARVALHO, 2010, p. 4)

Apesar do esforço empreendido pela lei supramencionada, ela ainda se encontrava aquém do esperado em termos de modernização das finanças públicas (CARVALHO, 2010). Então, com o avanço da legislação, em 4 de maio de 2000, foi elaborada a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Conforme Leite et al. (2008), a LRF é o instrumento mais recente que veio regulamentar questões referentes à Administração Pública, devido a períodos pouco favoráveis da gestão financeira e orçamentária no país. O diagrama a seguir ilustra a questão orçamentária no Brasil antes e após 1964.

Figura 5 – Orçamento público brasileiro antes e após 1964



Fonte: Adaptado de Carvalho (2010, p. 4).

Como se pode perceber, o orçamento público não é somente desejável em termos de controle e acompanhamento dos recursos aplicados pelo governo, mas trata-se de imposição legal, uma vez que sua exigência está descrita na forma da Lei:

Orçamento Público é uma imposição legal que representa um instrumento gerencial de administração pública, que visa atender a todas as necessidades da sociedade em um determinado período de tempo, levando em consideração as ações da gestão pública. (ÁVILA, 2006, p. 7)

Porém, mais que uma lei, o orçamento é um dos principais mecanismos de planejamento e gestão das ações governamentais e das finanças públicas. Além disso, seu papel é importante, pois expressa monetariamente os recursos que deverão ser mobilizados, no ano de sua vigência, para execução das políticas públicas e do programa de governo (MILIONI; BEHR; GOULARTE, 2015).

Aqui cabe trazer alguns conceitos que elucidam o que é o orçamento público. O Manual Técnico de Orçamento (MTO), do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, define orçamento de forma ampliada como “instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período” (BRASIL, 2021a).

Na esfera pública, o orçamento público é um instrumento importante utilizado pelos governos, com vistas a organizar seus recursos financeiros, cuja função primordial é estimar receitas e fixar despesas para um determinado exercício

financeiro. Nesse sentido, Piscitelli, Timbó e Rosa (1997, p. 27 [grifo nosso]) afirmam que:

A ação planejada do Estado quer na manutenção de suas atividades, quer na execução de seus projetos, se materializa através do orçamento público, que é o instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período de tempo, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

Conforme afirmação de Moreira Neto (2008, p. 123), “o orçamento público consiste na busca pelo planejamento e programação na atividade financeira do Estado, de modo a concretizar os princípios da economicidade e da eficiência na obtenção de receitas e na realização das despesas públicas [...]”.

É importante reforçar que o orçamento não deve ser compreendido apenas a partir do fator financeiro, pois o orçamento deve estar vinculado às atividades de planejamento. Sendo assim, o orçamento é um modo de materializar um planejamento, ou seja, de estabelecer de maneira discriminada todas as fontes e aplicações de dinheiro (HADDAD; MOTA, 2010). A partir da evolução das técnicas e conhecimentos de gestão e planejamento das ações políticas, o orçamento público deixou de ser exclusivo sistema de controle do poder político para se tornar um instrumento inerente ao planejamento (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, SILVA, 2008).

O orçamento público é norteado por alguns princípios que, segundo o MTO (BRASIL, 2021a, p. 13), “visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público”. Conforme o mesmo manual, tais princípios são válidos para todos os poderes e entes federativos, sendo estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

É necessário ressaltar que os princípios orçamentários não possuem caráter dogmático, dessa forma, estão sujeitos a transformações e modificações de seus conceitos e significados (SILVA, 1962, p. 5). O MTO apresenta os princípios orçamentários, cuja existência e aplicação decorrem de normas jurídicas. No entanto, na doutrina, pode-se encontrar a descrição de mais princípios, como os citados por Giacomoni (2009): exclusividade, discriminação ou especialização, equilíbrio, clareza, publicidade e exatidão.

Quadro 2 – Princípios orçamentários encontrados em lei

Princípios	Descrição conforme MTO 2022	Dispositivo legal
Unidade ou totalidade	Cada ente governamental deve elaborar um único orçamento, evitando-se múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política.	Art. 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.
Universalidade	O orçamento de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.	Mencionado no caput do Art. 2º, da Lei nº 4.320, recepcionado e normatizado pelo §5º do Art. 165 da CF (Constituição Federal).
Anualidade ou periodicidade	Conforme este princípio, o exercício financeiro é o período ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA (Lei Orçamentária Anual).	§ 8º, do Art. 165 da CF.
Orçamento bruto	Preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.	Art. 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.
Não vinculação da receita de impostos	Este princípio veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria CF.	Inciso IV, do Art. 167, da CF.

Fonte: Adaptado de MTO 2022 (BRASIL, 2021a).

Pode-se concluir que o orçamento público é um antigo importante instrumento que passou por evoluções para que acompanhasse as necessidades da sociedade. O orçamento público tem função de evidenciar despesas e receitas de determinado exercício e auxilia no planejamento das ações governamentais, visando a otimização dos recursos públicos em prol da sociedade. É norteado por princípios, gerenciado pelo Poder Executivo, controlado pelo Poder Legislativo e deve ser de interesse da sociedade, monitorá-lo.

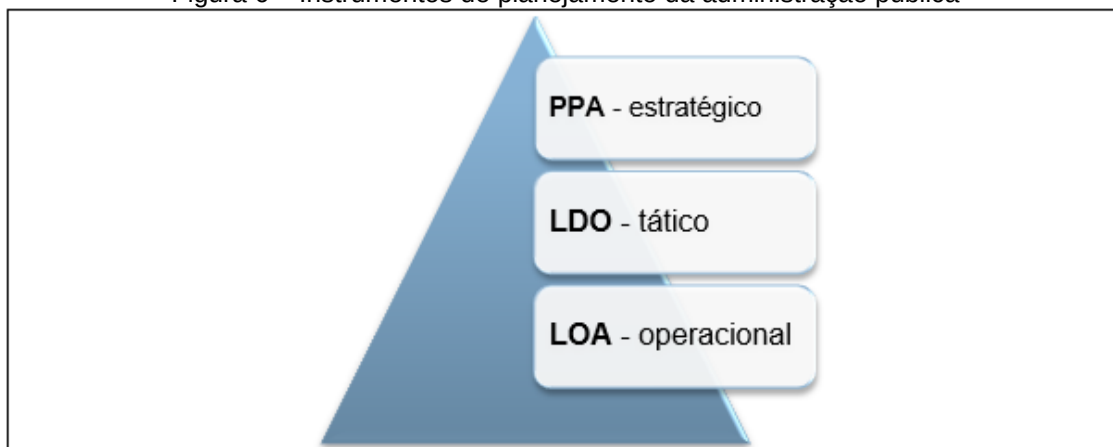
No próximo tópico, serão abordados os instrumentos orçamentários.

2.3.1 Instrumentos de planejamento da administração pública

Com o advento da CF, de 1988, foram instituídos novos instrumentos de planejamento da administração pública, mencionados pelo Art. 165, que tratam de leis de iniciativa do poder executivo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que dão suporte à elaboração e execução orçamentária no Brasil e podem ser representadas como uma “pirâmide orçamentária”, com a LOA na base, no meio a LDO e, no topo, o PPA

(CARVALHO, 2010):

Figura 6 – Instrumentos de planejamento da administração pública



Fonte: Adaptado de Enap (2017 [online]).

Segundo a Enap (2017), pode-se fazer uma relação entre o orçamento e planejamento, considerando o PPA como planejamento estratégico (de médio prazo) por definir objetivos e metas de forma ampliada; a LDO como o planejamento tático, pois se refere à tática de verificar as metas e prioridades do orçamento; e a LOA relaciona-se ao planejamento operacional, pois é nela que consta de maneira pormenorizada o orçamento referente a cada ano.

O PPA, previsto no parágrafo 1º, do Art. 165, da CF (BRASIL, 1988), é a lei que tem por objetivo estabelecer “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

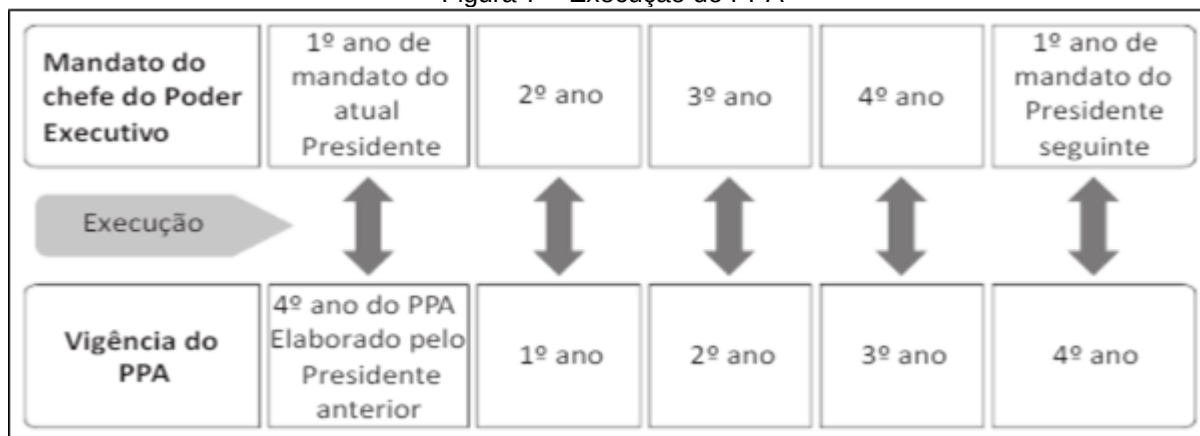
Lyrio et al. (2014) explicam que o PPA é uma síntese do planejamento de toda a administração pública e serve como orientação para a elaboração dos demais planos e programas de governo de forma regionalizada, envolvendo as diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital, despesas decorrentes das despesas de capital e os programas de duração continuada.

Dessa forma, o PPA é o “[...] principal instrumento de planejamento das ações do gestor público, pois além de ser o primeiro a ser implementado deverá abranger todas as metas que serão desenvolvidas em todo o mandato do governante” (ÁVILA; BÄCHTOLD; VIEIRA, 2011, p. 47).

O PPA tem duração de quatro anos, contudo, apesar de ter a mesma duração que o mandato do Chefe do Poder Executivo, estes não coincidem. Sendo assim, o

Chefe do Poder Executivo tem o primeiro ano de seu mandato para elaborar o PPA que irá reger os três próximos anos de seu mandato e o primeiro ano do mandato subsequente (GIACOMONI, 2009).

Figura 7 – Execução do PPA



Fonte: Haddad e Mota (2010, p. 16).

Giacomoni (2009) considera que a grande importância concedida pela CF ao PPA é medida pelas seguintes características principais:

- a vasta abrangência dos conteúdos integrantes do plano plurianual;
- a elaboração dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais deve ser feita em consonância com ele;
- nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro está autorizado a ser iniciado, a menos que haja prévia inclusão no PPA ou lei que o autorize, sob pena de crime de responsabilidade.

A LDO, por sua vez, consta no parágrafo 2º, do Art. 165, da CF, o qual dispõe que:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 1988)

A LDO é elaborada anualmente e é fundamental no processo orçamentário, constitui-se no elo entre o PPA e a LOA. A LDO estabelece quais programas, dentre os incluídos no PPA, terão prioridade na programação e execução do orçamento subsequente (HADDAD; MOTA, 2010).

Segundo Carvalho (2010), a principal função da LDO é estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do que for possível, a realização das diretrizes, objetivos e metas contemplados no PPA. Ainda de acordo com o autor, a LDO tem como papel primordial ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às possibilidades reais do Tesouro Nacional.

De acordo com o parágrafo 4º, do Art. 166 da CF, as emendas do projeto da LDO somente poderão ser aprovadas, caso sejam compatíveis com o PPA.

Conforme Giacomoni (2009, p. 219-220), a LRF “ampliou a importância e significado da LDO, ao atribuir-lhe a incumbência de disciplinar inúmeros temas específicos”. Assim, a LDO também passa a dispor sobre: o equilíbrio entre receitas e despesas, metas e riscos fiscais, programação financeira e cronograma mensal de desembolso, condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, entre outros (GIACOMONI, 2009).

Ainda de acordo com Giacomoni (2009), instituir a LDO representou uma inovação no sistema orçamentário brasileiro e sua existência facilita demasiadamente a elaboração da proposta orçamentária anual. Sobre este assunto, o autor destaca:

[...] a LDO representa uma colaboração positiva no esforço de tornar o processo orçamentário mais transparente e, especialmente, contribui para ampliar a participação do Poder Legislativo no disciplinamento das finanças públicas. Efetivamente, da maneira como são estruturados os orçamentos brasileiros, apenas a tramitação legislativa da proposta orçamentária anual tende a não ensejar, ao legislador, o conhecimento real da situação das finanças do Estado, pois essa visão síntese é obscurecida pela atenção que é concedida à programação detalhada que caracteriza as autorizações orçamentárias, na forma de uma miríade de créditos e dotações. (GIACOMONI, 2009, p. 221)

Quanto à LOA, trata-se do orçamento por excelência ou orçamento propriamente dito, pois é neste instrumento que consta o detalhamento da receita estimada e da despesa prevista. A LOA traduz em termos financeiros, para o período de um ano, os planos e programas de trabalho do governo, fazendo-se cumprir ano a ano as etapas do PPA, em conformidade com a LDO e a LRF (CARVALHO, 2010).

Enquanto o PPA e a LDO têm por objetivo discutir o planejamento, a LOA é o instrumento responsável pela efetivação e execução das diretrizes planejadas para o período de quatro anos (PPA) e para cada ano distinto (LDO), pois é neste instrumento – Lei Orçamentária Anual – que serão fixados os valores a serem efetivados em cada atividade governamental (ÁVILA, BÄCHTOLD; VIEIRA, 2011).

A LOA, conforme o Art. 2º, da Lei nº 4.320/1964, conterá “a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade” (BRASIL, 1964).

Conforme disposto na CF, Art. 165, parágrafo 5º, fazem parte da LOA: o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social. O conceito de cada um destes orçamentos é explicado no quadro a seguir.

Quadro 3 – Orçamentos da LOA

Orçamento Fiscal	Orçamento de Investimento	Orçamento da Seguridade Social
É o principal dos três orçamentos e refere-se aos poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.	Este orçamento compreende os investimentos realizados pelas empresas que o Poder Público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Deixa de lado as despesas e receitas operacionais, abrangendo apenas os investimentos das empresas estatais. As próprias fontes de recursos que viabilizam tais investimentos têm natureza de receita pública e que, portanto, necessitam de controle e acompanhamento público.	Abrange as entidades e órgãos vinculados à Seguridade Social – saúde, previdência social e assistência social – da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público. Trata-se de orçamento das áreas funcionais, que cobre todas as despesas classificáveis, como de seguridade social e não apenas as entidades e órgãos da seguridade social.

Fonte: Adaptado de Giacomoni (2009, p. 222-223).

Em consonância com o parágrafo 8º, do Art. 165 da CF, somente podem constar na LOA, os dispositivos que tratam da previsão de receita e fixação de receitas, sendo proibida a inclusão de matérias estranhas a este tema. Porém, não se inclui na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita. Além disso, os orçamentos previstos na LOA terão entre suas funções, reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional (BRASIL, 1988 [Art. 165, § 7º]).

O Ministério da Educação (MEC) é o órgão orçamentário ao qual as universidades federais estão vinculadas. Uma parte dos recursos da LOA destinados ao MEC é repassada às universidades federais por meio da matriz Andifes

(Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), que reparte o montante entre as unidades gestoras.

O tópico seguinte abordará mais detalhes sobre a distribuição orçamentária nas IFES.

2.3.2 Distribuição orçamentária nas IFES

As universidades federais brasileiras fazem parte da administração indireta e são constituídas como autarquias vinculadas ao Ministério da Educação. Elas são unidades orçamentárias do MEC, possuem dinâmica interna própria de planejamento e orçamento, que se integra ao plano nacional por meio da LOA (LYRIO et al., 2014).

Conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “as Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” e são caracterizadas por:

- I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 1996)

Também cabe ressaltar que as universidades mantidas pelo Poder Público possuem estatuto jurídico especial, de maneira que atenda às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento por meio do Poder Público, bem como dos planos de carreira e do regime jurídico de seu pessoal (BRASIL, 1996). Além disso, em consonância com a Carta Magna (Art. 207), as “Universidade gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). É por possuírem tal autonomia, que as universidades, conforme inciso IV, do parágrafo 1º, do Art. 54 da LDB, devem elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais (BRASIL, 1996).

Como já mencionado, os recursos que são destinados às universidades federais brasileiras provêm do MEC. O montante total de recursos do Ministério atribuído às IFES para as atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino denominada Outros Custeios e Capital (OCC) – orçamento total da instituição,

subtraído o recurso para pagamento de pessoal – é distribuído para cada universidade, por meio da matriz de alocação de recursos das IFES, convencionalmente chamada de matriz Andifes.

Contudo, nem sempre houve uma metodologia definida para a distribuição orçamentária entre as IFES e, pelo fato de o MEC, no passado, não utilizar um modelo racional para realizar essa distribuição, era corriqueira a prática clientelista de negociação de balcão, em que saía beneficiada com uma maior fatia do montante, aquelas universidades cujos reitores possuíam maior proximidade com o governo vigente (MEDEIROS NETO, 2019). Outra forma comum de repasse, apontada pelo autor, era a que considerava a memória de cálculo de repasses orçamentários passados, não levando em conta as mudanças ocorridas nas instituições.

Em 1991, esse cenário mudou quando o MEC apresentou à Andifes uma metodologia para alocação global de recursos para as IFES e, em 1994, surgiu a primeira portaria que instituiu um modelo matemático – baseado no modelo holandês – para distribuição de recursos de custeio e capital para as IFES (BRASIL, 2006). O modelo em que se baseava a Portaria nº 1.285/MEC, de 30 de agosto de 1994, vigorou até o ano de 1999 (BRASIL, 2006).

Segundo Reis et al. (2016, p. 1086),

Este primeiro modelo era um modelo de partição, pois sua aplicação gerava um valor de percentuais de distribuição dos recursos de OCC a incidir sobre o montante dos recursos do MEC disponíveis para a manutenção das Universidades. Era constituído de três componentes: o Histórico, o Input e o Output, em que o componente histórico compunha 90% do rateio e apenas os outros 10% em função do desempenho da Universidade em variáveis relacionadas ao tamanho e qualidade da Universidade.

Em 1999, foi desenvolvido um novo modelo composto de duas submatrizes: Matriz de Ensino e Matriz de Pesquisa. Resumidamente, a Matriz de Ensino considerava as seguintes variáveis: estudantes matriculados, concluintes, ingressantes, vagas no vestibular, peso do curso (em função de seu custo), bônus para fora de sede, bônus para cursos noturnos, taxa de retenção e taxa de evasão. Por meio de fórmulas específicas, era calculado o número Equivalente de Estudantes em Tempo Integral. Já a Matriz de Pesquisa, considerava o número de docentes envolvidos com pós-graduação e a avaliação dos programas de mestrado e doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Da combinação dos percentuais das duas matrizes resultava a partição do montante

orçamentário entre as universidades (REIS et al., 2016).

A metodologia de 1999, era alvo de queixas por parte das IFES, pois era integralmente de partição sobre um montante fixado de recursos, o que provocava competição desigual entre as instituições com perfis e tamanhos bastante distintos (BRASIL, 2006). Entre as desvantagens do modelo estão:

- a) para que uma instituição mantivesse o seu percentual de participação no modelo de um ano para o outro, ela deveria apresentar um crescimento igual à média de crescimento do sistema;
- b) não permitia um planejamento do Sistema Federal de Ensino Superior por parte da Andifes;
- c) não contemplava aspectos financeiros, com vistas à recuperação e modernização da infraestrutura das IFES (BRASIL, 2006).

Então, em 2005, ocorreu a implementação de uma nova metodologia, que se encontra em vigor até o presente. Essa metodologia começou a ser desenvolvida em 2002, pela Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), em conjunto com a Andifes e o Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das IFES (Forplad). A metodologia deveria mitigar as dificuldades encontradas até então e englobar aspectos importantes para o desenvolvimento das IFES, como:

- a) o reconhecimento da heterogeneidade do Sistema IFES;
- b) parâmetros que valorizassem o desempenho das IFES e que as induzissem a estabelecer políticas acadêmicas para retenção e redução da evasão escolar;
- c) incentivo para criação de cursos noturnos;
- d) previsão da expansão do Sistema Federal de Ensino Superior;
- e) utilização de indicadores que pudessem ser facilmente verificados;
- f) contemplar a equalização de distorções no sistema (BRASIL, 2006).

A matriz Andifes em vigor é dividida em dois orçamentos: de manutenção e de investimento. Nesse processo, foram identificados dez itens de despesa com maior impacto no orçamento: energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, Correios, vigilância, limpeza, diárias, passagens, combustíveis e manutenção de frota de veículos. Essas despesas auxiliaram na concepção de uma Unidade Básica de Custeio (UBC), cuja função é servir como parâmetro para identificar as necessidades de custeio das instituições. Ainda de acordo com o exposto no documento da Secretaria de Educação Superior (BRASIL, 2006):

Quadro 4 – Componentes da matriz Andifes

Orçamento de manutenção (constituído de duas partes)	Orçamento de investimento (objetiva a preservação da estrutura física e do patrimônio das IFES; e incentiva o crescimento quantitativo e qualitativo do Sistema Federal de Ensino Superior)
Parcela de manutenção básica: modelo sem partição, que considera a UBC, multiplicada pelo número de estudantes equivalentes de cada IFES, correspondendo a 80% do valor total do orçamento de manutenção.	Parcela de equalização: contempla a situação de cada IFES em relação à infraestrutura, subsidiando projetos específicos submetidos à SESu/MEC, independente do OCC manutenção recebido anualmente.
Parcela de qualidade e produtividade: modelo de partição relacionado à qualidade e produtividade das IFES, que considera indicadores qualitativos, correspondendo a 20% do orçamento de manutenção.	Parcela Políticas Públicas e Expansão do Sistema Federal de Ensino Superior: contempla tanto a expansão da infraestrutura física como do quadro de pessoal, ao alocar recursos para atender projetos desta natureza.

Fonte: Adaptado de Brasil (2006).

O número de estudantes equivalentes (NFTE), utilizado desde o primeiro modelo de distribuição de recursos, “é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das Instituições Federais de Educação Superior – IFES, nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC)” (BRASIL, 2006, p. 16). Esse componente de rateio integra quatro indicadores parciais referentes às atividades educacionais nos níveis de: graduação, mestrado, doutorado e residência médica. De modo sucinto, as variáveis para o cálculo do NFTE consideram alguns itens, como: número de estudantes diplomados, duração média do curso, número de ingressantes, coeficiente de retenção, bônus por turno noturno, bônus por curso fora da sede, número de estudantes matriculados efetivos em cursos de mestrado, doutorado e residência médica (BRASIL, 2006).

Após apresentar a fundamentação teórica pertinente à pesquisa, cabe evidenciar, no próximo capítulo, os procedimentos metodológicos do estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Marconi e Lakatos (2002) destacam que a seleção do instrumental metodológico deve estar diretamente relacionada ao problema a ser estudado e que tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se a ele. Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003), o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais, que permite o alcance do objetivo ao traçar o caminho a ser seguido.

Sendo parte imprescindível de toda pesquisa científica, este capítulo busca detalhar o percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos da pesquisa. Para tanto, inicialmente foi feita a caracterização da pesquisa e, em tópico posterior, constam detalhados os procedimentos técnicos utilizados para a produção de dados.

Além disso, este capítulo contempla a conceituação de prototipação e protótipos, uma vez que o Produto Educacional construído nesta pesquisa é um protótipo de curso online.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta seção tem o objetivo de apresentar os métodos e procedimentos que foram utilizados para a realização deste estudo, contemplando a classificação da pesquisa quanto à abordagem do problema, natureza, objetivos e fontes de informação (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007).

No que tange a abordagem do problema, a pesquisa tem cunho qualitativo que, conforme pontua Minayo (2007, p. 57), “caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo”. Além disso, ainda conforme a autora, também se considera a pesquisa qualitativa “multimetodológica quanto ao seu foco, envolvendo abordagens interpretativas e naturalísticas dos assuntos”. Ou seja, os sujeitos/objetos de pesquisa são estudados em seus cenários naturais e a interpretação dá-se em relação ao significado que as pessoas conferem a eles (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 2 apud CAMPOS, 2004).

Por valer-se de diversos métodos, sem privilegiar um ou outro, ou utilizar procedimentos rígidos, a pesquisa qualitativa pode ser percebida como uma bricolagem e o pesquisador como um *bricoleur*, condição que não se limita à fase de coleta de dados; também abrange o momento de análise e interpretação, na

multiplicidade de referenciais teóricos que possam embasá-lo (CAMPOS, 2004).

Além disso, é válido ressaltar que é fundamental ao pesquisador qualitativo a capacidade de coletar e interpretar dados. Visto que, na perspectiva qualitativa de investigação, busca-se a interpretação da realidade e a construção do conhecimento, não se tratando, portanto, de descoberta de conhecimento (STAKE, 1999).

Quanto à natureza, esta pesquisa é considerada aplicada. De acordo com Gil (2008), a característica precípua da pesquisa aplicada é seu interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos, pois preocupa-se com a aplicação imediata numa realidade circunstancial. O caso em tela, busca compreender quais conhecimentos sobre orçamento público demandam ser ensinados e divulgados aos servidores da UFSC, para que o protótipo do Produto Educacional possa ser desenvolvido.

Dessa forma, do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, em que será detalhado o percurso que levou à concepção e avaliação do protótipo do curso a distância. Conforme Gil (2008, p. 28), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Prodanov e Freitas (2013, p. 52) explicam que “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”. Assim, foi feito um estudo detalhado, a fim de produzir/coletar, analisar e interpretar dados, assim como aplicar a pesquisa para posteriormente apresentá-la sem inferir nos resultados.

Em relação às fontes de informação, a pesquisa é bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica, explicam Marconi e Lakatos (2002), engloba a bibliografia em relação ao tema de estudo e tem por finalidade expor o pesquisador diretamente ao que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 71).

Para este estudo, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, que é caracterizada, segundo Rother (2007, p. 1), como “publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual”. Nas revisões narrativas, não são informadas “as fontes de informação utilizadas, a metodologia para buscas das

referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos” (ROTHER, 2007, p. 1).

A revisão narrativa da literatura deu suporte à construção do referencial teórico e do Produto Educacional. Foi realizado um levantamento e leitura de trabalhos e publicações a respeito da EAD, dos AVAs e do orçamento público.

Sobre a pesquisa de campo, Almeida (2014, p. 29) considera que nesse tipo de estudo busca-se “observar os fatos como eles ocorrem no ambiente natural, sem que se possa isolar ou controlar as variáveis. Apesar disso, permite inferências sobre as relações de causa e efeito nos eventos observados”.

A pesquisa de campo, então, permitiu à pesquisadora, através de sua experiência de trabalho na SO, que pudesse identificar as particularidades institucionais e principais dúvidas que os servidores diariamente demandam sobre o orçamento da Universidade. Caracterizada a pesquisa, o tópico a seguir tratará dos procedimentos técnicos utilizados na pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

Em relação aos procedimentos técnicos, o presente estudo foi realizado por meio de um estudo de caso aplicado na UFSC. Yin (2001) explica que os estudos de caso se adaptam melhor para responder perguntas “como” e “por que”. O autor também avalia que o que singulariza o estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma grande variedade de evidências, entre elas: documentos, artefatos, entrevistas e observações.

De acordo com Gil (2008), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]”. O autor pontua que por ser concentrado em um único – ou até mesmo quando feito em múltiplos casos – há uma dificuldade de generalização dos estudos de caso. Dessa forma, “os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população a partir de procedimentos estatístico, mas sim o de expandir ou generalizar proposições teóricas” (GIL, 2008, p. 58). Visto isso, no presente estudo foi feita a análise de uma instituição específica, a qual possui características próprias e servidores públicos que têm suas específicas demandas por conhecimento.

O presente estudo foi elaborado por meio de pesquisa documental, a qual, de

acordo com Severino (2007), possui como fonte diversos documentos, não se restringindo a documentos impressos. Destaca-se que o conteúdo dos documentos é matéria-prima para o pesquisador desenvolver sua análise, ou seja, eles ainda não passaram por nenhum tratamento analítico.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, a criação do protótipo de curso sobre o orçamento público, foram analisados dados orçamentários da instituição, obtidos por meio de relatórios e leis orçamentárias.

Além disso, foi feita pesquisa com os TAEs, com a adoção de questionário eletrônico, realizado com o apoio dos formulários do Google Forms. De acordo com Gil (2008, p. 121), o questionário consiste em “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas [...]” e pode ser proposto de forma escrita, sendo assim considerado questionário autoaplicado.

O questionário pode ser observado no Apêndice A e conta com 11 perguntas fechadas e uma aberta. Ele foi aplicado de forma online e teve o propósito de levantar e entender quais conhecimentos os servidores já possuíam sobre o tema, suas principais dúvidas, os conteúdos que gostariam que fossem abordados e o grau de interesse em um curso sobre o tema. Aplicado nos TAEs da UFSC, os quais foram convidados a participar por e-mail, foram obtidos 60 respondentes.

Moore e Kearsley (2008) consideram que na perspectiva construtivista, os estudantes também são fonte de conhecimento e podem ser incluídos durante o processo decisório sobre quais conteúdos serão ensinados em um curso – daí a importância do questionário, no sentido de investigar o que os TAEs, público-alvo do curso, gostariam de saber sobre o tema.

Conforme já mencionado anteriormente, a ideia da criação de um curso sobre orçamento público surgiu de conversas informais com os servidores que atuam na SO. Dessa forma, tais servidores foram consultados, por meio de grupo focal, para compreender suas expectativas quanto ao que será abordado no curso online e o que eles percebem como necessário que seja ensinado, a fim de qualificar ainda mais o trabalho dos Técnico-Administrativos em Educação. Também foram convidados dois servidores integrantes do quadro do Departamento de Contabilidade e Finanças, com larga experiência na área, dos quais apenas um pôde participar.

São cinco servidores integrantes da SO/SEPLAN, contando com a

pesquisadora responsável por esta dissertação. Assim, foram consultados três servidores, pois um deles esteve impossibilitado de participar. Como as ausências foram comunicadas poucos minutos antes do início do grupo focal, decidiu-se iniciar sem eles. A pesquisadora atuou como mediadora do grupo focal, seguindo um roteiro de perguntas, que se encontra no Apêndice B.

Grupos focais têm como marca “o uso explícito da interação do grupo para a produção de dados e insights que seriam menos acessíveis sem a interação verificada em um grupo” (MORGAN, 1988 apud FLICK, 2009, p. 188). Assim, acredita-se que com a interação com estes servidores que têm experiência na área orçamentária e financeira da universidade, foi possível obter importantes entendimentos para a criação do curso.

3.3 PROTOTIPAÇÃO

Uma vez que o objetivo final deste estudo é desenvolver o protótipo de um curso no AVA Moodle sobre orçamento público, destinado aos TAEs da UFSC, com enfoque nos aspectos do orçamento da universidade, considera-se necessário apresentar aspectos relevantes a respeito de prototipação.

Protótipos, de acordo com Buchenau e Suri (2000), são representações gráficas do produto, construídos antes de o artefato final existir e são criados com a finalidade de informar o processo de desenho e as decisões tomadas para seu alcance.

Berkun (2000) complementa que prototipação é um modo de explorar ideias antes de investir nelas; economizando, assim, tempo e recursos. O autor também explica que o protótipo é análogo a uma fachada, como um cenário de um teatro, em que somente a frente da estrutura é construída.

Os protótipos permitem que as partes interessadas no produto – ou *stakeholders* – possam interagir com ele, o que se dá de forma restrita em comparação a um artefato pronto, uma vez que o protótipo é limitado, por enfatizar algumas características do produto e não outras (ROGERS; SHARP; PREECE, 2013). De acordo com as autoras, a prototipação divide-se entre de baixa fidelidade e de alta fidelidade.

A construção de protótipos de baixa fidelidade requer, normalmente, técnicas muito simples, como desenho a mão livre utilizando lápis e papel que, ainda que rudimentar, facilitam a compreensão dos conceitos sem se ater a detalhes

operacionais e/ou estéticos (OLIVEIRA et al., 2007).

Protótipos de baixa fidelidade não guardam muitas semelhanças com o produto finalizado, pois são versões rudimentares do projeto que utilizam materiais muito diferentes da versão final pretendida, não havendo intenção de manter e integrar protótipos desse tipo ao produto acabado. Esboços, storyboards e prototipação com cartões são alguns tipos de protótipos de baixa fidelidade. Têm suas vantagens por serem simples, baratos e de rápida produção, o que é particularmente importante nos estágios iniciais de desenvolvimento, em que as representações devem ser flexíveis o bastante, de modo a permitir a exploração e modificação (ROGERS; SHARP; PREECE, 2013).

Por sua vez, os protótipos de alta fidelidade “contêm as principais funcionalidades presentes na interface do futuro sistema. Eles definem, claramente, os aspectos estéticos (padrão, fonte, cor, tamanhos de botões etc.) e os componentes de navegação” (OLIVEIRA et al., 2007, p.18). Com esse tipo de protótipo funcionalmente completo e semelhante ao artefato final, é mais fácil simular o comportamento da interface, gerando feedbacks significativos do usuário. Além disso, permitem que sejam realizados testes de usabilidade e a reutilização de partes do protótipo no produto finalizado (OLIVEIRA et al., 2007).

Algumas vantagens e desvantagens dos protótipos de baixa e de alta fidelidade estão demonstradas no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Vantagens e desvantagens – protótipos de baixa e alta fidelidade

Protótipos de baixa fidelidade	
Vantagens	Desvantagens
Custo mais baixo de desenvolvimento.	Verificação limitada de erros.
Avaliam múltiplos conceitos de design.	Especificação pobre em detalhe do código.
Instrumento de comunicação útil.	Mais facilitados.
Abordam questões de layout de tela.	Utilidade limitada após estabelecimento dos requisitos.
Úteis para identificação de requisitos de mercado.	Utilidade para testes de usabilidade limitada.
<i>Proof-of-concept</i> (demonstrações de que o conceito funciona).	Limitações de fluxo e navegação.
Protótipos de alta fidelidade	
Vantagens	Desvantagens
Funcionalidade completa.	Desenvolvimento mais caro.
Totalmente interativos.	Sua criação demanda tempo.

Protótipos de alta fidelidade	
Vantagens	Desvantagens
Definem claramente o esquema de navegação.	Não servem para coleta de requisitos.
Dirigidos aos usuários.	Ineficientes para designs <i>proof-of-concept</i> .
Uso para exploração e teste.	
Mesma aparência do produto final.	
Servem como uma especificação viva.	
Ferramenta de venda e marketing.	

Fonte: Adaptado de Rogers, Sharp e Preece (2013).

No presente estudo, optou-se por um protótipo de alta fidelidade. Foram definidos os temas de cada módulo do curso, as atividades propostas e os fóruns estruturados na plataforma Moodle, a fim de obter uma maior aproximação visual da interface final do curso a distância sobre orçamento público, destinado aos servidores da UFSC. Assim, o protótipo propiciará a base para que o material instrucional possa ser construído em outro momento, não sendo parte deste projeto de pesquisa.

Após esta apresentação dos procedimentos metodológicos envolvidos nesta pesquisa, cabe evidenciar, no próximo capítulo, os resultados da pesquisa atingidos com os questionários e o grupo focal.

4 RESULTADOS DE PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos por meio dos questionários e do grupo focal.

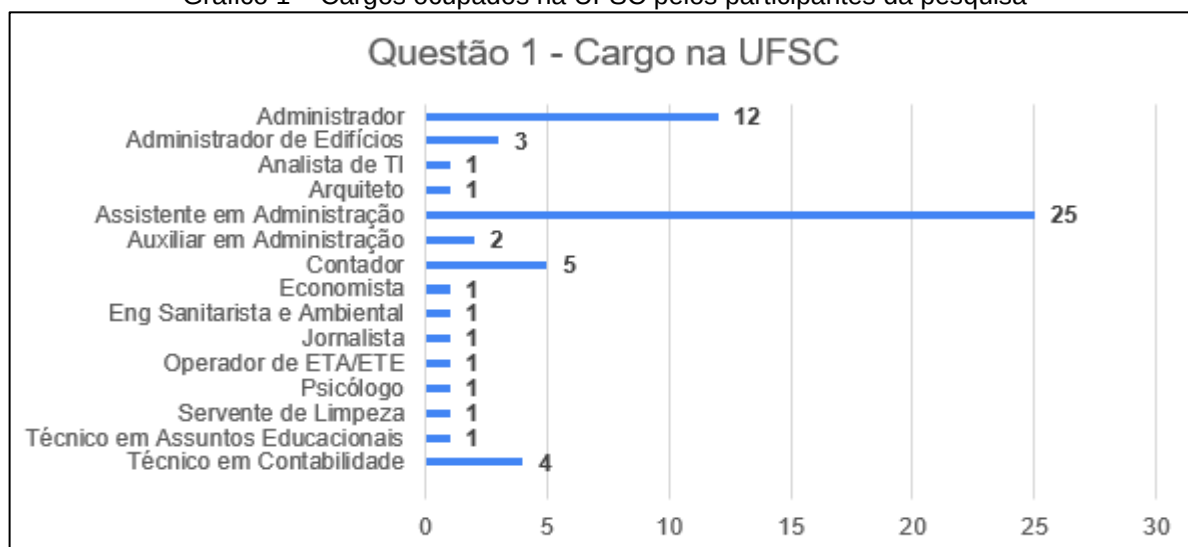
4.1 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários foram divulgados aos TAEs da UFSC por e-mail convite e aqueles que se interessaram em responder a pesquisa puderam participar voluntariamente, sem distinção de cargo ou setor de atuação. Os questionários foram aplicados de forma online, no mês de maio de 2021 e, ao todo, foram obtidas 60 respostas.

4.1.1 Cargo ocupado na UFSC

A fim de caracterizar os participantes da pesquisa, na primeira questão, pode-se ter um panorama de qual é o cargo ocupado por eles. A maioria dos participantes possui o cargo de Assistente em Administração, representando 42% do total de respostas – cargo que exige o ensino médio completo como formação mínima, é o mais numeroso na UFSC e o mais amplo em relação ao rol de atividades que podem ser exercidas, podendo haver Assistentes em Administração realizando as mais variadas atividades de apoio administrativo em diversos setores.

Gráfico 1 – Cargos ocupados na UFSC pelos participantes da pesquisa



Fonte: Dados primários (2021).

Em seguida, estão os Administradores, representando 20% dos participantes. Além destes dois cargos, também participaram da pesquisa ocupantes das seguintes posições: Administrador de Edifícios, Analista de Tecnologia da Informação, Arquiteto, Auxiliar em Administração, Contador, Economista, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, Jornalista, Operador de ETA/ETE, Psicólogo, Servente de Limpeza, Técnico em Assuntos Educacionais e Técnico em Contabilidade.

4.1.2 Tempo de serviço na UFSC

Nesta pesquisa, por meio da questão dois, procurou-se investigar o tempo de experiência de trabalho que os participantes têm na UFSC, pois acredita-se que conforme o servidor possui mais experiência e anos de trabalho na instituição, maiores são suas chances de conhecer um pouco mais sobre orçamento público e ter entrado em contato com o tema em suas atividades laborais.

Pode-se inferir que a maior parte dos respondentes possui bastante experiência de trabalho na universidade, uma vez que 40% deles trabalham na UFSC entre seis e dez anos, 10% atuam de dez a quinze anos e 8%, acima de 15 anos. Sendo assim, 58% dos participantes trabalham na UFSC há, pelo menos, seis anos. 10% relataram que são novos servidores, com tempo de casa entre um e três anos e 32% atuam entre três e cinco anos.

Gráfico 2 – Tempo de serviço na UFSC



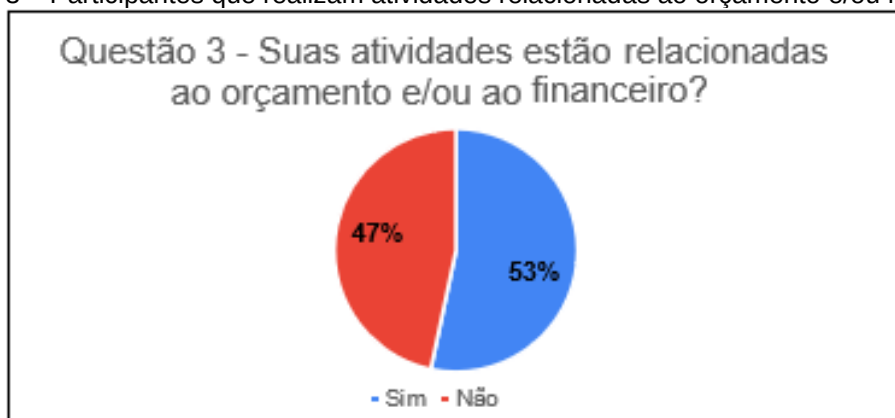
Fonte: Dados primários (2021).

4.1.3 Atividades relacionadas ou não a orçamento e finanças

Nesta questão (três), buscou-se verificar se as atividades que os participantes da pesquisa realizam estão relacionadas a orçamento e finanças. Dessa forma, pôde-se realizar cruzamento de dados, a fim de compreender se o interesse em realizar o

curso é restrito a quem atua diretamente na área ou se mesmo servidores que possuem outras atividades também consideram importante para sua prática laboral conhecer o tema e realizar o curso. Apurou-se que 53% dos participantes possuem atividades relacionadas ao orçamento e ao financeiro.

Gráfico 3 – Participantes que realizam atividades relacionadas ao orçamento e/ou financeiro



Fonte: Dados primários (2021).

4.1.4 Primeiro contato com o tema orçamento público

Na questão quatro, dentre os participantes, 48% responderam que o primeiro contato com o tema orçamento público se deu durante a realização de curso de graduação, 32% durante os estudos para o concurso público e 3% em cursos de pós-graduação, o que pode demonstrar que entre alguns deles há uma base teórica a respeito do tema, seja prévia ou mesmo concomitante à prática de trabalho.

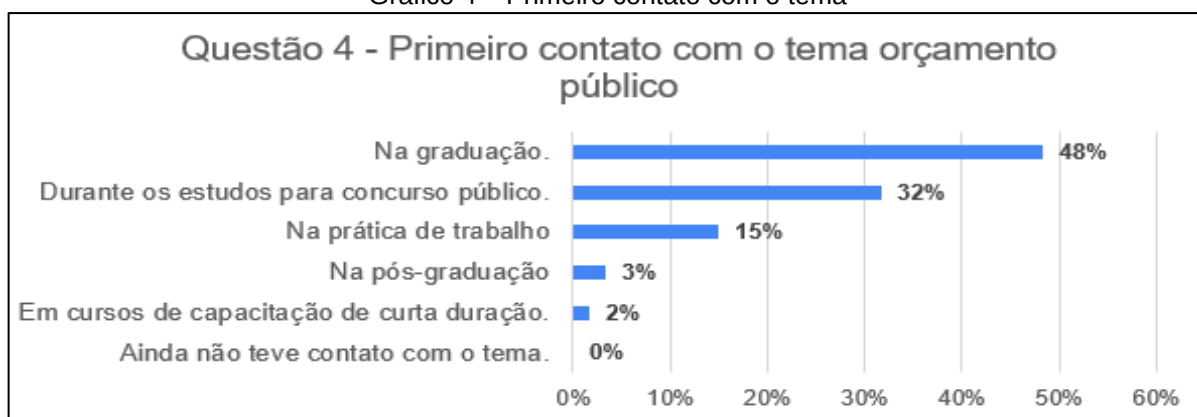
Para 2% dos participantes, o primeiro contato ocorreu em cursos de curta duração, o que pode sinalizar uma característica proativa para buscar mais conhecimentos e completar sua formação a respeito de um tema importante para o funcionamento dos serviços públicos.

Para 15% dos respondentes, o primeiro contato foi decorrente da prática de trabalho, sendo que, dentre eles, 55% atuam diretamente com orçamento e finanças na UFSC.

É pertinente pontuar que o servidor que inicia na área orçamentária e/ou financeira sem um entendimento prévio acerca do orçamento público, pode apresentar dificuldades em realizar o trabalho, o que pode ser percebido tanto pela pesquisadora, como pela equipe da SO, quando, por exemplo, são apresentadas dúvidas, porém de maneiras confusas. Muitas vezes, este servidor não consegue se expressar com clareza, exatamente por não ter os conhecimentos necessários para isso. Neste

contexto, há também relatos de servidores que iniciam em uma área relacionada a orçamento e finanças, sem apoio do servidor que anteriormente ocupava o cargo. Assim, revela-se que a ausência de embasamento teórico para respaldar a prática laboral torna o cotidiano de trabalho ainda mais complexo e que este levantamento reforça a relevância de que um curso sobre orçamento público, com ênfase no orçamento da UFSC, pode ter na qualificação dos TAEs.

Gráfico 4 – Primeiro contato com o tema



Fonte: Dados primários (2021).

4.1.5 Participação em cursos sobre orçamento público

A maioria dos participantes relatou, na questão cinco, já ter realizado algum curso específico sobre orçamento público, totalizando 60% das respostas. Destes, 45% optaram por cursos a distância, 7% por cursos presenciais e 8% relataram ter feito tanto curso a distância, quanto curso presencial sobre o tema. Os demais, 40%, afirmaram não ter feito nenhum curso sobre orçamento público.

Dentre os que afirmaram ter realizado cursos sobre orçamento público, 64% atuam em atividades relacionadas a orçamento e finanças e 36% realizam outros tipos de atividades na Universidade, o que aponta que a busca por cursos relativos ao tema não se encontra restrita àqueles que atuam diretamente na área.

A partir das respostas sobre essa questão, fica evidente que a preferência se dá por cursos a distância, uma vez que somente 7% afirmaram ter realizado exclusivamente cursos presenciais.

Um dos motivos para se optar pela EAD, de acordo com Moore e Kearsley (2008), é a harmonização da educação com o trabalho e a vida familiar. Isto porque os cursos a distância dão conta de proporcionar conhecimento a adultos com vidas atribuladas, viabilizando que escolham o melhor momento para realizar seus cursos.

Gráfico 5 – Participação em cursos sobre orçamento público



Fonte: Dados primários (2021).

4.1.6 Participação em cursos sobre orçamento público, previstos no Plano de Desenvolvimento de Pessoas

O PDP da UFSC, referente ao ano de 2020, recomenda dois cursos sobre orçamento público, a distância – “Básico em Orçamento Público” e “Introdução ao Orçamento Público”, ofertados pela Enap.

Na presente pesquisa, buscou-se saber se os servidores já realizaram esses cursos (questão seis) e obteve-se como resposta que 51% realizaram um deles ou ambos e que 49% realizaram outros cursos sobre orçamento, resultado que demonstra que os servidores têm buscado realizar cursos indicados pela gestão da Universidade.

Assim, quando o protótipo do curso estiver totalmente desenvolvido, será positivo integrá-lo ao PDP, com vistas à divulgação e maior adesão de parcela dos servidores que já são atentos ao que ele preconiza.

Gráfico 6 – Realização de cursos previstos no PDP

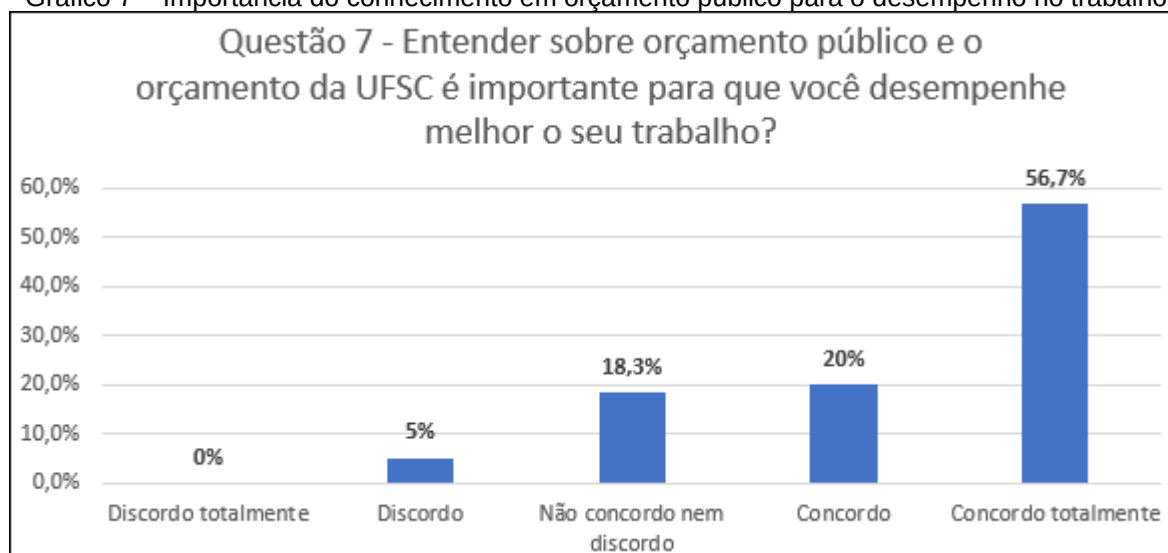


Fonte: Dados primários (2021).

4.1.7 Importância do conhecimento em orçamento público para o desempenho no trabalho

Como já levantado pela questão três (Gráfico 3), participaram da pesquisa tanto servidores que atuam diretamente com orçamento e finanças nas unidades administrativas e acadêmicas, como os que realizam atividades não intrinsecamente relacionadas. Dentre os pesquisados, em números gerais, 56,7% concordam totalmente que o entendimento acerca de orçamento público é importante para seu desempenho no trabalho, 20% concordam, 18,3% não concordam nem discordam e 5% discordam, conforme explicita o Gráfico 7.

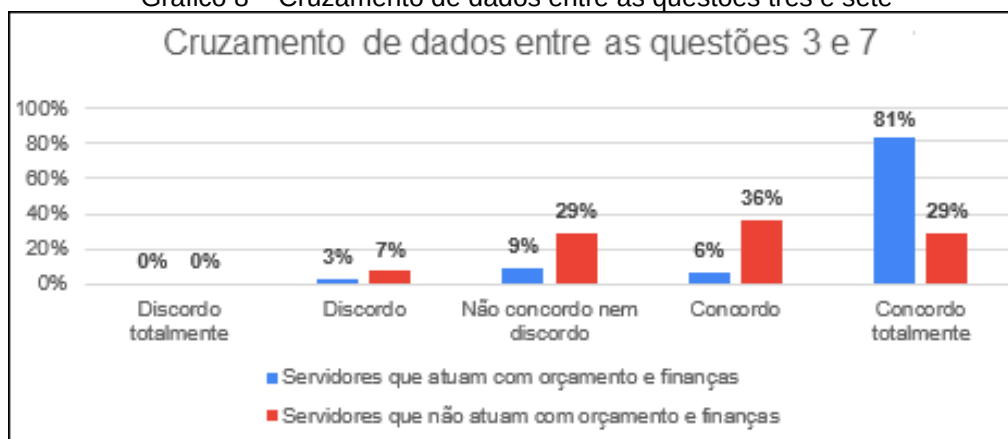
Gráfico 7 – Importância do conhecimento em orçamento público para o desempenho no trabalho



Fonte: Dados primários (2021).

Ao realizar o cruzamento entre os dados das questões três e sete, pôde-se observar se a concordância quanto à importância do tema também era notória entre os servidores que não atuam diretamente com orçamento e finanças. Assim, o Gráfico 8 evidencia que mesmo entre os que não trabalham na área, a maioria afirma concordar que a compreensão sobre o assunto é relevante para seu desempenho funcional, sendo que 29% destes concordam totalmente e 36% concordam.

Gráfico 8 – Cruzamento de dados entre as questões três e sete



Fonte: Dados primários (2021).

A partir do resultado exposto, fica demonstrado que o protótipo do curso não deve focar apenas em questões técnicas relativas ao cotidiano de trabalho dos TAEs com atividades relacionadas a orçamento e finanças, mas abranger todos os TAEs da Universidade que, independentemente da função que exercem, desejam conhecer mais a fundo a respeito do orçamento público e do orçamento da UFSC.

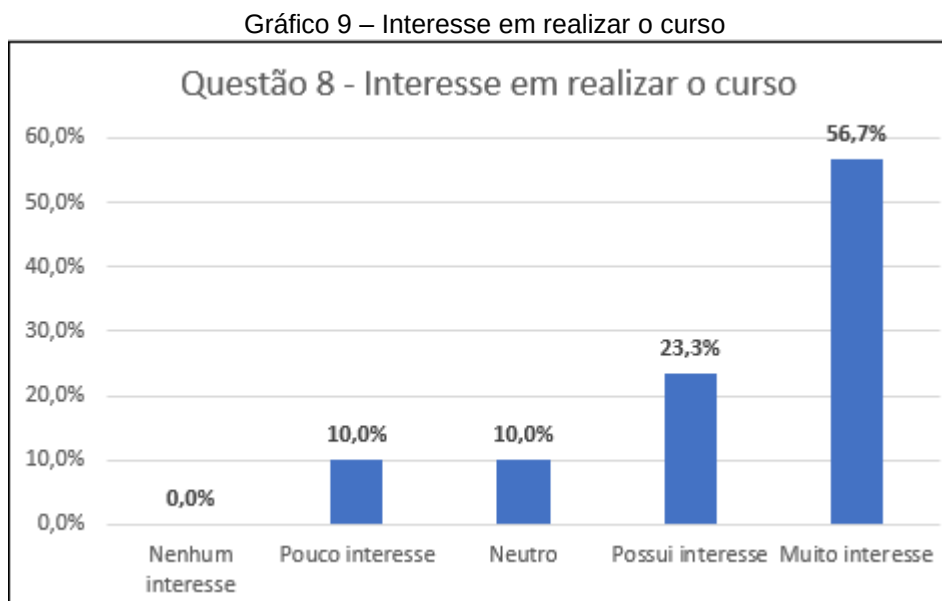
Segundo Paludo (2013), o orçamento público é instrumento do planejamento da administração que garante os créditos orçamentários, os quais tornam possível a realização das ações que, por sua vez, possibilitam o alcance dos objetivos dos programas. Além disso, compreender como se dá esse planejamento é benéfico para todos os servidores e alguns motivos que podem ser elencados são: a) para que possam participar da gestão democrática da Universidade com maior respaldo; b) para compreender notícias que são veiculadas pela mídia a respeito do futuro das Universidades no tocante aos seus recursos; c) para sanar dúvidas, como por exemplo, por qual razão algumas Universidades recebem mais recursos que outras ou sobre qual parcela do orçamento os gestores possuem ingerência e qual parcela pertence a despesas obrigatórias que, portanto, têm destinação específica.

Esta lista não é exaustiva e destina-se somente a exemplificar alguns dos motivos pelos quais esse conhecimento pode ser importante para os TAEs, sem distinção de quais atividades são realizadas por eles.

4.1.8 Interesse em realizar o curso

De maneira geral, os participantes demonstram ser bem receptivos à ideia da realização de um curso sobre orçamento público com enfoque na realidade da UFSC. Dos entrevistados, 56,7% afirmaram ter muito interesse, 23,3% ter interesse, 10%

declararam-se neutros e 10% ter pouco interesse, conforme o Gráfico 9, a seguir:



Fonte: Dados primários (2021).

Ao analisar esses dados conjuntamente com os da questão três, têm-se que a parcela maior de interessados está entre aqueles que atuam com orçamento e finanças, sendo que 78,1% destes têm muito interesse e 12,5% possuem interesse, totalizando 90,6% de interessados entre os que possuem interesse e muito interesse. É natural que aqueles que atuam diretamente na área sejam mais engajados, no entanto, entre os que não atuam na área, 32,1% responderam ter muito interesse e 35,7% possuem interesse, totalizando 67,8%, como pode ser observado no Gráfico 10, a seguir.

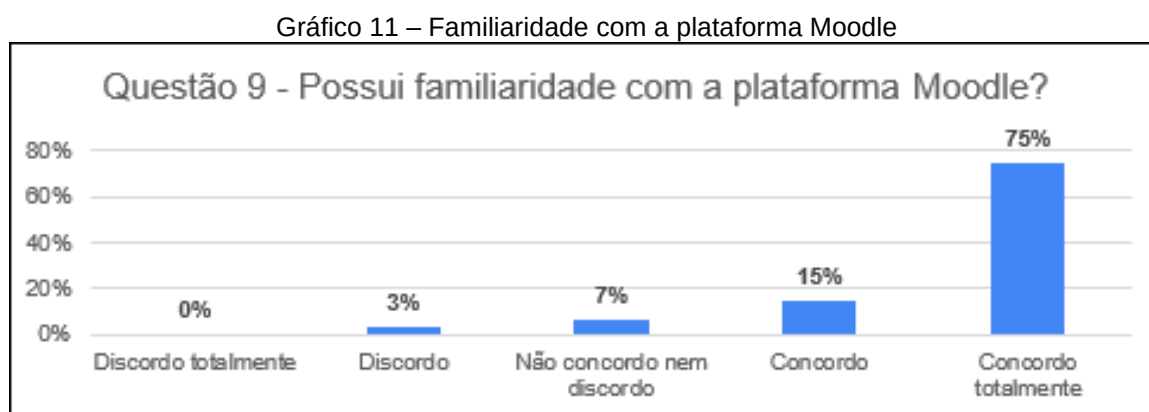
Gráfico 10 – Interesse entre servidores que atuam e não atuam com orçamento e finanças



Fonte: Dados primários (2021).

4.1.9 Familiaridade com a plataforma Moodle

Como a escolha pela plataforma Moodle foi pré-estabelecida pela pesquisadora, com base nas análises anteriormente realizadas, procurou-se identificar (com a questão nove) se os TAEs têm conhecimento sobre a referida plataforma. Assim, obteve-se que 90% dos participantes concordam que possuem familiaridade com a plataforma, 7% declaram-se neutros com a afirmação e 3% discordam, ou seja, 3% não têm familiaridade com a Moodle, conforme exposto no Gráfico 11, que segue:



Fonte: Dados primários (2021).

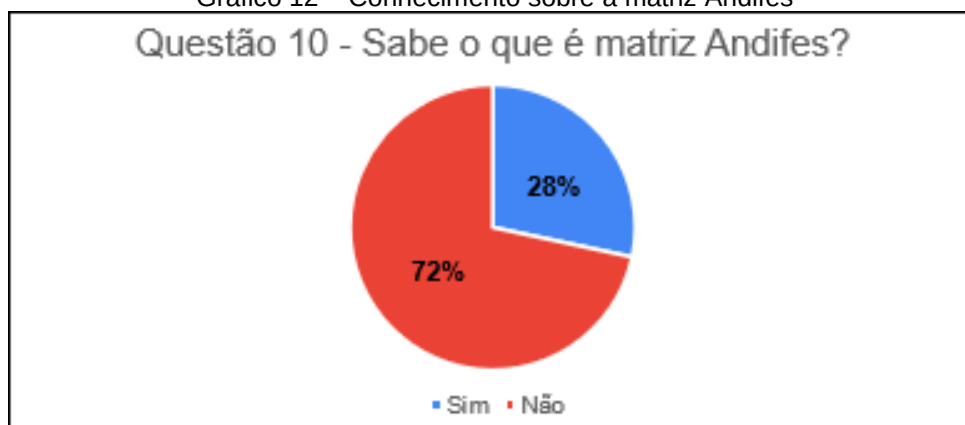
Com a identificação de que no grupo pesquisado há pessoas que não têm proximidade com essa tecnologia, mesmo que seja uma minoria, faz-se necessário que no início do curso sejam disponibilizadas informações que os auxilie na utilização da plataforma. O que corrobora com o pensamento de Almeida (2013), autor que afirma ser primordial criar condições que favoreçam o desenvolvimento de competências em relação ao uso das TIC no âmbito do próprio curso.

4.1.10 Conhecimento sobre a matriz Andifes

As questões dez e 11 tiveram por finalidade identificar se os participantes possuem conhecimentos básicos de questões de distribuição orçamentária nas IFES e, especificamente, na UFSC.

Na décima pergunta, foi questionado se os pesquisados sabem o que é matriz Andifes e, dentre eles, 72% responderam não ter conhecimento, enquanto 28% afirmaram saber do que se trata (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Conhecimento sobre a matriz Andifes



Fonte: Dados primários (2021).

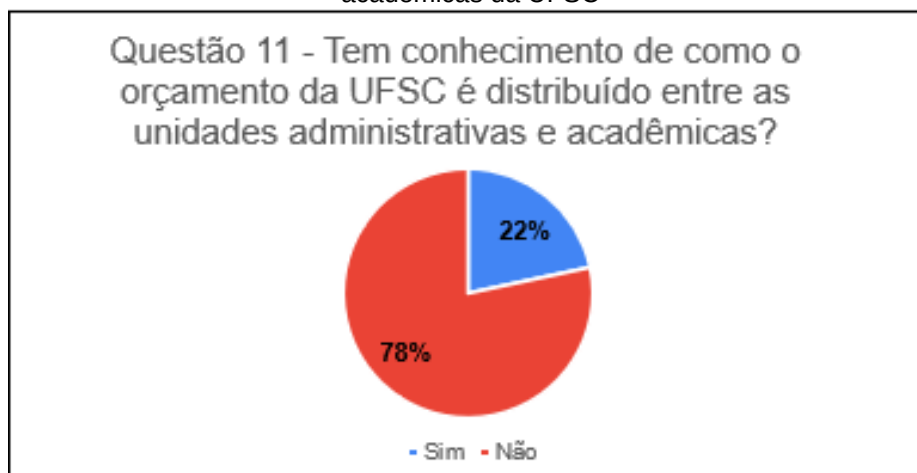
Como já tratado com maior detalhamento no tópico 2.3.2, a matriz Andifes define critérios objetivos para a distribuição dos recursos do MEC destinados às IFES. Contudo, vale lembrar que anteriormente à existência da matriz, os recursos de custeio e capital destinados a essas instituições não respeitavam critérios objetivos, favorecendo, de acordo com Medeiros Neto (2019), práticas clientelistas, por meio das quais, as instituições mais beneficiadas seriam aquelas cuja reitoria possuísse maior proximidade com o governo vigente.

4.1.11 Conhecimento sobre como o orçamento da UFSC é distribuído entre as unidades administrativas e acadêmicas

As questões deste tópico e do próximo (4.1.12) destinaram-se a sondar sobre alguns conhecimentos que os participantes detêm ou não em relação ao orçamento na Universidade.

Na questão 11, a maioria (78%) respondeu não possuir o conhecimento de como os orçamentos de custeio e de capital são distribuídos entre as unidades administrativas e acadêmicas da UFSC, cujos percentuais podem ser observados no Gráfico 13, a seguir:

Gráfico 13 – Conhecimento sobre a distribuição do orçamento entre as unidades administrativas e acadêmicas da UFSC



Fonte: Dados primários (2021).

Apesar de desconhecida pela maior parte dos participantes, a Universidade possui, desde 1997, a Matriz de Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capital para as Unidades Universitárias da UFSC. Essa matriz visa distribuir os recursos de custeio, oriundos do Tesouro, que não fazem parte dos custos fixos da Universidade (como despesas com luz, água, telefonia, limpeza, segurança, manutenção elétrica, entre outras) – ou seja, ela faz a distribuição do orçamento restante, depois de descontados os custos fixos (UFSC, 1997).

São oito variáveis que compõem a matriz, sendo que cada variável possui fórmulas para seu cálculo e, da soma de todas as variáveis, resultará o valor final da matriz. Pode-se observar quais são as variáveis no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Componentes da matriz de distribuição de recursos de OCC para as unidades universitárias da UFSC

Matriz de distribuição de recursos de OCC para as unidades universitárias da UFSC	
Variável 1	Fator histórico da execução orçamentária.
Variável 2	Quantitativo de estudantes formados e vagas oferecidas no vestibular: • Subvariável 2A = estudantes formados; • Subvariável 2B = vagas no vestibular.
Variável 3	Quantitativo de matrículas efetuadas, professores efetivos e servidores Técnico-Administrativos: • Subvariável 3A = matrículas efetuadas (graduação e pós-graduação stricto sensu); • Subvariável 3B = professores efetivos (20h e 40h); • Subvariável 3C = servidores Técnico-Administrativos.
Variável 4	Qualificação docente.
Variável 5	Atividades de pós-graduação.
Variável 6	Publicação científica.

Matriz de distribuição de recursos de OCC para as unidades universitárias da UFSC	
Variável 7	Disponibilidade de espaço físico.
Variável 8	Atividades de extensão.

Fonte: Adaptado de UFSC (1997, p. 6).

Como essas variáveis levam em consideração a quantidade de alunos, professores e espaço físico, que são variáveis relacionadas ao tamanho das unidades acadêmicas, por consequência, as unidades maiores recebem os valores mais significativos. Além disso, como elas realizam mais projetos, também incrementam seus orçamentos com as taxas desses projetos.

Apesar de integrarem o nome da matriz, os recursos de custeio e capital não têm sido distribuídos a partir de critérios da matriz, o que vem ocorrendo em razão do achatamento constante dos recursos de capital advindos do Tesouro e impossibilita que a gestão possa fazer sua distribuição. Em geral, os recursos de capital provenientes do Tesouro são geridos pela reitoria da UFSC e alocados conforme prioridades das unidades administrativas e acadêmicas (UFSC, 2020c).

Os recursos próprios da Universidade, por sua vez, não são alocados conforme a matriz. Recursos próprios são aqueles que não advém do Tesouro, mas são arrecadados pela UFSC, como, por exemplo, aluguel de espaços físicos da instituição para atividades comerciais, taxas arrecadadas de projetos de extensão, recolhimento de multas pagas à Biblioteca Universitária (BU) por atraso de livros, arrecadação do Restaurante Universitário (RU), entre outros (UFSC, 2019)

Os recursos próprios podem ser alocados tanto em capital como em custeio, ficando a critério do ordenador de despesa a sua utilização. Na UFSC, recursos próprios têm destinação específica previamente definidos pela gestão. Os aluguéis de espaços físicos da UFSC, por exemplo, têm arrecadação expressiva e são totalmente destinados à assistência estudantil. Somente para elucidar, em 2020, essa fonte de recurso próprio arrecadou o total de R\$ 2.202.996,62 (BRASIL, 2021b). Não serão listadas aqui todas as fontes de recursos próprios e seus respectivos direcionamentos, por este não ser o foco do projeto, bastando a informação elencada para exemplificar, não sendo pertinente um detalhamento da questão.

4.1.12 Dúvidas sobre orçamento público e/ou orçamento da Universidade

De acordo com o documento Referenciais de Qualidade para a Educação

Superior a Distância, não há um modelo único de educação a distância, pois os programas podem apresentar desenhos diferentes e diversas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. Além disso, o que irá definir a melhor metodologia a ser utilizada são as reais condições e necessidades dos estudantes (BRASIL, 2007). Por esta razão e em consonância com ela, no questionário, foi inserida uma pergunta aberta para que os participantes pudessem livremente discorrer sobre suas dúvidas a respeito do tema orçamento público.

Para Silva (2011), o responsável pelo curso ou autor deve considerar a realização de um estudo diagnóstico com os estudantes, a fim de investigar e identificar suas demandas, assim como as principais dificuldades que o público-alvo pode apresentar. A autora também argumenta que, muitas vezes, o enfoque está naquilo que os estudantes já conhecem, sendo que há um aspecto pedagógico importante na aprendizagem: aquilo que os estudantes não conhecem ao iniciar um curso.

Dessa forma, a questão aberta proposta na pesquisa tem grande relevância na construção do protótipo do curso, uma vez que pode contribuir com pistas relativas às necessidades de conhecimento acerca do tema.

Em sua aplicação, alguns participantes inseriram mais de uma dúvida na mesma resposta e, com isso, optou-se por fragmentar cada resposta obtida, conforme as dúvidas apresentadas. Destaca-se que nos quadros a seguir estão elencadas tais dúvidas, respeitando a forma que os respondentes escolheram para descrevê-las.

Assim, as dúvidas foram segmentadas nas seguintes categorias: a) não apresentou dúvidas; b) dúvidas gerais/pouco entendimento; c) distribuição orçamentária; d) execução orçamentária e financeira; e) histórico orçamentário, contingenciamento e bloqueios no orçamento; f) despesas públicas; g) procedimentos e sistemas utilizados na gestão do orçamento na UFSC.

Na categoria dos que não apresentaram dúvidas, houve o total de 14 respostas, o que não se relaciona diretamente com desinteresse em realizar o curso por parte da maioria dos respondentes, uma vez que destes 14, 13% responderam ter muito interesse em realizar o curso, 40% afirmaram ter interesse, 20% declararam-se neutros e 27% responderam ter pouco interesse.

Quadro 7 – Categoria a) Não apresentou dúvidas

Não apresentou dúvidas	
1. Nenhuma.	8. Na verdade não tenho dúvidas pois não trabalho diretamente com o assunto.
2. Não tenho dúvidas pois não trabalho diretamente com assuntos envolvendo orçamento público.	9. Não tenho dúvidas.
3. Não tenho nenhuma dúvida específica no momento.	10. Nada a declarar.
4. No momento, não tenho dúvidas.	11. -
5. Não tenho dúvidas no momento.	12. Como desconheço a teoria, não tenho dúvidas de teorias.
6. Sem dúvidas.	13. Não se aplica.
7. Nenhuma.	14. -

Fonte: Dados primários (2021).

As dúvidas que não se apresentaram focadas em um tema específico foram separadas como dúvidas gerais e estão apresentadas nas respostas a seguir.

Quadro 8 – Categoria b) Dúvidas gerais/pouco entendimento

Dúvidas gerais/pouco entendimento	
1. Não entendo quase nada do orçamento da UFSC.	6. Desconheço seu funcionamento e distribuição, então possuo dúvida geral sobre o tema.
2. Funcionamento global do orçamento da UFSC.	7. Gostaria de aprender mais para poder explicar para a imprensa e nas demandas que temos na Agecom [Agência de Comunicação da UFSC].
3. Conheço a teoria mas tenho dificuldade em colocar na prática na UFSC, a instituição é ampla fazemos uma pequena parte do todo, não temos a visão geral.	8. Quero entender para poder planejar o orçamento do meu Departamento, para propor com base na realidade as inovações de TI.
4. Como passei a desenvolver atividades ligadas ao financeiro recentemente, acredito que tenho muito a aprender ainda sobre orçamento público.	9. Gostaria de entender melhor o funcionamento do orçamento da UFSC, com vistas a auxiliar o setor financeiro do centro de ensino onde atuo em melhores tomadas de decisão quanto a aquisição de bens e serviços diretamente relacionados às minhas funções (manutenção predial).
5. Preciso de esclarecimentos desde o básico.	

Fonte: Dados primários (2021).

A partir dessas respostas, pôde-se analisar que há participantes que relatam pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema, necessitando de esclarecimentos desde o básico, como pode ser visto no quadro anterior, nas respostas nº 1, 2, 5 e 7.

Dessa forma, considerando a demanda apresentada, a proposta é o curso contemplar conhecimentos introdutórios em Orçamento Público, no Módulo 1.

Nas respostas 4, 7, 8 e 9 fica evidente uma forte disposição para aprofundar os conhecimentos sobre o orçamento público e o da UFSC, visando a aplicação desse aprendizado no cotidiano de trabalho.

A partir das respostas, percebe-se que alguns participantes correlacionam os conhecimentos em orçamento público ao melhor desempenho de suas atividades, assim como mencionam que com eles terão mais propriedade para tratar do tema e para realizar um melhor planejamento em suas unidades.

A respeito da próxima categoria, pôde-se agrupar algumas respostas em distribuição orçamentária, sobre a qual foi pontuado o maior número de dúvidas e que podem ser observadas no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – Categoria c) Distribuição orçamentária

Distribuição orçamentária	
1. Toda a cadeia de alocação e destinação, desde o Governo Federal até chegar na UFSC.	13. Em relação a valores recebidos, critérios de destinação às unidades, alocação, remanejamento em caso de cortes etc.
2. Qual parâmetro é utilizado para distribuição de recursos entre os órgãos públicos.	14. Como é a distribuição de receita dentro do centro.
3. As minhas principais dúvidas são sobre a distribuição do recurso pelo MEC à UFSC e da Sede aos campi.	15. Qual o orçamento da UFSC; como é feita sua distribuição.
4. Não detenho um conhecimento profundo acerca da matriz e saber ainda mais raso sobre a forma de distribuição interna na UFSC. Gostaria de saber mais como a matriz funciona e como o orçamento é distribuído internamente. Gostaria de saber se na distribuição interna essas questões (oferta para outros Centros e custo de material de aula prática/manutenção de equipamentos) são consideradas também.	16. A principal dúvida é sobre a distribuição do orçamento entre as unidades, pois algumas vezes parece-me que a divisão é feita de forma desigual e algumas unidades são favorecidas em detrimento de outras. Como é feito este controle? Quais os parâmetros utilizados para definir quem recebe o quê?
5. Como são distribuídos os recursos orçamentários entre as unidades. Qual o valor de recursos disponíveis para a Universidade. Como é planejada a destinação dos recursos.	17. Gostaria de entender melhor o que é a matriz Andifes mencionada; como o orçamento é distribuído na UFSC entre as unidades administrativas e acadêmicas;

Distribuição orçamentária	
6. Tenho dúvidas no critério de divisão do orçamento da UFSC.	18. Mas a princípio a maior é sobre o montante distribuído a cada centro como "duodécimo". Em que ele pode ser usado?
7. Critérios que a UFSC usa para alocar recursos, principalmente investimentos, entre as unidades.	19. O que é o duodécimo?
8. As formas de distribuição na estrutura da instituição.	20. Seria interessante aprender sobre como o orçamento da UFSC interfere nos recursos das Unidades acadêmicas, pois eu trabalho em uma delas. Apesar de não trabalhar no financeiro, acho importante ter esse conhecimento.
9. Internamente como é distribuído entre os setores.	21. Sobre a distribuição, a identificação dos recursos enviados para UFSC.
10. Não entendo como é calculado o valor destinado à minha unidade (valor que considero muito baixo para as atividades executadas).	22. Transparência na Previsão de orçamento a ser disponibilizado para as Unidades, não apenas depois do que é de fato realizado.
11. Por que alguns centros têm mais recursos que outros? Qual é a prioridade dos gastos na UFSC?	23. Como é realizado o planejamento do orçamento da UFSC?
12. Como é a divisão entre as unidades. Quais pagamentos são usados orçamentos gerais e quais são dos setores. Quem define a gestão de orçamento e quem em específico gerencia.	

Fonte: Dados primários (2021).

Nesta categoria, alguns participantes relatam interesse em conhecer como o orçamento é planejado na esfera federal, o que inclui a elaboração do PPA, LDO LOA. Como também há dúvidas relacionadas à distribuição orçamentária entre as unidades administrativas e acadêmicas da UFSC. As dúvidas encontradas neste quadro são abordadas ao longo do curso, principalmente nos Módulos 1 e 4 do Produto Educacional.

Outra categoria que foi identificada é a referente a dúvidas a respeito das execuções orçamentária e financeira, expostas no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Categoria d) Execução orçamentária e financeira

Execução orçamentária e financeira
1. Recursos financeiros e orçamentários.
2. Na verdade, minha dúvida maior é sobre a operacionalização do orçamento da UFSC em suas unidades.

Execução orçamentária e financeira

3. Quem é responsável por responder aos fornecedores sobre os pagamentos? Quem é o responsável pelos pagamentos e como é o fluxo dos pagamentos?

Fonte: Dados primários (2021).

A primeira dúvida apresentada no quadro anterior é comumente recebida no cotidiano de trabalho daqueles que atuam na SO e no DCF. O equívoco entre execução orçamentária e execução financeira é comum, pois nas finanças governamentais, uma está atrelada à outra. A execução financeira das instituições públicas difere das organizações privadas, visto que nestas, a execução financeira pode ocorrer paralelamente ao orçamento (o qual cumpre papel de orientador geral) e, dessa forma, é possível que o orçamento sofra mudanças, acompanhando o comportamento real das finanças (GIACOMONI, 2009).

No âmbito das finanças governamentais, não há tal flexibilidade, no que diz respeito aos gastos:

O orçamento de despesa não é apenas uma peça de orientação; a execução financeira das despesas deve ter sempre como marco definidor as autorizações constantes do orçamento. O comportamento financeiro da instituição pública é produto da execução de determinada programação, a qual se reveste de forma orçamentária. (GIACOMONI, 2009, p. 290)

A execução orçamentária pode ser definida como a utilização dos créditos consignados no orçamento, enquanto a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando atender a realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade (ENAP, 2014).

Na técnica orçamentária, crédito e recurso têm significados distintos: crédito representa o lado orçamentário, a autorização do gasto, enquanto recurso refere-se ao financeiro, indicando o dinheiro ou saldo financeiro. Sendo assim, crédito e recurso são faces da mesma moeda (ENAP, 2014). Caso haja orçamento sem financeiro, a despesa não poderá ocorrer, assim como não é possível utilizar recurso financeiro, caso não haja disponibilidade orçamentária.

As dúvidas 2 e 3, por sua vez, expostas no Quadro 10, representam indagações mais gerais, a respeito da execução orçamentária e financeira, principalmente no que concerne aos estágios da execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento, além de como esse processo é realizado na UFSC.

As questões que compõem essa categoria são abordadas no Módulo 3, no protótipo do curso. Pretende-se, no desenvolvimento do material instrucional do protótipo, relacionar os conceitos com a prática do que é realizado na UFSC, indicando quais são os procedimentos a serem feitos, o setor responsável etc.

A próxima categoria identificada é: e) histórico orçamentário da UFSC, contingenciamento e bloqueios no orçamento, cujas dúvidas desta categoria podem ser observadas no Quadro 11, a seguir:

Quadro 11 – Categoria e) Histórico orçamentário, contingenciamento e bloqueios no orçamento

Histórico orçamentário, contingenciamento e bloqueios no orçamento
1. Quando é anunciada alguma restrição orçamentária pelo Governo Federal, não fica claro quais os impactos diretos e indiretos sobre a UFSC, e como a instituição pode fazer frente às restrições.
2. Como é realizada a previsão de gastos para o ano subsequente; considerando que existe uma grande parte do orçamento contingenciada, gostaria de entender como se dá o processo de planejamento para alocação de recursos para o exercício financeiro vigente e também como se inicia o planejamento para a escolha das áreas onde deve haver redução de gastos, supressão valores de contratos.
3. Sobre histórico de orçamento da UFSC e o impacto nas políticas da Universidade nos últimos anos; o futuro da Universidade considerando a tendência de redução orçamentária.

Fonte: Dados primários (2021).

Um assunto que gera muitos debates dentro da comunidade acadêmica e repercussão na mídia é o do contingenciamento do orçamento da Universidade, o que pode ocorrer de três maneiras: pelo orçamento condicionado, limitação de empenho e bloqueios no orçamento fora do conceito de limitação de empenho, podendo ser chamado contingenciamento temporário para futuros ajustes (ABRAHAM, 2019).

Assim como as demais IFES, a UFSC vem sofrendo com o encurtamento dos recursos discricionários nos últimos anos. Nesta situação, a gestão da UFSC tem trabalhado intensamente para minimizar os problemas relacionados à redução dos recursos, desenvolvendo ações como renegociação de contratos, incentivo ao uso racional de energia elétrica e água, entre outras, objetivando a continuidade do ensino, pesquisa e extensão de qualidade para os estudantes.

No entanto, apesar dos esforços da gestão para racionalizar o uso dos recursos da UFSC, também cabe à comunidade acadêmica e a toda sociedade a discussão sobre a importância de manter o financiamento adequado das IFES, para que a

manutenção da infraestrutura, assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão não sejam prejudicados com dotações orçamentárias reduzidas a cada ano.

Estes tópicos, que tanto preocupam a comunidade universitária, são abordados no Módulo 4 do Produto Educacional.

Algumas dúvidas também foram agrupadas na categoria despesas públicas, apresentadas no Quadro 12, a seguir:

Quadro 12 – Categoria f) Despesas públicas

Despesas públicas
1. A diferenciação de cada rubrica.
2. Entender as rubricas, como o dinheiro é destinado e pode ser utilizado por cada item
3. Tenho dúvidas desde o plano de contas, da distribuição de valores/recursos para cada conta

Fonte: Dados primários (2021).

As dúvidas relativas ao quadro anterior se relacionam ao conhecimento sobre a classificação das despesas públicas, comumente denominadas rubricas, na prática laboral. Despesa pública, conforme Carvalho (2010, p. 336), “é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”.

O conhecimento da classificação das despesas é importante para os TAEs que atuam com orçamento e finanças nas unidades administrativas e acadêmicas da UFSC, pois ao adquirir algum produto ou serviço e realizar os trâmites necessários, é preciso que enquadrem a despesa corretamente e algumas dúvidas podem surgir a esse respeito. A classificação de despesas, segundo a natureza e outros tipos de classificação de despesas, são abordados no Módulo 2 do Produto Educacional.

A próxima categoria de dúvidas é a g) procedimentos e sistemas utilizados na gestão do orçamento na UFSC, a qual recebeu as seguintes dúvidas:

Quadro 13 – Categoria g) Procedimentos e sistemas utilizados na gestão do orçamento na UFSC

Procedimentos e sistemas utilizados na gestão do orçamento na UFSC
1. Procedimentos operacionais no sistema MATL e SARF. Geração de relatórios e entendimento das rubricas.
2. Procedimentos operacionais relacionados ao orçamento público. Qual o papel da contabilidade no contexto orçamentário. Sistemas operacionais utilizados na gestão orçamentária.

Fonte: Dados primários (2021).

Nesta categoria, há dúvidas relacionadas à prática da gestão orçamentária e financeira na UFSC, no tocante aos sistemas operacionais utilizados e procedimentos realizados por servidores que atuam em sua gestão orçamentária e financeira.

Foram citados, na pergunta nº 1, do quadro anterior, os sistemas SARF e MATL. O SARF é um sistema idealizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças juntamente com o Núcleo de Processamento de Dados da UFSC e utilizado exclusivamente pela instituição na execução financeira e orçamentária. O SARF é o sistema de execução orçamentária e financeira, em que todos os registros orçamentários da UFSC são lançados pela SO. Os TAEs que trabalham nas diversas unidades administrativas e acadêmicas utilizam o SARF para solicitar, reforçar, anular e consultar empenhos (UFSC, 2021).

O MATL, por sua vez, é um módulo do SARF, que possui algumas funcionalidades diferentes, relacionadas à administração de materiais. Neste módulo do sistema, é possível acessar informações sobre pedidos de compra e almoxarifado (UFSC, 2021).

Outro sistema utilizado na UFSC, bem como por todos os órgãos federais, é o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o qual é indispensável para o registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Ele foi criado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 1987, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) (BRASIL, 2020a).

Anteriormente à criação do SIAFI, os registros eram realizados manualmente, apresentando problemas, como falta de informações gerenciais, constantes defasagens na escrituração contábil, inconsistência de dados, entre outros (BRASIL, 2020a).

O SIAFI,

É um sistema informatizado que processa e controla, por meio de terminais instalados em todo o território nacional, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União. (BRASIL, 2020b)

De acordo com o Tesouro Nacional (BRASIL, 2020c), o SIAFI representou um grande avanço para a contabilidade pública da União e hoje é reconhecido, no mundo inteiro, além de recomendado pelo Fundo Monetário Internacional.

Além destes sistemas mencionados, também é utilizado na UFSC, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), o qual permite “a elaboração, registro, controle, acompanhamento e gestão dos processos de concessão de diárias e passagens nos afastamentos a serviço da Administração Pública” (BRASIL, 2020d).

Todos esses sistemas citados, bem como os principais procedimentos técnicos realizados na UFSC, tais como: solicitação de transferência de recursos, consulta de saldos orçamentários, emissão de diárias e passagens, entre outros, são abordados no Módulo 5 do Produto Educacional.

Neste tópico, foram expostas as dúvidas recebidas por meio do questionário eletrônico, em seguida, foi explicado em qual módulo esses assuntos são tratados no Produto Educacional. No próximo tópico, será feita a análise proveniente dos dados obtidos por meio de grupo focal.

4.2 RESULTADOS DO GRUPO FOCAL

A fim de qualificar a proposta do Produto Educacional apresentado nesta dissertação de mestrado, foi feita uma discussão online com um grupo focal, composto por três pessoas que trabalham na Superintendência de Orçamento e uma pessoa do Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC. Além destas, frisa-se que outras duas pessoas foram convidadas, uma da SO e a outra do DCF, mas tiveram imprevistos de última hora e ficaram impossibilitadas de participar das discussões.

Buscou-se identificar algumas questões como, por exemplo: (a) o que é considerado importante que seja ministrado num curso de iniciativa interna sobre o orçamento da UFSC; (b) quais são as principais dúvidas percebidas a respeito do orçamento; (c) em que medida um curso online, criado e ministrado pela SO, pode diferenciar-se dos demais cursos online de orçamento que existem no mercado; (d) quais temas deveriam ser abordados; e (e) outras questões que o grupo julgou relevante. Na sequência, apresentam-se as repostas obtidas durante as discussões com o referido grupo focal, transcritas na ordem e na forma que ocorreram.

Quadro 14 – Importância de um curso sobre orçamento ministrado a partir de iniciativa interna da UFSC

Pesquisadora	Por que consideram importante que seja ministrado um curso de iniciativa interna sobre o orçamento da UFSC?
Respondente 1	Em virtude da grande rotatividade que tem de servidores que atuam nessa área, acho que esse curso é muito... principalmente se ele ficar disponível sempre para que as pessoas que vão assumindo esses cargos nessas unidades possam se aprimorar e conhecer melhor os procedimentos, as normas, os encaminhamentos, como é feito o orçamento e a distribuição dentro da própria Universidade.
Respondente 2	Complementando o que o Respondente 1 está dizendo, além da rotatividade dos servidores, têm pessoas que também entram em setores sem nenhum respaldo de alguém que possa auxiliá-los. É uma área muito técnica, às vezes as pessoas não têm aquela formação, em tese não tem obrigação de saber aquele conteúdo, mas sabe que é de suma importância para poder funcionar a unidade e a Universidade como um todo. Então, acredito que é muito importante esse curso para a comunidade universitária.
Respondente 3	Eu penso assim... Eu sei que não vão fazer, porque é uma coisa difícil, mas tem diretor de centro, coordenador de projeto que não sabe nada sobre como funciona o orçamento da UFSC e está administrando. Às vezes é até difícil conversar com eles, confundem recurso orçamentário com financeiro, é bem complicado para quem está trabalhando fazendo a execução, fica difícil às vezes falar. Então o curso é bem importante mesmo. Acho que o público é difícil conseguir que participe, mas seria interessante.
Pesquisadora	Acha que o pessoal não teria interesse em participar?
Respondente 3	Para quem está em uma direção de centro eu acho meio difícil, porque professores são mais complicados. Mas se conseguisse seria bom... Eu vejo que tem muito cancelamento depois de vencido, de passado o ano de empenho, isso tudo é perda, né?
Respondente 4	Complementando a Respondente 3, não necessariamente precisa ser os diretores, muitas vezes o pessoal, não sei se contadores, mas no centro, muitos que passaram no concurso colocam para fazer essa parte de orçamentário e financeiro e não têm nem noção de como funciona. Às vezes um treinamento para quem pede a transferência, que tem que fazer um empenho ou solicitar uma passagem e diária e não tem nem noção de como funciona. Às vezes, não seja necessariamente o diretor do centro. Se alguém que trabalha na área orçamentária e financeira no centro for treinado, já acho que vai ajudar muito a sanar essas dúvidas que às vezes, para nós, são banais. Pode parecer óbvio [para quem está na área], mas quem chega não tem noção de como funciona, a execução, como são os passos, os trâmites na área orçamentária e financeira...
Respondente 1	Na verdade, assim... eu acho que a Respondente 3 tem razão e vocês todos. Eu acho que assim, se você criar uma ferramenta que seja fácil, um curso online que a pessoa não precise ir pra frente de uma sala, sentar-se na cadeira, ficar 3, 4 horas aprendendo e sim, se nesse curso tiver a possibilidade de: ah eu quero saber algo sobre passagem, pega aquela parte do conteúdo e entende o que é passagem. Isso facilitaria bastante essa disseminação da informação para esses gestores que certamente não participam desses cursos, esses treinamentos que existem, porque não tem tempo é claro, mas eu acho que se conseguisse fazer essa ferramenta com essa característica facilitaria bastante.

Fonte: Dados primários (2021).

Percebe-se que os participantes são unânimes quanto à importância de um curso sobre orçamento público direcionado aos TAEs da UFSC, o que corrobora com a própria percepção dos respondentes do questionário eletrônico. Comentou-se sobre a falta de respaldo que alguns servidores encontram ao trocar de setor e até mesmo formação escolar que não engloba disciplinas sobre orçamento público. Desta forma, um curso sobre orçamento público contextualizado com o orçamento da UFSC pode auxiliar todos os servidores interessados em conhecer mais sobre o assunto.

Quadro 15 – Principais dúvidas dos servidores sobre orçamento

Pesquisadora	No cotidiano de trabalho, quais são as principais dúvidas que vocês percebem que os servidores têm a respeito do orçamento?
Respondente 3	No DCF, a principal dúvida principalmente quando é TED, recurso de descentralização, eles confundem quando vocês falam “liberei recurso”, vocês liberam recurso orçamentário, aí a maioria dos coordenadores tem na cabeça que na hora que libera o recurso o dinheiro está aqui. Então, é bem complicado conversar com as pessoas. Tem uns que ficam até assim: “não, mas eu sei que liberou e não sei o que...”, e a gente tem que explicar. Desde que eu estou aqui, desde que eu trabalhava com prestação de conta de convênio, tinha essa dúvida. Eles tinham essa dificuldade de saber o que é recurso orçamentário e o que é recurso financeiro. Isso é uma dúvida bem grande. A gente nota também que as pessoas que estão trabalhando fazendo empenho e mandando pagar, acham que é assim, fiz o empenho acabou, a hora que chega tem que pagar na hora, é assim que eu vejo, que a gente vê aqui o andamento das demandas, né? Eles não entendem, eles não entendem mesmo.
Respondente 4	Tem o orçamento e o financeiro, não sabem a diferença. Às vezes, o pessoal liga no orçamento: “já foi liberado, como ainda não está na conta para pagar?” Fazem uma confusão, entre orçamento e financeiro... a confusão é bem grande, eu acho. Poucos entendem a diferença. Quem vai entender talvez seja o contador.
Respondente 3	Mas a pessoa que trabalha eu acho que também deveria saber... Porque já ajuda bastante, a pessoa ter uma noção já ajuda bastante. Pelo menos o básico, se ela souber o básico, já ajuda um bocadinho. Porque nem isso eles sabem.
Respondente 1	Eu acho, na verdade, em relação às dificuldades... Eu acho que eles têm dificuldade de todas as maneiras, desde a classificação orçamentária, que eles não sabem o que é material de consumo e o que é serviço de terceiro... Então eu percebo que a gente encontra nessas unidades com os pares que estão lá as diversas maneiras e dificuldades. Desde essa principal básica comentada, orçamento e financeiro, que são duas peças muito diferentes no linguajar do orçamento público, até outras informações mais simples em relação à classificação do material, né? Então eu

Pesquisadora	No cotidiano de trabalho, quais são as principais dúvidas que vocês percebem que os servidores têm a respeito do orçamento?
	acho que o arcabouço disso é a construção de um trabalho que possa levar desde um conteúdo mais geral, mas que também traga esses conteúdos mais pormenorizados, conteúdos mais detalhados para as pessoas que estão trabalhando nessa área de orçamento e finanças. Desde um documento, uma ND, o que é uma ordem bancária, o que é liquidação, tudo isso que faz parte deste processo todo.
Respondente 2	Eu vejo no dia a dia... Eu tenho recebido e-mails sempre de dúvidas pontuais, como consultar saldos, principalmente no SCDP, tem muita confusão entre diárias de não servidor e diária internacional, como fazer o primeiro empenho para vincular. Principalmente consulta de saldo, eu acredito que deu uma melhoria (desde que consigamos) atualizar o site, mas existem muitas dúvidas em relação à consulta de saldo para pedir a transferência das cotas, entender que tem a cota. Mas acho que a pesquisa mesmo do saldo a gente recebe bastante. Mas para chegar nesse ponto de não saber consultar saldo, a pessoa já tem o entendimento que existe aquela rubrica, então é uma dúvida do dia a dia, mais de quem trabalha na área.
Respondente 1	Tudo isso, falando com conhecimento de que existe o SCDP, SARF, MATL, todos esses sistemas que estão envolvidos neste trabalho do orçamento e finanças, sem esses três sistemas e SIAFI, essa questão de conhecimento fica meio que vaga. Então, essas ferramentas que a gente utiliza no dia a dia têm que ficar bem claras.

Fonte: Dados primários (2021).

Este momento do grupo focal foi importante para que os participantes pudessem contribuir, a partir de suas experiências na UFSC, a respeito do que deve ser abordado no curso sobre orçamento. Foram mencionadas suas percepções sobre as dúvidas que os servidores apresentam no cotidiano sobre orçamento e finanças.

A respondente 3 comenta sobre a dificuldade encontrada por muitos TAEs sobre a diferença entre execução orçamentária e execução financeira. Isso confirma o que já havia sido levantado como dúvida pelo questionário com o outro grupo e o que já era previsto pela pesquisadora de ser incorporado ao curso.

Trazer para o curso tópicos sobre os sistemas que a UFSC utiliza na gestão orçamentária e financeira, como SIAFI, SCDP, SARF e MATL, além da classificação de despesas, também já estava programado e foi confirmado pelo Respondente 1.

A Respondente 2 comentou sobre a importância de o curso abordar os procedimentos técnicos realizados na prática laboral, como consulta a saldos orçamentários nos sistemas, tópicos que também constam no Produto Educacional.

Quadro 16 – Como um curso de iniciativa interna pode se diferenciar dos demais existentes em outras instituições

Pesquisadora	Como um curso online criado e ministrado pela SO pode se diferenciar dos demais cursos online de orçamento que existem no mercado?
Respondente 2	Acho que uma coisa que poderia diferenciar é fazer alguma coisa totalmente detalhado, por exemplo, explicando o MATL que é uma ferramenta nossa, só da UFSC, isso seria totalmente diferente desses outros cursos online, porque traria exatamente a prática do dia a dia, como a gente executa e gerencia o nosso orçamento.
Respondente 1	É exatamente isso que a Respondente 2 fala, é trazer esses cursos mais globalizados para uma realidade nossa, levar à prática nossa, o que se faz aqui, para que as pessoas que vão fazer esse curso tenham noção disso. Não vamos fazer um curso de orçamento público de forma globalizada, mas um curso que vai trazer as informações básicas de orçamento público e sobre finanças públicas, mas vai ser um pouco mais para a realidade interna da Universidade.
Respondente 4	Trazer o dia a dia da UFSC, como funciona aqui, quem vai, por exemplo, nos centros. Quem não entende como funciona, não vai acessar o SIAFI, mas vai saber como funciona no SARF o passo a passo, até que eles tenham a diária e a passagem no saldo. Eles também vão entender mais fácil se a gente colocar como funciona no dia a dia na UFSC. Mais direcionado, não é uma coisa no nacional, é assim, mas como faz dentro da UFSC é mais específico, mais interno.
Respondente 3	É isso que foi dito, por ser direcionado aos problemas da Universidade, o resultado seria melhor. Não é para virar especialista, mas para saber como vai lidar dentro da Universidade, acho que isso que é o importante, saber como lidar aqui.

Fonte: Dados primários (2021).

Os participantes do grupo focal concordam que o curso deve se diferenciar dos demais cursos existentes sobre orçamento, ao trazer conteúdos que sejam específicos da realidade da UFSC, realizando a conexão entre os conceitos mais gerais e necessários para entender o orçamento de forma globalizada e a realidade do orçamento da Universidade.

De acordo com Marcelino (2015), o indivíduo adulto tem a necessidade de saber por que cada assunto é apresentado em cursos que realiza e se eles contribuirão para a resolução de problemas presentes e futuros de sua atuação profissional. Assim, buscou-se, durante o desenvolvimento do protótipo, manter o conteúdo do curso focado na perspectiva da UFSC.

Quadro 17 – Temas que devem ser abordados

Pesquisadora	E quais temas deveriam ser abordados?
Respondente 1	Orçamento. Aí vai ter que falar sobre orçamento público, dar a noção de orçamento, sobre finanças públicas, todo processo de execução orçamentária, todo processo de elaboração de orçamento, um conhecimento macro... Daí no micro, detalhar o que é nota de dotação, como funciona dentro da Universidade, como faz pagamento, como se faz liquidação, como se libera a diária. Essas coisas mais minuciosas e mais simples no dia a dia de cada um. Teria que ser feito, quando for fazer um trabalho de tentar direcionar esse curso para um público-alvo conhecido.
Respondente 3	Esse tem que pensar bastante, porque é muita coisa que dá para abordar. Por exemplo, tem muita gente que não sabe, quer fazer reconhecimento de dívida e não tem nem ideia de como funciona, é muita coisa, muita coisinha pequenina, vai ter que pesquisar bastante, consultar os pares que trabalham no orçamento, consultar o pessoal no DCF sobre o que tem de dívida. Eu acho que é bastante coisa, não é assim tão simples.
Respondente 1	Criar tópicos e depois de cada tópico pode ir desmembrando, criando várias ações, vários vídeos, ir detalhando. Como funciona o orçamento, fazer uma parte do orçamento e ir detalhando e assim sucessivamente. Como faz a execução financeira, como faz o pagamento, primeiro explica o que é liquidação, depois da liquidação, as etapas que são isso, isso e isso.
Respondente 2	Eu acho assim, como a Respondente 3 disse, que a parte do DCF envolve muito mais coisas que a nossa parte em termos de detalhes, eu acho que seria interessante fazer uma separação, um sobre o orçamento como o que é despesa, o que é receita, capital, custeio. E aí os elementos de despesa que mais se usa, como pessoa jurídica, diária, passagem... e como funciona na prática para consultar, quais os passos que precisa fazer para que chegue o recurso e o centro consiga empenhar, mas acho que depois dessa parte empenho, liquidação e pagamento e todos os detalhes, como reconhecimento de dívida que tem no DCF, eu acho que como a Respondente 3 diz que é muita coisa - e eu acredito que seja mesmo - vai ficar muito extenso para colocar tudo isso em um curso. Acho que para proposta do seu trabalho [pesquisadora], o ideal seria dar a explicação teórica simples, mas que a pessoa consiga contextualizar e colocar mais até a parte do empenho e deixar a liquidação e tal para fazer outro curso. Porque eu vejo que a gente não tem tanta habilidade porque não está no dia a dia do DCF e teria que ter muito mais respaldo do pessoal de lá do que da gente e tem muita coisa do DCF que nem a gente sabe como funciona. Então, acho que os tópicos que deveria abordar seria mais a nossa parte orçamentária, de repente, já dar uma explicada entre orçamento e finanças. Explicar até a parte da liberação da ND, até para quem for fazer o curso não tomar aquele choque de tanta informação. E não sei se você já viu, quando eu construí nossa

Pesquisadora	E quais temas deveriam ser abordados?
	página da UFSC, o próprio SeTIC tem vários vídeos que ficam no site deles, que fica disponível para consulta por tópico. Então, além do curso do Moodle que está disponível de tempos em tempos, poderia no nosso site deixar salvos os vídeos para dúvidas pontuais. Que a pessoa faz o curso, aí tem a tutoria para tirar dúvidas... para mim funciona muito quando tem que fazer algo novo na página, eu fiz o curso lá atrás no Moodle, mas aí, vou lá no site do SeTIC. Consegue montar o vídeo com slides e deixar lá, com você mesma falando, explicando em vídeo, mostrando as páginas do MATL e o caminho para ver os saldos.
Respondente 4	Complementando, eu acho bem interessante quando a gente já fez o curso e quando não lembra mais, eu poder ir lá assistir de novo à videoaula que explica. Eu acho que aprende bem mais do que só ler. Ter um monte de teoria pra ler é mais difícil, quando tem a videoaula explicando, é mais fácil de aprender e relembrar, caso não tenha, vejo alguma coisa durante o curso.

Fonte: Dados primários (2021).

Este momento do grupo focal proporcionou muitos insights sobre os tópicos a serem abordados no Produto Educacional e a pesquisadora, ao construir o protótipo, retomou estes diálogos para enriquecer a criação da estrutura de tópicos e assim poder inserir todas as sugestões.

No Produto Educacional, somente não foi abordado o que a Respondente 3 sugeriu, pois engloba questões muito específicas da execução financeira e que não fazem parte da proposta ora apresentada. Acredita-se que questões mais pormenorizadas da execução financeira devem ser abordadas em um outro curso que trate especificamente deste assunto, caso contrário o protótipo de curso sobre orçamento proposto neste projeto ficaria muito extenso e fatigante.

A pesquisadora considerou relevante a sugestão da Respondente 2, no tocante a incluir vídeos curtos, demonstrando como realizar alguns procedimentos técnicos. Este tipo de vídeo mostraria, por exemplo, como consultar saldo no MATL, para posteriormente aproveitar o vídeo e incluir na página web da SO para que, tanto os estudantes do curso, como os demais servidores interessados, possam consultar posteriormente. Isso ainda não havia sido pensado e vai ser adotado no curso quando este for inteiramente desenvolvido.

Quadro 18 – Questões que o grupo julga serem importantes

Pesquisadora	Já foram feitas as perguntas, alguém gostaria de acrescentar mais alguma coisa?
Respondente 1	Eu gostaria. Acrescentando ao que a Respondente 2 falou, eu concordo com ela que se for querer se aprofundar com as atividades do DCF, são muitas minúcias e vai ficar difícil, mas eu acho que pode fazer o processo de início de orçamento e o processo de fechamento desse orçamento, que é a execução, o pagamento até ali. Sem fazer como se realiza o pagamento, não entrar em detalhes disso, como se faz no SARF o pagamento. Mas simplesmente fazer o fechamento de que se faz a liquidação e o pagamento por meio do documento emitido pelo SIAFI, chamado ordem bancária e tal. Acho que fica o curso fechado. E aí se as pessoas se interessarem de como se faz o processo de pagamento, aprofunda mais nisso. Aí sim o DCF pode desenvolver um módulo dessa parte de acompanhamento. Mesmo que seja de forma mais simples, fazer esse fechamento. Então, inicia o orçamento e finaliza com o pagamento, que é onde faz o empenho, não ter que colocar o empenho, dispensa de licitação, escolhe isso, mas sim, para executar o orçamento, tem que fazer o processo do empenho, mais ou menos essa situação.
Respondente 3	Eu acho que é um trabalho para um curso de mestrado, se entrar em muitas minúcias, vai ficar muito grande e não vai conseguir fazer mesmo. Seria interessante ir até o empenho, chegar no empenho e depois colocar lá o que é liquidação, que é através disso e daquilo, senão vai ficar muita coisa, pedacinho... A gente até tem uma ideia, outros colegas do DCF já falaram em fazer um curso, já estão lá pensando em fazer da parte mais de execução financeira. Aí teria que dividir isso, senão fica uma coisa muito grande e não vai ter o efeito que vocês querem de como é o orçamento da UFSC.
Respondente 1	Digamos que se faça dessa forma, o empenho e depois vem o processo de liquidação e pagamento que o DCF faz, aí sim o DCF tem ferramentas que utiliza dentro do SARF e MATL para fazer esse processo de liquidação, que não seria o caso de entrar nesses detalhes. Daria esses conceitos básicos de liquidação, empenho, de forma macro e encerra essa etapa.
Respondente 3	É, pois é muita coisa, que nem às vezes a gente consegue entender, começa a dar nó. É muita legislação que tem que saber para fazer a liquidação. É muita coisinha que não é fácil de fazer.
Respondente 4	Nós que trabalhamos no orçamento já achamos bem difícil, imagina quem não tem ideia nenhuma! É terrível, bem mais difícil que orçamento. A parte de financeiro tem bem mais detalhes.
Respondente 3	A parte de liquidação tem muita legislação, eu sempre brigo pelo pessoal que está ali para ficar e ajudar porque é complicado ensinar tudo para alguém novo, é muita coisa.

Fonte: Dados primários (2021).

Ao perguntar se havia outras questões que o grupo julgasse importantes, o Respondente 1 achou importante frisar a necessidade de abordar no curso as fases da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento) de forma mais geral, sem entrar em minúcias de procedimentos que são realizados por quem atua no DCF. Os demais participantes concordaram que entrar em muitos detalhes seria algo que fugiria do propósito do curso proposto. A pesquisadora concordou com os apontamentos e incluiu o assunto relativo às fases da despesa, no Módulo 3 do Produto Educacional.

A análise do grupo focal e dos questionários foram importantes ferramentas para direcionar o desenvolvimento do Produto Educacional em consonância com as necessidades do público-alvo. No próximo capítulo, será apresentado o protótipo do curso proposto nesta pesquisa.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: PROTÓTIPO DO CURSO “CONHECIMENTOS EM ORÇAMENTO PÚBLICO, APLICADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA”

5.1 ELABORAÇÃO DO PROTÓTIPO

A construção de um curso a distância que tenha relevância e atinja seus objetivos de ampliar o repertório de conhecimentos de certo grupo, possui vários detalhes a serem definidos. A fim de nortear a elaboração do protótipo, foi utilizado o Planejamento de Atividades de Aprendizado Apoiadas por Computador (PACO), que é uma estrutura criada por pesquisadores da UFSCar (NERIS et al., 2007), a fim de auxiliar professores/instrutores na preparação de cursos a distância apoiados por computador.

Neris et al. (2007) consideram que o uso efetivo das ferramentas no processo de *e-learning* dependem das decisões que são tomadas durante o planejamento da atividade de aprendizagem. Porém, ressaltam que o processo de planejamento dessas atividades não é trivial e até mesmo professores motivados a executá-las podem desistir da tarefa por apresentarem dificuldades e por não saberem por onde iniciar. É por essa motivação que o PACO foi criado.

Neris et al. (2007) acreditam que é necessário dar liberdade a quem planeja as atividades instrucionais para tomar decisões e, dessa forma, a estrutura proposta não está atrelada a modelos pedagógicos ou suportes tecnológicos específicos.

O PACO tem, em sua essência, a ênfase de que tanto as atividades que são propostas, quanto os aportes tecnológicos utilizados, devem ser dirigidos por aspectos pedagógicos e ser consideradas as características do público-alvo a que o curso se destina (NERIS et al., 2007). Sete passos compõem a metodologia, conforme pode ser observado no Quadro 21:

Quadro 19 – Sete passos da metodologia PACO

Passo	Descrição
1º passo	Escolha do tema, público-alvo e objetivo geral.
2º passo	Organização do tema.
3º passo	Escolha do referencial pedagógico/metodológico.
4º passo	Planejamento das atividades instrucionais.
5º passo	Escolha das ferramentas computacionais de apoio à execução de atividades.

Passo	Descrição
6º passo	Desenvolvimento do material instrucional.
7º passo	Testagem dos aspectos pedagógicos e tecnológicos.

Fonte: Adaptado de Neris et al. (2007).

A seguir, os sete passos são apresentados conforme o PACO e como eles foram desenvolvidos pela pesquisadora:

Passo 1: Escolha do tema, público-alvo e objetivo geral

Ao iniciar o planejamento de um curso, é primordial conhecer o perfil do público-alvo e suas expectativas acerca dele. Em geral, os resultados obtidos no processo de ensino-aprendizagem são melhores quando o tema é desenvolvido de forma a atingir as expectativas dos estudantes. Após reflexão sobre o tema e público-alvo, deve-se definir o objetivo geral da atividade de aprendizagem (NERIS et al., 2007).

Neste primeiro passo, tem-se:

- Tema escolhido: Conhecimentos em Orçamento Público, aplicados na UFSC;
- Público-alvo: Técnico-Administrativos em Educação que atuam na UFSC, interessados em obter conhecimentos gerais sobre orçamento público e sobre o orçamento da instituição;
- Objetivo geral: apresentar aos servidores Técnico-Administrativos em Educação que atuam na UFSC, noções de orçamento público, a fim de que tenham compreensão básica do processo orçamentário da União e da Universidade.

Passo 2: Organização do tema

No segundo passo, organização do tema, devem ser definidos os tópicos, ordem em que serão trabalhados e o seu nível de detalhamento. Neris et al. (2007) sugerem a utilização de atividades de ambientação não relacionadas ao tema a ser trabalhado no módulo – como um bate-papo entre participantes e instrutor – para promover uma interação inicial e identificar problemas técnicos que os estudantes possam enfrentar.

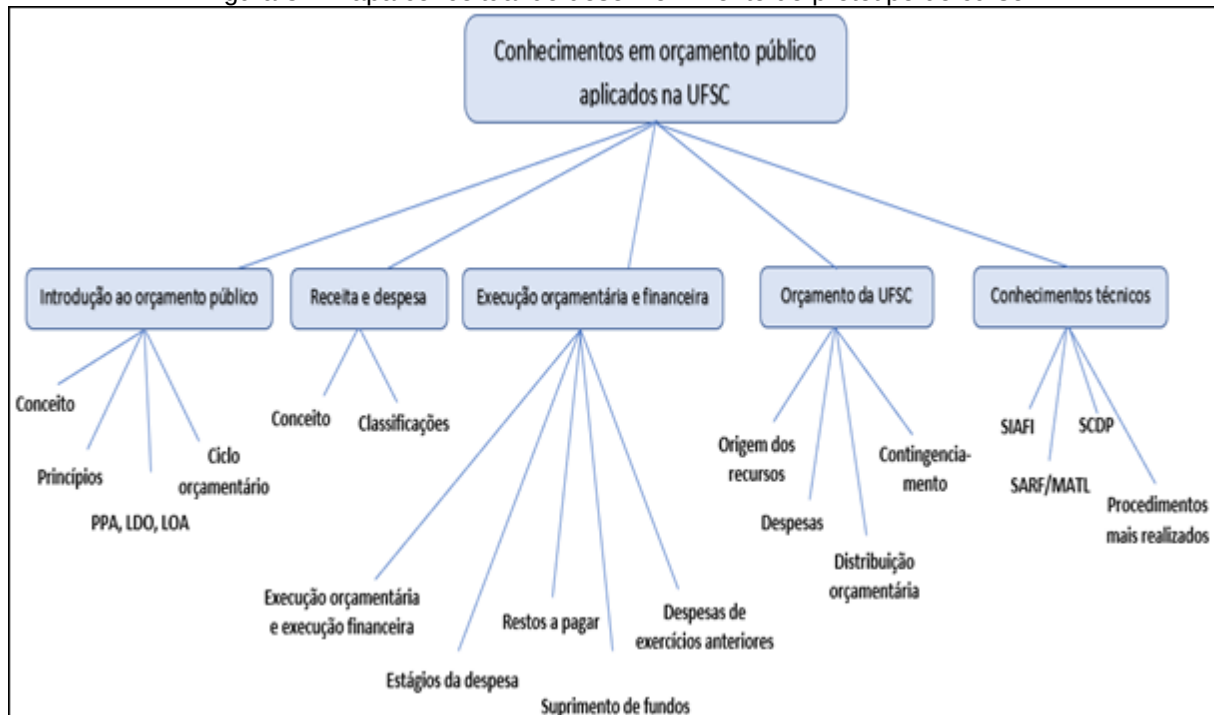
O tema foi organizado de acordo com mapas conceituais, que são diagramas que indicam relações entre conceitos. Mais especificamente, podem ser interpretados como diagramas hierárquicos, que objetivam refletir a organização conceitual de um

corpo de conhecimento ou parte dele (MOREIRA, 2006).

Para a criação do mapa conceitual, tomou-se como base o princípio ausubeliano de diferenciação conceitual progressiva, em que os conceitos mais gerais e inclusivos se encontram na parte superior do mapa, prosseguindo, logo abaixo com conceitos em ordem decrescente de generalidade e inclusividade (MOREIRA, 2006).

A Figura 9, a seguir, mostra o mapa conceitual criado pela autora desta pesquisa:

Figura 8 – Mapa conceitual do desenvolvimento do protótipo do curso



Fonte: Dados primários (2021).

Passo 3: Escolha do referencial pedagógico/metodológico

Neris et al. (2007) consideram importante a escolha de um referencial pedagógico, como preconizado no terceiro passo. Esse referencial tem a função de guiar todo o planejamento das atividades e a confecção do material instrucional.

O referencial pedagógico adotado nesta pesquisa é o Construtivismo. O primeiro estudioso a introduzir o termo construtivismo foi Jean Piaget, no século XX, em sua obra *Logique et Connaissance Scientifique*, de 1967. Para Piaget (1990, p. 8),

[...] o conhecimento não procede, em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo, nem dos objetos constituídos (do ponto de vista do sujeito) que se lhe impoem: resultaria de interações que se produzem a meio caminho entre sujeito e objeto, e que dependem, portanto, dos dois ao

mesmo tempo, mas em virtude de uma indiferenciação completa e nas trocas entre formas distintas.

O Construtivismo é uma teoria que explica como a inteligência humana se desenvolve, partindo da ideia de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações entre o sujeito e o meio. Logo, o conhecimento é resultado de interações que se produzem a meio caminho entre o sujeito e o objeto, sendo o sujeito o construtor de seu conhecimento (ALTOÉ; PENATI, 2006).

Para as autoras supracitadas, em um ambiente de aprendizagem mediado por recursos computacionais, tendo em vista o referencial construtivista, o “computador torna-se elemento de interação que propicia a autonomia do aluno, não direcionando sua ação, mas auxiliando-o na construção de conhecimentos de distintas áreas do saber por meio da exploração, experimentação e descoberta” (ALTOÉ; PENATI, 2006, p. 13).

Assim, o curso no AVA Moodle proporcionará as ferramentas para que os estudantes construam seu conhecimento sobre orçamento público, tanto ao realizarem as atividades propostas, como nas interações entre eles e os tutores, por meio dos fóruns.

Passo 4: Planejamento das atividades instrucionais

No planejamento das atividades, quarto passo, estas devem estar em harmonia com os tópicos definidos no segundo passo e com o referencial pedagógico adotado no terceiro passo (NERIS, et al, 2007).

O curso foi planejado com atividades em vários formatos, como apresentação de conteúdos em hipertexto, vídeos, links de páginas da web, figuras, gráficos. Também foram planejadas atividades suportadas pela plataforma Moodle, que promovem a construção do conhecimento, como: glossário, lições, tarefas e questionários.

O protótipo prevê um momento inicial de ambientação, em que é realizada a apresentação do curso, do AVA Moodle e do fórum de apresentação pessoal. Seguida da ambientação, encontram-se cinco módulos e cada qual contém Materiais de estudo, Atividade avaliativa e Plantão tira-dúvidas.

Passo 5: Escolha das ferramentas computacionais de apoio à execução de atividades

Após a definição das atividades, deve-se proceder ao quinto passo – escolher quais ferramentas computacionais darão suporte à execução. A escolha deve considerar o perfil dos estudantes, o objetivo pedagógico da atividade, as barreiras tecnológicas que possam ser enfrentadas pelos participantes e o tempo disponível para realização das atividades (NERIS et al., 2007).

A utilização do AVA Moodle foi pré-estabelecida pela pesquisadora, por esta já ser utilizada nos cursos de capacitação disponibilizados pela UFSC aos TAEs. A adequação do uso do AVA Moodle ao público-alvo foi confirmada por meio dos questionários aplicados, em que a maioria informou ter familiaridade com a plataforma (ver tópico 4.1.9).

O Quadro 20, a seguir, mostra os tópicos abordados no Produto Educacional, o tempo previsto para cada módulo e as atividades escolhidas.

Quadro 20 – Tópicos abordados no Produto Educacional e ferramentas para suporte das atividades no Moodle

Tema central	Tópicos abordados	Tempo	Ferramentas
Módulo 1 Introdução ao orçamento público	– Conceito de orçamento público; – Princípios orçamentários; – PPA, LDO e LOA; – Ciclo orçamentário.	10 horas	– Portfólio; – Glossário; – Fórum tira-dúvidas
Módulo 2 Receita e despesa	– Conceito de receitas e despesas públicas; – Classificação das despesas.	10 horas	– Portfólio; – Lição; – Fórum tira-dúvidas.
Módulo 3 Execução orçamentária e financeira	– Diferença entre execução orçamentária e execução financeira; – Estágios da receita; – Estágios da despesa; – Suprimento de fundos; – Restos a pagar; – Despesas de exercícios anteriores.	10 horas	– Portfólio; – Questionário; – Fórum tira-dúvidas.
Módulo 4 O orçamento da UFSC	– Elaboração da proposta orçamentária; – Matriz Andifes; – Origem dos recursos da UFSC; – Distribuição orçamentária na UFSC; – Contingenciamentos no orçamento da UFSC.	10 horas	– Portfólio; – Questionário; – Fórum tira-dúvidas.
Módulo 5 Módulo técnico	– SIAFI; – SCDP; – SARF/MATL;	10 horas	– Portfólio; – Tarefa; – Fórum tira-

Tema central	Tópicos abordados	Tempo	Ferramentas
	– Procedimentos mais realizados.		dúvidas.

Fonte: Dados primários (2021).

Com o Moodle, é possível selecionar atividades ou recursos para serem utilizados nos cursos, cujo portfólio, ou seja, os materiais com o conteúdo da formação, são apresentados por meio de páginas do Moodle. O módulo de página permite que o professor crie um recurso de página da web, utilizando o editor de texto. As páginas podem exibir texto, imagem, som, vídeo, links da web e código incorporado, como mapas do Google (MOODLE, 2021b).

Para as atividades avaliativas, foram utilizadas as seguintes atividades do Moodle: glossário, lição, questionário e tarefa. O módulo de atividade de glossário permite que os participantes criem e mantenham uma lista de definições, como um dicionário, ou colem e organizem recursos ou informações; a lição é uma atividade em que o conteúdo é publicado de modo interessante e flexível. A lição consiste em um certo número de páginas, em que cada página, normalmente, termina com uma questão e uma série de possíveis respostas. A depender da resposta escolhida pelo estudante, ou ele passa para a próxima página ou é levado a uma página anterior. A navegação da lição pode ser simples ou complexa, dependendo da estrutura do material que está sendo apresentado; a atividade questionário, por sua vez, permite que o professor crie e configure questionários com questões de vários tipos, incluindo múltipla escolha, verdadeiro ou falso, correspondência, resposta curta, entre outras; e, por fim, a atividade tarefa viabiliza a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho, além de fornecer notas e comentários. Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital, como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudios (MOODLE, 2020b; 2020c; 2021c; 2021d).

Também foi utilizado o módulo de atividade Fórum, o qual permite que os participantes tenham discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um grande período, pois são atemporais (MOODLE, 2020d). Os fóruns integram cada módulo com o objetivo de ser um canal entre tutores e estudantes para que sejam sanadas dúvidas sobre o conteúdo.

Passo 6: Desenvolvimento do material instrucional

Em relação ao sexto passo, os materiais instrucionais utilizados podem ser

variados, como: hiperdocumentos, imagens, textos, vídeos, jogos, experimentos a serem feitos remotamente, entre outros. Pode-se encontrá-los em repositórios de materiais criados pelo próprio professor/instrutor (NERIS et al., 2007).

Em razão de se tratar de um protótipo, nesta dissertação foi realizada apenas a estruturação do curso no AVA Moodle, ficando o desenvolvimento dos materiais instrucionais para um próximo estudo.

Passo 7: Testagem dos aspectos pedagógicos e tecnológicos

Finalmente, o sétimo passo trata da fase de testagem do curso após o desenvolvimento do material instrucional, tanto no que se refere aos aspectos pedagógicos, como aos tecnológicos. Os testes pedagógicos incluem a verificação do ajuste ao passo 1, devendo-se conferir se as atividades propostas estão de acordo com os objetivos do curso. É preciso validar se as ferramentas computacionais estão de acordo com as habilidades do público-alvo e se funcionam corretamente. Além disso, é necessário verificar se o tempo para realização das atividades é suficiente (NERIS et al., 2007).

Em relação à testagem dos aspectos tecnológicos, ela será realizada após o desenvolvimento total do curso, a fim de verificar itens como: se não há links corrompidos, se todos os estudantes estão devidamente registrados, se as lições planejadas funcionam na ordem correta, bem como será feita a verificação de todos os outros recursos e atividades utilizados. Para concretizar tal teste, a pesquisadora poderá acessar o curso no papel de estudante, para então ter a perspectiva que os estudantes terão da interface do curso, navegando por todo o curso para confirmar que tudo funciona corretamente.

Quanto aos aspectos pedagógicos, acredita-se que o protótipo está de acordo com a proposta inicial deste trabalho, uma vez que foram incluídos os tópicos que sanam as dúvidas trazidas pelos participantes do questionário, estando o conteúdo do curso em consonância com o tema, público-alvo e objetivo geral definidos no primeiro passo.

Após a apresentação da elaboração do protótipo de acordo com os sete passos do PACO, a seguir estão descritos os resultados do desenvolvimento e prototipagem do curso a distância “Conhecimentos em Orçamento Público, aplicados na UFSC”.

5.2 O PROTÓTIPO

O protótipo do curso – Conhecimentos em Orçamento Público, aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina – foi desenvolvido no Moodle Grupos da UFSC, a qual possui duas variações do Moodle: o Moodle geral, que pode ser acessado pelo domínio <https://moodle.ufsc.br/>, utilizado para os cursos de Graduação e Pós-Graduação; e o Grupos Moodle, acessado em <https://grupos.moodle.ufsc.br> e adotado em cursos livres, de extensão, de capacitação para servidores, entre outros.

Ao acessar o protótipo do curso, o usuário terá uma visão geral dele, isto é, como o curso será desenvolvido em estudo posterior, com todos os materiais e atividades totalmente formulados. Considera-se que nesta dissertação, chegou-se o mais próximo possível do produto finalizado, uma vez que este protótipo é considerado de alta fidelidade.

O curso divide-se em sete grandes blocos: o de início, seguido de cinco módulos e o de fechamento do curso, com avaliação de reação.

O primeiro bloco é o de boas-vindas, com a apresentação geral do curso e dois tópicos:

Primeiros Passos e Apresentação e Avisos.

O tópico Primeiros Passos contempla um arquivo de apresentação e tutorial do AVA Moodle, para que aqueles que não têm familiaridade com o AVA possam se situar e compreender sua utilização, para melhor aproveitamento do curso. Este tópico também é composto por um arquivo com o plano de ensino do curso, responsável por apresentar seus objetivos, ementa, conteúdo programático de cada módulo e carga horária.

Já o tópico Apresentação e Avisos, é formado pelo Fórum: Apresentando-se aos colegas, por meio do qual os participantes poderão se apresentar e conhecer os demais envolvidos – ferramenta que objetiva tornar o ambiente virtual mais acolhedor para todos. O tópico também abarca o fórum Avisos, para que os ministrantes possam disponibilizar notícias sobre o curso, datas, lembretes, dentre outras mensagens importantes. Finalizando este tópico, ficam disponíveis os contatos dos ministrantes do curso, a fim de permitir que os participantes possam enviar mensagens diretamente a seus tutores.

A Figura 9, demonstra a visualização, no protótipo, do módulo de boas-vindas, conforme segue.

Figura 9 – Página inicial do protótipo do curso com painel de navegação



Fonte: Dados primários (2021).

Para melhor visualização da página, apresenta-se a Figura 10, a seguir:

Figura 10 – Página inicial do protótipo do curso



Fonte: Dados primários (2021).

No próximo bloco, tem-se o Módulo 1, intitulado Introdução ao Orçamento Público, cujo principal objetivo é introduzir os conceitos iniciais sobre orçamento

público. Este módulo está dividido em: Materiais de estudo, Atividade avaliativa, Material complementar e Plantão tira-dúvidas, conforme a Figura 11, a seguir:

Figura 11 – Módulo 1: Introdução ao Orçamento Público



Fonte: Dados primários (2021).

Nos Materiais de estudo, pode-se observar que há divisão do conteúdo em tópicos por meio de páginas do Moodle, nas quais serão desenvolvidos o conteúdo essencial sobre cada tópico. Os tópicos de Materiais de estudo escolhidos para este módulo são: Conceito de Orçamento Público, Princípios Orçamentários, Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Ciclo Orçamentário.

O tópico Atividade avaliativa, contém o item Glossário Colaborativo do Orçamento Público, no qual os participantes terão que incluir três termos relacionados a orçamento público aprendidos durante o curso.

No Módulo 1, há também o material complementar, o qual se optou por disponibilizar via links da web que direcionam à página do Ministério da Economia, para que os participantes naveguem pelo PPA, LDO e LOA vigentes. Desta forma, aqueles que desejarem, poderão observar como essas leis orçamentárias são

estruturadas e publicadas. Neste módulo, também ficam disponíveis os dois arquivos com detalhamento das ações da LOA dos órgãos do Poder Executivo e Ministério da Educação, o que viabiliza a localização das páginas em que constam o orçamento detalhado da UFSC e de outros órgãos.

O Módulo 1 é encerrado com o último tópico, Plantão tira-dúvidas, no qual consta disponível o Fórum tira-dúvidas: Módulo 1, para que os participantes postem suas dúvidas e obtenham respostas a partir da interação com os ministrantes do curso.

No bloco seguinte, há o Módulo 2, intitulado Receita e Despesa, cujo objetivo principal é apresentar os elementos – receitas e despesas públicas – centrais para o entendimento do orçamento público. Para tanto, o Módulo 2 está dividido em três tópicos: Materiais de estudo, Atividade avaliativa e Fórum tira-dúvidas, como pode ser observado na Figura 12, a seguir:

Figura 12 – Módulo 2: Receita e Despesa



Fonte: Dados primários (2021).

Os Materiais de estudo estão divididos em dois subtópicos: Receita e Despesa. Em Receita, é apresentado o conceito de receita pública, enquanto o subtópico Despesa é um pouco mais detalhado, pois além do conceito, também são apresentadas as classificações das despesas públicas. Decidiu-se aprofundar mais nas despesas públicas que nas receitas, em razão dessa necessidade ter sido apontada pelos participantes do questionário, assim como se considera importante

que os TAEs saibam a classificação correta das despesas. Pois, no cotidiano de trabalho de alguns deles, é necessário realizar solicitações de empenho, sendo necessário atribuir a natureza correta a cada despesa.

O tópico Atividade avaliativa apresenta o item Plano de Contas UFSC, que se trata de uma lição em que são descritas as despesas mais utilizadas na Universidade, segundo a sua natureza. Em cada página da lição, haverá a descrição detalhada de cada uma delas, em que consta ao que se relaciona cada dígito, bem como sua especificação, conforme a Figura 13, a seguir:

Figura 13 – Atividade avaliativa do Módulo 2

Plano de Contas UFSC

339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Classificação: 3.3.90.39

1º dígito: 3 - categoria econômica	Despesas correntes
2º dígito: 3 - grupo da despesa	Outras despesas correntes
3º e 4º dígitos: 90 - modalidade de aplicação da despesa	Aplicações diretas
5º e 6º dígitos: 39 - elemento da despesa	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

REGISTRA O VALOR DAS APROPRIAÇÕES DAS DESPESAS COM OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA:

Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica; gás; água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, Correios etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação; impressão; encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-transporte; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia móvel e celular; e outros congêneres.

[Avançar](#)

◀ Plano de Contas UFSC Seguir para... Fórum tira-dúvidas: módulo 2 ▶

Fonte: Dados primários (2021).

Ao avançar, o participante será levado a outra página, na qual poderá estudar sobre as outras despesas e, ao longo da lição, irá se deparar com perguntas que deverão ser respondidas para poder prosseguir, como pode ser observado na Figura 14.

Figura 14 – Exemplo de questão da Atividade avaliativa do Módulo 2

Plano de Contas UFSC

Visualizar Editar Relatórios Avaliar dissertações

As diárias a colaborador eventual, por serem diárias compreendem a classificação 339014 - DIÁRIAS PESSOAL CIVIL.

☐ FALSO
☐ VERDADEIRO

Enviar

Classificação segundo a natureza Seguir para... Fórum Tira-dúvidas: Módulo 2

Fonte: Dados primários (2021).

Ressalta-se que por se tratar de um protótipo, não está sendo apresentado o design final desta lição, o qual será melhorado e mais atraente quando o curso for totalmente desenvolvido. Por fim, o Módulo 2 é encerrado com o último tópico, Plantão tira-dúvidas, em que fica disponível o Fórum tira-dúvidas: Módulo 2 – espaço de troca de informações e dúvidas acerca do que foi estudado no módulo.

Prosseguindo, o Módulo 3, intitulado Execução Orçamentária e Financeira, está organizado em três tópicos: Materiais de estudo, Atividade avaliativa e Plantão tira-dúvidas, como pode ser observado na Figura 15, a seguir.

Figura 15 – Módulo 3: Execução Orçamentária e Financeira

Módulo 3 - Execução Orçamentária e Financeira

É comum a confusão entre execução orçamentária e execução financeira e entre créditos e recursos. Nesta unidade iremos entender as diferenças e também entender o processo envolvido até a realização de uma compra ou pagamento de um serviço, o que envolve as etapas da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Além disso, também trataremos sobre suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

Seu progresso ⓘ

Materiais de estudo

- Execução orçamentária x execução financeira
- Etapas da Despesa
 - Empenho
 - Liquidação
 - Pagamento
- Suprimento de fundos
- Restos a pagar
- Despesas de exercícios anteriores

Atividade avaliativa

- ☒ Questionário
- Plantão tira-dúvidas
- Fórum tira-dúvidas: módulo 3

Fonte: Dados primários (2021).

Seu principal objetivo é esclarecer as diferenças entre a execução orçamentária e a execução financeira, que coexistem na contabilidade pública. Além disso, serão introduzidos os conceitos referentes aos estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento. A intenção é não apenas abordar os conceitos, mas também os relacionar à prática na UFSC, explicando brevemente como são realizados esses procedimentos e quem são os responsáveis por eles na instituição. Este módulo ainda aborda conteúdos sobre Suprimento de fundos, Restos a pagar e Despesas de exercícios anteriores.

O tópico Atividade avaliativa apresenta o item Questionário, com a apresentação de questões sobre o que foi estudado no módulo, com o objetivo de auxiliar os participantes a fixar o conteúdo e testar os conhecimentos obtidos no módulo.

O Módulo 3 é encerrado com o último tópico, Plantão tira-dúvidas, que contempla o Fórum tira-dúvidas: Módulo 3, espaço de troca de informações e dúvidas acerca do que foi estudado no módulo.

Prosseguindo na sequência dos módulos, o Módulo 4, intitulado O Orçamento da UFSC, está organizado em três tópicos: Materiais de estudo, Atividade avaliativa e Plantão tira-dúvidas, como pode ser observado na Figura 16.

Figura 16 – Módulo 4: O Orçamento da UFSC

Módulo 4 - O Orçamento da UFSC	
O objetivo deste módulo é o de detalhar o orçamento da UFSC. Iremos abordar como é feita a proposta orçamentária da Universidade a ser encaminhada ao órgão setorial, o que é a matriz ANDIFES, a origem dos recursos da UFSC e como são utilizados, como é feita a distribuição orçamentária e o contingenciamento do orçamento.	
Materiais de estudo	Seu progresso (?)
Elaboração da proposta orçamentária	☐
 Fluxograma PLOA	☐
Matriz Andifes	☐
 O que é a Matriz Andifes?	☐
Origem dos recursos da UFSC	☐
 Recursos do Tesouro	☐
 Emendas parlamentares	☐
 Recursos próprios	☐
Distribuição orçamentária na UFSC	☐
 Matriz de alocação de recursos orçamentários na UFSC	☐
 Duodécimo	☐
 Como os recursos são distribuídos na UFSC: a nota de dotação (ND)	☐
De que forma os recursos da UFSC são utilizados?	☐
 Despesas obrigatórias: pessoal, encargos sociais e benefícios sociais	☐
 Despesas discricionárias: custeio e capital	☐
 Histórico orçamentário UFSC	☐
Contingenciamento no orçamento da UFSC	☐
 Orçamento condicionado	☐
 Bloqueios no orçamento	☐
 Limites de empenho	☐
Atividade avaliativa	
 Questionário	☐
Plantão tira-dúvidas	
 Fórum tira-dúvidas: módulo 4	☐

Fonte: Dados primários (2021).

O principal objetivo do Módulo 4 é apresentar aos participantes alguns aspectos importantes do orçamento da UFSC. Para isso, os Materiais de estudo foram divididos nos subtópicos: Elaboração da proposta orçamentária, Matriz Andifes, Origem dos recursos da UFSC, Distribuição orçamentária na UFSC, De que forma os recursos são utilizados e Contingenciamento no orçamento da UFSC.

O subtópico Elaboração da proposta orçamentária contém o item Fluxograma PLOA, no qual será abordado como se dá o processo de elaboração do projeto de lei orçamentária anual e como é elaborada a proposta orçamentária da UFSC, que é uma Unidade Orçamentária vinculada ao MEC (Órgão Setorial).

No subtópico Matriz Andifes, há o item O que é a matriz Andifes? – que abordará o que é a matriz, quando e por que foi adotada, assim como é feito o cálculo para a distribuição de orçamento de OCC para as IFES.

O subtópico Origem dos recursos da UFSC contém os itens: Recursos do Tesouro, Emendas Parlamentares e Recursos Próprios. Nele, será explicado sobre as fontes dos recursos da UFSC, que são os recursos do Tesouro e os recursos diretamente arrecadados (recursos próprios). Também será tratado sobre as emendas parlamentares, que são verbas que integram a LOA, destinadas por eles, para financiar algumas ações ou obras na Universidade.

O subtópico Distribuição orçamentária na UFSC, contém os itens: Matriz de alocação de recursos orçamentários da UFSC, que conterà conteúdo sobre a matriz utilizada pela Universidade para distribuir recursos às unidades administrativas e acadêmicas; Duodécimo, que explicará o que é o duodécimo repassado às unidades da UFSC e a que se destina; Como os recursos são distribuídos na UFSC: a nota de dotação (ND) tem por objetivo explicar o que é a ND feita pela SO quando realiza transferência de créditos orçamentários entre rubricas e unidades da UFSC.

No subtópico, De que forma os recursos da UFSC são utilizados? – são abordadas as despesas obrigatórias, despesas discricionárias e o histórico orçamentário da UFSC, indicando como os recursos da Universidade têm sido utilizados ao longo dos anos e o montante total que vem sendo recebido. Para isso, este subtópico possui os itens: Despesas obrigatórias: pessoal, encargos sociais e benefícios sociais, Despesas discricionárias: custeio e capital e Histórico orçamentário UFSC.

O subtópico Contingenciamento no orçamento da UFSC contempla os itens: Orçamento condicionado, Bloqueios no orçamento e Limites de empenho. Estes três itens tratam das formas de limitar a utilização dos recursos da instituição.

O tópico Atividade avaliativa contém o item Questionário, no qual serão apresentadas questões sobre o que foi estudado no módulo, com o objetivo de auxiliar os participantes a fixar o conteúdo e testar os conhecimentos obtidos no módulo.

O Módulo 4 é encerrado com o último tópico Plantão tira-dúvidas, com o Fórum tira-dúvidas: Módulo 4, para que haja interação entre os participantes que tenham dúvidas e os instrutores do curso.

Na sequência dos blocos, o Módulo 5 é o último módulo do protótipo, intitulado Módulo Técnico, está organizado em três tópicos; Materiais de estudo, Atividade

avaliativa e Plantão tira-dúvidas. Este módulo é direcionado aos servidores que atuam diretamente com orçamento e finanças na UFSC, não sendo, portanto, obrigatório para todos os inscritos no curso.

Figura 17 – Módulo 5: Módulo Técnico

Módulo 5 - Módulo Técnico

Este módulo é dedicado principalmente àqueles que atuam com orçamento e finanças nas unidades acadêmicas e administrativas da UFSC. O objetivo deste módulo é expandir os conhecimentos sobre os principais programas utilizados na UFSC, bem como apresentar tutoriais sobre alguns procedimentos realizados no cotidiano destes profissionais. Assim, o módulo não é obrigatório para todos os alunos, porém todos que desejarem conhecer um pouco mais sobre o tema podem se sentir à vontade para realizar o módulo técnico.

Seu progresso ?

Material de estudo	☐
<u>SIAFI</u>	☐
 SIAFI	☒
<u>SCDP</u>	☐
 Introdução ao SCDP	☐
<u>SARF e MATL</u>	☐
 Introdução aos programas	☐
<u>Procedimentos mais realizados</u>	☐
 Como solicitar transferência de recursos à SO/SEPLAN via SPA	☐
 Primeira emissão de diárias e passagens internacionais no ano	☐
 Primeira liberação de diária de colaborador eventual ou não-servidor no ano	☐
 Como verificar o saldo de diárias e passagens da unidade no SCDP	☐
 Como verificar o saldo orçamentário disponível para empenho no SARF/MATL	☐
 Como verificar o extrato de movimentação orçamentária no SARF/MATL	☐
 Como consultar o saldo das cotas no SARF/MATL	☐
Atividade avaliativa	☐
 Exercite os procedimentos	☐
Plantão tira-dúvidas	☐
 Fórum tira-dúvidas: módulo 5	☐

Fonte: Dados primários (2021).

Para os Materiais de estudo deste módulo, foi planejado apresentar os três programas utilizados na execução orçamentária e financeira da UFSC: SIAFI, SCDP e SARF/MATL. O item SIAFI, diferente dos demais, não será apresentado por meio de página do Moodle, mas por uma lição. Além dos subtópicos SIAFI, SCDP e SARF/MATL, foi planejado um subtópico intitulado Procedimentos mais realizados, em que serão explicados e demonstrados, com texto e vídeos curtos, procedimentos importantes que são realizados no cotidiano de quem atua com orçamento e finanças na UFSC, tais como: Como solicitar transferência de recursos à SO/SEPLAN via Sistema de Processos Administrativos (SPA), Primeira emissão de diárias e

passagens internacionais no ano, primeira liberação de diária de colaborador eventual ou não-servidor no ano, Como verificar o saldo de diárias e passagens da unidade no SCDP, Como verificar o saldo orçamentário disponível para empenho no SARF/MATL, Como verificar o extrato de movimentação orçamentária no SARF/MATL e Como consultar o saldo das cotas no SARF/MATL.

O tópico Atividade avaliativa contém o item Exercite os procedimentos, que consiste em uma tarefa em que será solicitado aos participantes que pratiquem alguns procedimentos, como a consulta de saldos no SARF/MATL e SCDP, assim como a criação de uma solicitação no SPA para requerer a transferência de recursos. Para a comprovação da realização da atividade, será requerido que eles publiquem a imagem da tela do programa (*print screen*). O protótipo da atividade pode ser observado na Figura 18, a seguir.

Figura 18 – Atividade avaliativa do Módulo 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Moodle Grupos Juliana Novo Paçola Estudante

Conhecimentos em Orçamento Público aplicados na UFSC

Painel > Meus cursos > Conhecimentos em Orçamento Público aplicados na UFSC > Módulo 5 - Módulo Técnico > Exercite os procedimentos

NAVEGAÇÃO

- Painel
- 🏠 Página inicial do site
- 📄 Páginas do site
- 📚 Meus cursos

Exercite os procedimentos

Nesta atividades queremos que você exercite os procedimentos aprendidos:

- Crie uma solicitação no SPA para solicitar transferência de recursos;
- Confira o saldo de diárias o SCDP
- Confira o saldo de material de consumo no MATL

Tire um printscreen e publique na atividade para receber a nota.

Status de envio

Status de envio	Nenhuma tentativa
Status da avaliação	Não há notas
Data de entrega	Sunday, 25 Jul 2021, 00:00
Tempo restante	7 dias 3 horas
Última modificação	-
Comentários sobre o envio	Comentários (0)

Fonte: Dados primários (2021).

O Módulo 5 é encerrado com o último tópico Plantão tira-dúvidas, com o Fórum tira-dúvidas: Módulo 5, que ficará disponível para que os participantes tirem dúvidas sobre qualquer assunto que tenha sido abordado no módulo.

Por fim, o curso é finalizado com Avaliação de Reação, que possui uma enquete com o objetivo de verificar a percepção dos participantes a respeito de suas experiências de aprendizagem durante o curso.

Figura 19 – Avaliação de reação

◀ Módulo 5 - Módulo Técnico

Avaliação de Reação

Solicitamos a sua participação no preenchimento do Formulário de Avaliação de Reação do Curso. Para sabermos se o curso que você acaba de fazer atendeu aos objetivos a que se propôs, ou se precisa ser reformulado ou aperfeiçoado em alguns pontos, precisamos colher suas opiniões a respeito do mesmo.

Contribua preenchendo todos os quesitos do presente questionário, não existe resposta certa ou errada.

Somos gratos por sua importante participação!

Seu progresso

Avaliação de Reação do Curso

Fonte: Dados primários (2021).

Após apresentar todo o processo de desenvolvimento técnico do produto, bem como o Produto Educacional propriamente dito, cabe evidenciar, no próximo tópico, os resultados obtidos com a aplicação do Produto Educacional.

5.3 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional, Protótipo do curso: Conhecimentos em Orçamento Público, aplicados na UFSC, foi utilizado e avaliado por três servidores integrantes do quadro da SO. Os avaliadores tiveram acesso ao protótipo no AVA Moodle, no papel de estudantes, a fim de que pudessem analisar a estrutura do protótipo do curso, assim como avaliá-lo por meio de um questionário em formulário eletrônico do Google Drive, conforme Apêndice C da presente dissertação.

Destaca-se que os papéis disponíveis no AVA Moodle são: estudante, tutor a distância, tutor presencial, visitante, leitor, tutor e monitor, sendo que a atribuição no papel de estudante dada aos avaliadores do Produto Educacional teve como premissa viabilizar que percorressem o protótipo da mesma forma que os demais servidores que futuramente poderão fazer o curso.

As questões e quantitativo de respostas estão dispostos no quadro a seguir, sendo que a primeira coluna apresenta a pergunta e as colunas seguintes apresentam a escala das respostas. Abaixo da escala correspondente, foi colocado o quantitativo de respostas obtidas e o percentual que elas representam. No quadro, foi utilizada a seguinte legenda: MR = Muito ruim; R = Ruim; Re = Regular; B = Bom; E = Excelente e DT = Discordo totalmente; D = Discordo; NCND = Não concordo nem discordo; C = Concordo e CT = Concordo totalmente.

Quadro 21 – Questionário de avaliação do Produto Educacional

Perguntas	Respostas				
	<u>1- MR</u>	<u>2 - R</u>	<u>3 - Re</u>	<u>4 - B</u>	<u>5- E</u>
1. Em uma visão geral, você considera o protótipo:					3 - 100%
	<u>1 - DT</u>	<u>2 - D</u>	<u>3 - NCND</u>	<u>4 - C</u>	<u>5 - CT</u>
2. O curso está adequado, do ponto de vista do design.					3 - 100%
3. O tempo previsto para a realização do curso é suficiente (50 horas).					3 - 100%
4. O curso é útil aos TAEs da UFSC.					3 - 100%
5. A sequência dos conteúdos está organizada de forma coerente com o tema.					3 - 100%
6. As atividades avaliativas propostas são adequadas.					3 - 100%
	<u>SIM</u>	<u>NÃO</u>			
7. Você incluiria algum tópico ao conteúdo ao curso?		3 - 100%			
8. Você excluiria algum tópico ao conteúdo do curso?		3 - 100%			

Fonte: Dados primários (2021).

De acordo com os especialistas em orçamento consultados, todos avaliaram o protótipo do curso como excelente; concordam totalmente que o protótipo é adequado do ponto de vista do design; que o tempo previsto para a realização do curso é adequado; que o curso proposto é útil aos TAEs da UFSC; que a sequência de conteúdos está organizada de forma coerente com o tema; e que as atividades propostas são adequadas. Ao serem perguntados se excluiriam ou incluiriam algum tópico ao curso, todos os avaliadores responderam que não.

A avaliação positiva do Produto Educacional proposto nesta dissertação motiva o completo desenvolvimento do protótipo até se transformar em curso a ser disponibilizado aos TAEs, como mais uma opção de capacitação e desenvolvimento profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se detalhar o caminho trilhado no desenvolvimento do protótipo de um curso online sobre orçamento público, com ênfase no orçamento da UFSC, a ser disponibilizado aos TAEs da instituição, intitulado Conhecimentos em Orçamento Público Aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina. Considera-se que o trabalho realizado foi um importante passo inicial rumo à concretização do antigo desejo dos servidores da SO de construir um curso sobre o orçamento da UFSC. Cabe ressaltar que, apesar de o protótipo ter sido desenvolvido com base na realidade da UFSC, isto não impede de que seja adaptado e ofertado às instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Com o intuito de saber se teriam interesse em realizar um curso sobre o tema e entender o que esses servidores gostariam que fosse abordado, foi aplicado um questionário eletrônico para 60 TAEs atuantes na UFSC. Como resultados, 56,7% dos participantes responderam ter muito interesse em realizar o curso e 20% têm interesse. Além disso, obteve-se como resposta que 76,7% dos participantes da pesquisa concordam que é importante conhecer sobre orçamento público para desempenhar melhor suas atividades laborais. Esses resultados foram muito positivos na confirmação da importância do desenvolvimento do trabalho.

A partir das dúvidas apresentadas na questão 12, foi possível adaptar a seleção dos temas abordados no curso, de acordo com as necessidades do público-alvo. Os resultados obtidos com o grupo focal, realizado com servidores que possuem grande experiência nas áreas orçamentária e financeira, também deram suporte à seleção dos conteúdos que constam no protótipo.

Na construção do protótipo, seguiu-se o recomendado por Kenski (2013) sobre ambientação online e foram incluídos o fórum de apresentação e acolhimento, além do tutorial sobre Moodle para que os estudantes que não possuem familiaridade com a plataforma possam entender como funcionam as ferramentas, assim como conhecer os códigos de conduta desejáveis em AVAs. De acordo com a autora, os momentos de integração entre estudantes e professores são capazes de tornar a experiência de aprendizagem virtual mais acolhedora.

Decidiu-se por desmembrar os tópicos do curso em pequenas unidades, de modo a tornar mais fácil a assimilação das informações e para promover a sensação de finalização e progresso, conforme preconizado por Moore e Kearsley (2008).

Além disso, a interação é fundamental na motivação para estudar virtualmente e, nesse sentido, o “estar junto virtual”, segundo Valente (2013), é entendido como uma interação em tempo real entre estudante-professor ou estudante-estudante, via internet – interação pode ocorrer por e-mails, fóruns, murais eletrônicos e videoconferências que, de acordo com o autor, facilita o processo de aprendizagem e a construção dos saberes. Assim, em cada módulo foi inserido um fórum para que os estudantes possam interagir durante o curso e tirar dúvidas sobre os conteúdos.

Por fim, o Produto Educacional foi utilizado e avaliado por três servidores integrantes do quadro da SO, os quais deram nota máxima para os seis quesitos investigados, além de considerarem o protótipo do curso completo, ou seja, sem necessidade de incluir ou excluir algum tópico ao conteúdo. Tal resultado tem suas limitações, uma vez que os avaliadores são os mesmos que participaram da construção do curso por meio de sugestões dadas no momento do grupo focal, podendo haver, assim, viés confirmatório. No entanto, neste primeiro momento de construção do protótipo, não houve a intenção de se realizar uma testagem extensiva com os TAEs que serão os futuros usuários do curso online.

Considera-se, então, que o presente trabalho tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento profissional de trabalhadores de instituições federais de ensino em ambientes não formais de aprendizagem.

6.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Considera-se que o desenvolvimento do protótipo de alta fidelidade foi o passo inicial para a completa elaboração do curso Conhecimentos em Orçamento Público Aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina. Dessa forma, sugere-se que, em um trabalho futuro, os materiais instrucionais e atividades sejam totalmente elaborados para que o curso possa ser disponibilizado aos TAEs interessados.

Durante a realização desta pesquisa, também foi possível pensar em outras possibilidades que podem ser avaliadas em trabalhos futuros. Assim, sugere-se que o curso desenvolvido no Moodle também possa ser transformado em um MOOC e que fique disponível na página web da SO, para que os TAEs possam ver ou rever os conteúdos e, dessa forma, tirar dúvidas sobre o tema quando desejarem, sem depender apenas do período em que o curso estiver disponível no AVA Moodle.

Além disso, durante a análise dos dados do grupo focal, percebeu-se que há uma série de temas concernentes à execução financeira da Universidade que podem ser abordados em cursos complementares ao curso sobre orçamento. Dessa forma, sugere-se que em trabalhos futuros seja feita parceria com o DCF, de maneira a construir conjuntamente uma trilha de conhecimento que aborde tanto temas sobre orçamento público como temas sobre execução financeira.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **Desmistificando a limitação de empenho**. 2019. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2019/04/11/desmistificando-a-limitacao-de-empenho/>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de finanças públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Currículo, avaliação e acompanhamento na educação a distância. *In*: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (org.). **Educação a distância**: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCAR, 2013. p. 89-104.

_____, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ANJOS, Alexandre M. dos. **Tecnologias da informação e da comunicação, aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem**. *In*: MACIEL, Cristiano (Org.). Educação a Distância: Ambientes Virtuais de aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 11-57.

ANOHINA, Alla. Analysis of the terminology used in the field of virtual learning. **Educational Technology & Society**, v. 8, n. 3, p. 91-102. Latvia, 2005.

ALTOÉ, Anair; PENATI, Marisa Morales. **O construtivismo e o construcionismo fundamentando a ação docente em ambiente informatizado**. 2006, 31p. Disponível em: <<http://www.cns.uem.br/download/tecnolocap4.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ÁVILA, C. A. **GESTÃO CONTÁBIL para contadores e não contadores**. Curitiba: IBPEX, 2006.

_____, Carlos Alberto de; BÄCHTOLD, Ciro; VIEIRA, Sérgio Jesus. **Noções de contabilidade pública**. Curitiba: Rede e-Tec Brasil, 2011.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância e inovação tecnológica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462005000100010>>. Acesso em: 10. Mar. 2021.

BERKUN, Scott. **The art of UI prototyping**. 2000. Disponível em <<https://scottberkun.com/essays/12-the-art-of-ui-prototyping/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos

Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, 1964. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4320.htm>. Acesso em: 2 mar. 2021.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 jan. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** [BRASIL, 2005a]. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** [BRASIL, 2005b]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. Ministério da Educação. **A coleta de dados das IFES para alocação de recursos orçamentários.** Brasília, DF, Secretaria de Educação Superior. nov. 2006. Disponível em:
<<https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2021/03/relatoriomatriz2006.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância **Referenciais de qualidade para Educação superior a distância.** Secretaria de Educação a Distância, Brasília: [s.n.]. 2007. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 29 de dezembro de 2009.

_____. Ministério da Economia. **História.** [2020a]. Disponível em:
<<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/conheca/historia>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. Ministério da Economia. **O que é o SIAFI?** [2020b]. Disponível em:
<<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/conheca/o-que-e-o-siafi>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. Ministério da Economia. **Vantagens.** [2020c]. Disponível em:

<<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/conheca/vantagens>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. **Diárias e Passagens** (SCDP). [2020d]. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/scdp>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

_____. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda e Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento MTO 2022**. Edição 2022 (3ª versão). Brasília: jun./ 2021a. 185p. Disponível em: <<https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2022:mto2022-versao7.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

_____. Tesouro Nacional. **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI**. [2021b]. Disponível em: <<http://www.Tesouro.fazenda.gov.br/siafi>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BUCHENAU, Marion; SURI, Jane Fulton. **Experience Prototyping**. 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/221441600_Experience_Prototyping>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Metodologia qualitativa e método clínico-qualitativo: um panorama geral de seus conceitos e fundamentos. *In*: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2., 2004, Bauru. **Anais...** Bauru, SP: Sociedade de Estudos e Pesquisas Qualitativos, 2004.

CAÑELLAS, Antoni Juan Colom. Continuidad e complementariedad entre la educación formal y no formal. **Revista de Educación**, n. 338, p. 9-22, 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1370823>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____, Jair; et al. O ensino não-formal como um dos fatores determinantes da qualidade de vida. **Revista Práxis**, v. 3, n. 6, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.25119/praxis-3-6-563>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COSTA, Orlando Gomes da. **A utilização do MOODLE como estratégia inovadora de ensino e aprendizagem em matemática**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DOUGIAMAS, Martin. **An exploration of the use of an open source software called Moodle to support a social constructionist epistemology of teaching and learning within Internet-based communities of reflective inquiry**. Tese de Doutorado. Science and Mathematics Education Centre Curtin University of Technology Perth, Western Australia, 1999.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Orçamento público conceitos

básicos: módulo 5 noções sobre execução orçamentária. Curso online. 2014.

Disponível em:

<<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2210/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20%285%29.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

_____. **Curso – Introdução ao Orçamento Público**. Módulo 1 – Entendendo o Orçamento Público [PDF]. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3171?mode=full>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant, p. 1-11, 2005.

GARCIA, Valéria Aroeira. O papel do social e da educação não-formal nas discussões e ações educacionais. **UNISAL**, 2009. Disponível em: <https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa_8_texto_valeria.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2013.

GUIMARÃES, Telma Regina da Costa; CARVALHO, Maria de Lourdes. **Planejamento e desenvolvimento de cursos em EAD** [recurso eletrônico]. Viçosa, MG: Ed. UFV, 201-. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/54636277/planejamento-e-desenvolvimento-de-cursos-em-ead>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. Disponível em: <<https://uab.ufsc.br/portugues/files/2012/04/livro-introdu%C3%A7%C3%A3o-a-EAD.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES, UAB, 2010.

HILL, Phill. **Academic LMS Market Share**: a view across four global regions. 2017. Disponível em: <<https://eliterate.us/academic-lms-market-share-view-across-four-global-regions/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

KEMCZINSKI, Avanilde. **Métodos de avaliação para ambientes e-learning**. 2005. 173f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. PPGE/UFSC, Florianópolis, 2005.

KENSKI, Vani Moreira. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais, a distância. *In*: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2013. p. 59-68.

LASIC, Tomaz. **What is moodle explained with lego**. 2008. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/moodlefam/what-is-moodle-explained-with-lego-presentation>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

LEITE, Rita Mara, et al. Orçamento empresarial: levantamento da evolução científica no período de 1995 a 2006. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 56-72, ago. 2008. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34261/36993>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.

LITTO, Fredric M. As interfaces da EAD na educação brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 100, p. 57-66, dez. jan. fev. 2013-2014.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; et al. Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma instituição federal de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 148-168, jan. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <Vista do Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior (ufsc.br)>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos. **Elaboração de Capacitações: Um Guia para o Facilitador**. Brasília: Embrapa, 2015. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/137881/1/Elaboracao-de-capacitacao.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
_____; _____. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS NETO, Darci. **Capacitação em orçamento público para os docentes gestores universitários do campus I da UFPB: por uma execução orçamentária com eficiência**. Dissertação (Mestrado). UFPB. João Pessoa, 2019.

MILIONI, Karolini Cristina; BEHR, Ariel; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes. A análise do processo de elaboração da proposta de lei orçamentária anual em uma instituição pública federal de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 164-188, Edição Especial. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n4p164/30869>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa**

qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOODLE. **Standard roles**. 2013. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Standard_roles>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. **Philosophy**. 2018. Disponível em: <<https://docs.moodle.org/311/en/Philosophy>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. **Basic structure**. 2019. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Moodle_site_-_basic_structure>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. **History**. [2020a]. Disponível em: <<https://docs.moodle.org/311/en/History>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. **Glossary activity**. [2020b]. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Glossary_activity>. Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. **Assignment activity**. [2020c]. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Assignment_activity>. Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. **Forum activity**. [2020d]. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Forum_activity>. Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. **The world's most customisable and trusted online learning solution**. [2021a]. Disponível em: <<https://moodle.com/>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

_____. **Page resource**. [2021b]. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Page_resource>. Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. **Lesson activity**. [2021c]. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Lesson_activity>. Acesso em: 02 ago. 2021.

_____. **Quiz activity**. [2021d]. Disponível em: <https://docs.moodle.org/311/en/Quiz_activity>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MOORE, Michael G; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAN, José Manuel. A gestão da educação a distância no Brasil. *In*: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (org.). **Educação a distância**: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCAR, 2013. p. 129-138.

MOREIRA, Marco Antonio. **Mapas conceituais e Diagramas V**. Instituto de Física Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/~moreira/Livro_Mapas_conceituais_e_Diagramas_V_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Quatro paradigmas do direito administrativo pós-moderno**: legitimidade, finalidade, eficiência, resultados. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2008.

NERIS, Vânia P. de Almeida; et al. PACO – A Framework for Planning Learning Activities Supported by Computers. *In: Simpósio Brasileiro De Informática Na Educação (SBIE)*, 18., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: Mackenzie, 2007.

OLIVEIRA, Karolyne Maria Alves de; et al. O Uso de modelos e Múltiplos Protótipos na Concepção de Interface do Usuário. **Revista Principia**: divulgação científica e tecnológica do IFPB, João Pessoa, n. 15, p. 15-29, dez. 2007.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento público, AFO e LRF**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PANTOJA, Maria J; BORGES-ANDRADE, Jairo E. **Estratégias de aprendizagem no trabalho em diferentes ocupações profissionais**. RAC-Eletrônica, v. 3, n. 1, 2009.

PEREIRA, Jasete Maria da Silva; PINTO, Anamelea de Campos. Avaliação de material didático em educação a distância sob o olhar estudante. *In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (org.). Educação a distância: desafios contemporâneos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2013. p. 59-68.

PERRY, Gabriela Trindade; et al. Produção e disponibilização de recursos digitais na UFRGS – A experiência do NAPEAD/SEAD. **Novas Tecnologias na Educação**, v.17, n.2, p.109-121, 2019.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PIMENTEL, Edson Pinheiro; GOMES, Alex Sandro. Ambientes Virtuais de Aprendizagem para uma Educação mediada por tecnologias digitais. *In: PIMENTEL, Mariano; SAMPAIO, Fábio F.; SANTOS, Edméa (Org.). Informática na Educação: ambientes de aprendizagem, objetos de aprendizagem e empreendedorismo*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. (Série Informática na Educação CEIE-SBC, v.5) Disponível em: <<https://ieducacao.ceie-br.org/ava>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PRETI, Oreste. **Educação a distância**: fundamentos e políticas. 2. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Cisne Zélia Teixeira; et al. Modelo orçamentário das Universidades federais: fatores motivadores e inibidores de sua institucionalização. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 10, n. 6, p. 1081-1100, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/2734/273454951009/html/index.html>>. Acesso

em: 10 fev. 2021.

ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. **Design de interação**: além da interação humano-computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTOS, Lucena Fernanda Ferreira dos; PEDROSA, Leticia Leonardi; AIRES, Joanez Aparecida. **Contribuições da educação não formal para educação formal**: um estudo de visitas de estudantes da educação básica ao departamento de química da UFPR. **ACTIO**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 456-473, jan./jul. 2017.

SASSI, Sabrina Bourscheid. **O ambiente virtual de aprendizagem como apoio ao ensino presencial de matemática**: uma proposta com design instrucional. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

SCHLEMMER, Eliane; SACCOL, Amarolinda Z.; GARRIDO, Susane. **Um modelo sistêmico de avaliação de softwares para educação a distância como apoio à gestão de EAD**. **REGE-USP**. v.14, n.1, p. 77-91, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36592>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sebastião de Sant'Anna e. **Os princípios orçamentários**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1962.

_____, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____, Ivanda Maria Martins. Elaboração de Materiais Didáticos Impressos para Educação a Distância. **Eutomia: Revista de Literatura e Linguística**, v. 1, n. 07., p. 316-338. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1203/938>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

_____, Robson Santos da. **Gestão de EAD**: educação a distância na era digital. São Paulo: Novatec, 2013.

SIMONSON, Michael; SEEPERSAUD, Deborah. **Distance education**: definition and glossary of terms. 4. ed. EUA: Information Age Publishing, 2018.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco; OTANI, Nilo. **TCC**: métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos**. 2. ed. Madrid: Ediciones Morata, 1999.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Matriz de alocação** – recursos orçamentários. Secretaria Especial de Planejamento, jul./1997. Disponível em: <<http://so.seplan.ufsc.br/files/2017/10/Matriz-de-Aloca%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. **Como recolher taxas na UFSC**. [2019]. Disponível em: <<http://dcf.proplan.ufsc.br/como-recolher-taxas-na-ufsc/>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

_____. **Estatuto**. [2020a]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208159/ESTATUTO_UFSC_atualizado%20mar%c3%a7o%202020.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. **Superintendência de Orçamento**. Florianópolis: UFSC, 2020b. Disponível em <<http://so.seplan.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

_____. **Relatório de Gestão 2020**. [2020c]. Disponível em: <http://dpqi.seplan.ufsc.br/files/2021/03/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2020-v_08-oficial.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

_____. **Sistema de Administração de Recursos Orçamentários e Financeiros**. Secretaria Especial de Planejamento. Departamento de Contabilidade e Finanças. Manual do usuário [Manual de uso interno do setor]. 2021, 37p.

VALENTE, José Armando. O papel da interação e as diferentes abordagens pedagógicas de Educação a Distância. *In*: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (org.). **Educação a distância**: desafios contemporâneos. São Carlos: EdUFSCAR, 2013. p. 25-41.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO

Convidamos o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa de Mestrado intitulada **PLANEJAMENTO DE UM CURSO ONLINE SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**, que será coordenado por um professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, Dr. Nilo Otani e desenvolvido por uma aluna do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), mestranda Juliana Novo Paccola Yukimura.

O questionário tem por objetivo subsidiar a criação de um curso a distância sobre o orçamento da UFSC e orçamento público. Para isso, busca-se entender o grau de interesse dos Técnico-Administrativos que atuam com orçamento e finanças nas unidades administrativas da UFSC em tal curso e o que gostariam que fosse abordado nele. O referencial pedagógico do curso será feito com base na teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, que entende que “o fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece”. Dessa forma, foram incluídas algumas questões que buscam verificar o conhecimento que os sujeitos da pesquisa possuem, para que assim os conhecimentos transmitidos pelo curso possam ser baseados neles.

1. Cargo na UFSC:

- ☐ Auxiliar em Administração.
- ☐ Assistente em Administração.
- ☐ Técnico em Contabilidade.
- ☐ Administrador.
- ☐ Contador.

2. Há quantos anos trabalha na UFSC?

- ☐ 1 a 3 anos.
- ☐ 3 a 5 anos.
- ☐ 6 a 10 anos.
- ☐ 10 a 15 anos.
- ☐ Acima de 15 anos.

3. Suas funções na UFSC estão relacionadas ao financeiro? Caso a resposta seja não, especifique.

() Sim.

() Outro: _____.

4. Qual foi a primeira vez que você entrou em contato com o tema orçamento público?

() Na graduação.

() Na pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

() Em cursos de capacitação de curta duração.

() Na prática de trabalho (não fiz cursos sobre o tema).

() Durante os estudos para concurso público.

() Outro: _____.

5. Já realizou algum curso sobre orçamento público? Presencial ou a distância?

() Sim, presencial.

() Sim, a distância (responda a questão nº 6).

() Sim, presencial e a distância (responda a questão nº 6).

() Não (pule para a questão nº 7).

6. O Plano de Desenvolvimento de Pessoas da UFSC prevê dois cursos a distância sobre orçamento público oferecidos pela ENAP. Já realizou algum deles?

() Sim, fiz o curso "Introdução ao Orçamento Público".

() Sim, fiz o curso "Básico em Orçamento Público".

() Sim, fiz os dois.

() Não, fiz o curso sobre orçamento público em outra instituição.

7. Entender sobre orçamento público e o orçamento da UFSC é importante para que você desempenhe melhor o seu trabalho?

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	()	()	()	()	()	Concordo totalmente

8. Qual seu grau de interesse em realizar um curso online sobre orçamento

público com ênfase no orçamento da UFSC?

	1	2	3	4	5	
Nenhum interesse	()	()	()	()	()	Muito interesse

9. Tenho familiaridade com a plataforma Moodle.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	()	()	()	()	()	Concordo totalmente

10. Você sabe o que é a matriz Andifes?

() Sim.

() Não.

11. Você tem conhecimento de como o orçamento da UFSC é distribuído entre as unidades administrativas?

() Sim.

() Não.

12. O que você gostaria de aprender sobre o orçamento da UFSC ou mesmo sobre orçamento público em um curso a distância?

R: _____

_____.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: GRUPO FOCAL

A realização deste grupo focal tem o objetivo de levantar as opiniões dos servidores que atuam na Superintendência de Orçamento, a respeito do que deverá abranger o curso sobre orçamento público e o orçamento da UFSC, uma vez que, por meio de conversas informais no setor, constatou-se o desejo de que tal curso fosse ministrado. Para tanto, o seguinte conteúdo foi abordado:

1. Por que consideram importante que seja ministrado um curso de iniciativa interna sobre o orçamento da Universidade?
2. No cotidiano de trabalho, quais são as principais dúvidas que vocês percebem que os servidores possuem a respeito do orçamento?
3. Como o curso online criado e ministrado pela SO/SEPLAN pode se diferenciar dos demais cursos online sobre orçamento público que existem no mercado?
4. Quais temas vocês consideram que devem ser abordados?
5. Verificar se os participantes têm algo a acrescentar.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este questionário faz parte da aplicação do Produto Educacional desenvolvido por Juliana Novo Paccola Yukimura em sua dissertação de mestrado. Após liberado acesso ao protótipo do curso Conhecimentos em Orçamento Público, aplicados na UFSC, pedimos que o(a) senhor(a) avalie o protótipo, conforme questões a seguir.

1. Em uma visão geral, você considera o protótipo:

	1	2	3	4	5	
Muito Ruim	()	()	()	()	()	Excelente

2. O curso está adequado, do ponto de vista do design.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	()	()	()	()	()	Concordo totalmente

3. O tempo previsto para realização do curso é suficiente (50 horas).

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	()	()	()	()	()	Concordo totalmente

4. O curso é útil aos TAEs da UFSC.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	()	()	()	()	()	Concordo totalmente

5. A sequência dos conteúdos está organizada de forma coerente com o tema.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	()	()	()	()	()	Concordo totalmente

6. As atividades avaliativas propostas são adequadas.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	()	()	()	()	()	Concordo totalmente

7. Você incluiria algum tópico ao conteúdo do curso?

SIM () NÃO ()

8. Se a resposta à pergunta anterior foi sim, descreva qual conteúdo deveria ser incluído. Caso a resposta tenha sido não, prossiga para a próxima questão.

R: _____

9. Você excluiria algum tópico ao conteúdo do curso?

SIM () NÃO ()

10. Se a resposta à pergunta anterior foi sim, descreva qual conteúdo deveria ser excluído. Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido não, finalize o questionário.

R: _____

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) – QUESTIONÁRIO ONLINE

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada: Curso Online de Orçamento Público para os Servidores Técnico-Administrativos de uma Universidade Federal. Os participantes do estudo são os Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Os servidores, incluindo o(a) senhor(a), serão convidados a responder um questionário estruturado, que terá o propósito de subsidiar a criação de um curso online sobre o orçamento da UFSC e, para isso, pretende-se entender quais conhecimentos os servidores já possuem sobre orçamento público, as principais dúvidas a respeito do tema, os conteúdos que gostariam que fossem abordados e o grau de interesse em curso sobre o tema. O questionário será aplicado através deste formulário eletrônico.

A pesquisa tem como objetivo principal: desenvolver o protótipo de um curso no AVA Moodle sobre orçamento público, destinado aos Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com enfoque nos aspectos do orçamento da Universidade.

O(a) senhor(a), ao aceitar participar da pesquisa, deverá:

1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, o qual poderá ser impresso se assim o desejar;
2. Responder o questionário online.

Este questionário pode ser respondido no momento e local de sua preferência. O(a) senhor(a) não terá despesas e não será remunerado(a) pela participação na pesquisa. Não há riscos envolvidos na participação da pesquisa, por esta se referir apenas à resposta ao questionário online, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja curto, em torno de 5 a 10 minutos. Caso haja qualquer desconforto ao responder as perguntas, o(a) senhor(a) pode fechar a janela do navegador, encerrando sua participação, sem que seja feita a submissão do formulário. Para garantir a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos, a caracterização dos sujeitos de pesquisa será feita por codificação da identidade. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas, como publicação em dissertação e artigos científicos. Os benefícios e vantagens em participar desta pesquisa são indiretos, ao contribuir com a criação do

protótipo de um curso sobre o orçamento da UFSC, o qual futuramente poderá ser desenvolvido e oferecido aos servidores da instituição.

Em caso de dúvida, o(a) senhor(a) poderá procurar o professor orientador desta pesquisa, Professor Doutor Nilo Otani, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, pelo telefone (48) 3131-8820 ou no seguinte endereço: Rua Duarte Schutel, 99, Centro, Florianópolis/SC – Centro de Referência em Formação EAD, CEP 88015-640. A pesquisadora também poderá ser procurada, pelo telefone (48) 99667-3708, que estará disponível para esclarecimentos no horário das 8h às 12h. A pesquisadora e o orientador comprometem-se a cumprir as exigências da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

As informações deste termo são importantes e incluem o contato com o pesquisador responsável pela pesquisa. Orienta-se que você salve como print de tela e/ou imprima este documento guardando-o com o(a) senhor(a).

Pesquisadora: Juliana Novo Paccola Yukimura

Orientador: Prof. Dr. Nilo Otani

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) – GRUPO FOCAL

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada: Curso Online de Orçamento Público para os Servidores Técnico-Administrativos de uma Universidade Federal. Os participantes do estudo são os Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina que trabalham no setor Superintendência de Orçamento. Os servidores, incluindo o(a) senhor(a), serão convidados a participar de grupo focal realizado de maneira remota, por meio da plataforma ZOOM, que terá o propósito de subsidiar a criação de um curso online sobre o orçamento da UFSC, para compreender quais são as expectativas quanto ao que será abordado no curso online e o que se considera necessário que seja ensinado, a fim de qualificar ainda mais o trabalho dos Técnico-Administrativos em Educação. A pesquisa terá como objetivo principal: desenvolver o protótipo de um curso no AVA Moodle sobre orçamento público, destinado aos Técnico-Administrativos em Educação da UFSC e que atuam com orçamento e finanças, com enfoque nos aspectos do orçamento da Universidade.

O(a) senhor(a), ao aceitar participar da pesquisa, deverá:

1. Participar do grupo focal online.

O grupo focal será realizado de maneira online, por meio da Plataforma ZOOM, no dia e horário combinado com os participantes. O(a) senhor(a) não terá despesas e não será remunerado(a) pela participação na pesquisa. Sua participação é opcional e representa riscos ou desconfortos mínimos. Como serão utilizados os grupos focais, existe o risco de o(a) senhor(a) se sentir inibido(a), desconfortável ou constrangido(a) ao expor suas ideias. Para amenizar tais riscos, será enfatizado que os participantes terão liberdade para deixar de responder qualquer pergunta, se assim desejarem. As identidades dos participantes serão confidenciais e será possível requisitar à pesquisadora que quaisquer comentários seus sejam apagados da transcrição. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas, como a publicação em dissertação e artigos científicos. Os benefícios e vantagens em participar desta pesquisa são indiretos, ao contribuir com criação do protótipo de um curso sobre o orçamento da UFSC, o qual futuramente poderá ser desenvolvido e oferecido aos servidores da instituição.

Em caso de dúvida, o(a) senhor(a) poderá procurar o professor orientador desta pesquisa, Professor Doutor Nilo Otani, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, pelo telefone (48) 3131-8820 ou no seguinte endereço: Rua Duarte Schutel, 99, Centro, Florianópolis/SC – Centro de Referência em Formação EAD, CEP 88015-640. A pesquisadora também poderá ser procurada, pelo telefone (48) 99667-3708, que estará disponível para esclarecimentos no horário das 8h às 12h. A pesquisadora e o orientador comprometem-se a cumprir as exigências da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Após ser esclarecido sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias – uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, não haverá nenhum tipo de penalidade.

Pesquisadora responsável:

Nome: _____

Assinatura: _____

CONSENTIMENTO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito(a) e declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: _____

Assinatura do(a) participante: _____

Telefone para contato: _____

APÊNDICE F – PLANO DE ENSINO

CURSO Conhecimentos em Orçamento Público Aplicados na UFSC

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

PÚBLICO-ALVO

Servidores técnico-administrativos da UFSC.

PRÉ-REQUISITOS

Ter acesso a um computador com conexão à internet.

MODALIDADE

EaD

Nº DE VAGAS

30

CARGA HORÁRIA

50 horas

PERÍODO DE REALIZAÇÃO – de XX/XX a XX/XX

DATA

XX/XX a XX/XX

HORÁRIO

Livre*

MODALIDADE

A Distância

LOCAL

Ambiente Virtual - Moodle

*Observadas as datas e horário de entrega das atividades no Ambiente Virtual da Aprendizagem - Moodle

MINISTRANTE

NOME

Juliana Novo Paçoola Yukimura

C/H

50 horas

RAMAL

4272

E-MAIL

Juliana.paçoola@ufsc.br

MINICURRÍCULO

Graduada em Administração e mestranda em Educação Profissional e Tecnológica. Atua há quatro anos como Administradora na Superintendência de Orçamento.

OBJETIVOS

DO CURSO

Apresentar aos servidores Técnico-Administrativos em Educação que atuam na UFSC, noções de orçamento público, a fim de que tenham compreensão básica do processo orçamentário da União e da Universidade.

EMENTA

- Ambientação;
- Introdução ao Orçamento Público;
- Receita e Despesa;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- O Orçamento da UFSC;
- Conhecimentos Técnicos.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO

- Apresentação do conteúdo por páginas do Moodle, vídeos e imagens;
- Fóruns de discussão;
- Atividades;
- Questionários;
- Glossário;
- Lições.

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

MÓDULO 1

Introdução ao Orçamento Público

Carga horária: 10h

OBJETIVO

Este módulo tem o objetivo de apresentar os conceitos iniciais sobre orçamento público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito de orçamento público;
- Princípios orçamentários;
- PPA, LDO e LOA;
- Ciclo orçamentário.

ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdo por meio de páginas do Moodle, material complementar, atividade glossário e fórum tira-dúvidas.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO

Atividade 1 – Glossário Colaborativo do Orçamento Público.

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

MÓDULO 2

Receita e Despesa

Carga horária: 10h

OBJETIVO

Apresentar os principais elementos do orçamento público: receitas e despesas. Detalhar as classificações das despesas públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito de receita;
- Conceito de despesa;
- Classificações das despesas.

ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdo por meio de páginas do Moodle, lição sobre classificação das despesas e fórum tira-dúvidas.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO

Atividade 2 – Plano de contas UFSC.

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

MÓDULO 3

Execução Orçamentária e Financeira

Carga horária: 10h

OBJETIVO

Apresentar as diferenças entre orçamento e financeiro. Entender o processo envolvido até a realização de uma compra ou pagamento de um serviço, o que envolve as etapas da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Compreensão sobre suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Execução orçamentária e execução financeira;
- Estágios da despesa
- Suprimento de fundos;
- Restos a pagar;
- Despesas de exercícios anteriores.

ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdo por meio de páginas do Moodle, questionário e fórum tira-dúvidas.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO

Atividade 3 – Questionário

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

MÓDULO 4

Execução Orçamentária e Financeira

Carga horária: 10h

OBJETIVO

Detalhar o orçamento da UFSC. Será abordado como é feita a proposta orçamentária da Universidade a ser encaminhada ao órgão setorial, o que é a matriz Andifes, a origem dos recursos da UFSC e como são utilizados, como é feita a distribuição orçamentária e o que é contingenciamento do orçamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Elaboração da proposta orçamentária;
- Matriz Andifes;
- Origem dos recursos da UFSC;
- Distribuição orçamentária na UFSC;
- Como os recursos são utilizados;
- Contingenciamento no orçamento da UFSC.

ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdo por meio de páginas do Moodle, questionário e fórum tira-dúvidas.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO

Atividade 4 – Questionário.

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

MÓDULO 5

Conhecimentos técnicos

Carga horária: 10h - módulo não obrigatório para obtenção de certificado

OBJETIVO

Expandir os conhecimentos sobre os principais programas utilizados na UFSC, bem como apresentar tutoriais sobre alguns procedimentos realizados no cotidiano dos TAEs que atuam com orçamento e finanças na UFSC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao SIAFI;
- Introdução ao SCDP;
- Introdução ao SARF/MATL;
- Distribuição orçamentária na UFSC;
- Procedimentos mais realizados.

ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdo por meio de páginas do Moodle, vídeos, atividade e fórum tira-dúvidas.

ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO

Atividade 5 – Atividade: exercite os procedimentos.

SISTEMA DE AVALIAÇÕES

As atividades serão avaliadas de acordo com os conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas ao longo do curso.

- **Conhecimento:** aferição do nível de desempenho do participante em relação ao saber o “quê” e “o porquê” - uma série de informações assimiladas e estruturadas pelo participante ao longo do curso. Na avaliação do conhecimento, recomenda-se observar tanto a qualidade do conteúdo quanto a clareza e a organização apresentadas pelos participantes.
- **Habilidade:** aferição do nível de desempenho do participante em relação ao saber como fazer (técnica) - saber executar as atividades, lidar com situações diversas e organizar o trabalho em equipe. Na avaliação da habilidade, recomenda-se observar clareza e a organização, as contribuições ao grupo e habilidades específicas, quando houver.
- **Atitude:** aferição do envolvimento do participante nas atitudes do saber “ser” e “conviver” - querer fazer, ter identidade e determinação, assumir responsabilidades, participação e pontualidade (verificando o prazo de entrega de atividades).

O aproveitamento final de cada participante será calculado de acordo com o aproveitamento alcançado em cada um dos critérios do quadro abaixo:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

ATIVIDADES	CONHECIMENTOS						PESO
	Qualidade do Conteúdo	HABILIDADES			ATITUDES		
		Clareza e Organização	Habilidade Específica	Contribuições ao Grupo	Quantidade de Participações	Pontualidade	
MÓDULO 1							25
Atividade 1 – Glossário Colaborativo do Orçamento Público	✓			✓	✓	✓	25
MÓDULO 2							25
Atividade 2 – Plano de Contas UFSC	✓		✓			✓	25
MÓDULO 3							25
Atividade 3 – Questionário			✓			✓	25
MÓDULO 4							25
Atividade 4 – Questionário			✓			✓	25
MÓDULO 5							0
Atividade 5 – Exercite os procedimentos	✓	✓			✓	✓	0
TOTAL							100

RECUPERAÇÃO DE APROVEITAMENTO

Não prevista.

CERTIFICAÇÃO

Para a obtenção do certificado, o participante deverá ter obtido **frequência igual ou superior a 75%** (setenta e cinco por cento) e **aproveitamento mínimo de 60%** (sessenta por cento) ao final do curso.

APÊNDICE G – ENCARTE DO PRODUTO EDUCACIONAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA (RFEPT)
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD DO INSTITUTO FEDERAL
DE SANTA CATARINA (CERFEaD/IFSC)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
EM REDE NACIONAL (PROFEPT)

JULIANA NOVO PACCOLA YUKIMURA

**CURSO ONLINE DE ORÇAMENTO PÚBLICO PARA OS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FEDERAL**

Florianópolis/SC

2021

PRODUTO EDUCACIONAL

Este documento tem como objetivo apresentar o protótipo de um curso no ambiente virtual de aprendizagem Moodle, destinado aos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) que atuam na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre orçamento público, com enfoque nos aspectos do orçamento da Universidade.

Para atingir este objetivo, foi realizada pesquisa documental, em que foram analisados dados orçamentários da instituição, obtidos por meio de relatórios e leis orçamentárias. Dados empíricos também foram coletados com os TAEs integrantes do quadro da UFSC, por meio de questionário aplicado com o apoio da ferramenta de formulários do Google Forms. O questionário teve como objetivo subsidiar a criação do curso online de orçamento público para os TAEs e, por meio dele, buscou-se entender o grau de interesse dos servidores Técnico-Administrativos em tal curso e o que, na percepção desses trabalhadores, é importante ser abordado.

Também foi realizado um grupo focal com os servidores que atuam na Superintendência de Orçamento e no Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC. Buscou-se compreender quais são as expectativas quanto ao que seria abordado no curso online e o que esses servidores percebiam como fundamental que fosse ensinado, a fim de qualificar o trabalho dos TAEs. Destaca-se que a metodologia PACO, criada por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (NERIS et al., 2007), serviu de guia para a criação do protótipo do curso, o qual será detalhado a seguir.

O protótipo do curso – Conhecimentos em Orçamento Público, aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina – foi desenvolvido no Moodle Grupos da UFSC, a qual possui duas variações do Moodle: o Moodle geral, que pode ser acessado pelo domínio <https://moodle.ufsc.br/>, utilizado para os cursos de Graduação e Pós-Graduação; e o Grupos Moodle, acessado em <https://grupos.moodle.ufsc.br> e adotado em cursos livres, de extensão, de capacitação para servidores, entre outros.

Ao acessar o protótipo do curso, o usuário terá uma visão geral dele, isto é, como o curso será desenvolvido em estudo posterior, com todos os materiais e atividades totalmente formulados. Considera-se que nesta dissertação, chegou-se o mais próximo possível do produto finalizado, uma vez que este protótipo é

considerado de alta fidelidade.

O curso divide-se em sete grandes blocos: o de início, seguido de cinco módulos e o de fechamento do curso, com avaliação de reação.

O primeiro bloco é o de boas-vindas, com a apresentação geral do curso e dois tópicos:

Primeiros Passos e Apresentação e Avisos.

O tópico Primeiros Passos contempla um arquivo de apresentação e tutorial do AVA Moodle, para que aqueles que não têm familiaridade com o AVA possam se situar e compreender sua utilização, para melhor aproveitamento do curso. Este tópico também é composto por um arquivo com o plano de ensino do curso, responsável por apresentar seus objetivos, ementa, conteúdo programático de cada módulo e carga horária.

Já o tópico Apresentação e Avisos, é formado pelo Fórum: Apresentando-se aos colegas, por meio do qual os participantes poderão se apresentar e conhecer os demais envolvidos – ferramenta que objetiva tornar o ambiente virtual mais aconchegante para todos. O tópico também abarca o fórum Avisos, para que os ministrantes possam disponibilizar notícias sobre o curso, datas, lembretes, dentre outras mensagens importantes. Finalizando este tópico, ficam disponíveis os contatos dos ministrantes do curso, a fim de permitir que os participantes possam enviar mensagens diretamente a seus tutores.

A Figura 1, demonstra a visualização, no protótipo, do módulo de boas-vindas, conforme segue.

Figura 20 – Página inicial do protótipo do curso com painel de navegação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Moodle Grupos Juliana Novo Paçola

Conhecimentos em Orçamento Público aplicados na UFSC

Painel » Meus cursos » Conhecimentos em Orçamento Público aplicados na UFSC

Ativar edição

Seu progresso

NAVEGAÇÃO

Painel

- » Página inicial do site
- » Páginas do site
- » Meus cursos

ADMINISTRAÇÃO

- » Administração do curso
 - » Editar configurações
 - » Ativar edição
 - » Conclusão de curso
 - » Usuários
 - » Filtrar
 - » Relatórios
 - » Configuração do Livro de Notas
 - » Resultado da aprendizagem
 - » Emblemas
 - » Backup
 - » Restaurar
 - » Importar
 - » Reconfigurar
 - » Banco de questões
 - » Repositórios

Conhecimentos em Orçamento Público aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina

CONHECIMENTOS EM ORÇAMENTO PÚBLICO

Aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina

SEJAM BEM-VINDOS!

Este curso é uma iniciativa da Superintendência de Orçamento.

Seu objetivo principal consiste em ampliar os conhecimentos de todos os Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC sobre o Orçamento Público. Também adentraremos nos aspectos que envolvem o funcionamento do orçamento na Universidade Federal de Santa Catarina.

Primeiros passos

- » Apresentação e Tutorial do AVA - Moodle
- » Plano de Ensino

Apresentação e avisos

- » Fórum: Apresentando-se aos colegas
- » Avisos
- » Contato dos ministrantes

Fonte: Dados primários (2021).

Para melhor visualização da página, apresenta-se a Figura 2, a seguir:

Figura 21 – Página inicial do protótipo do curso

Conhecimentos em Orçamento Público aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina

Seu progresso

CONHECIMENTOS EM ORÇAMENTO PÚBLICO

Aplicados na Universidade Federal de Santa Catarina

SEJAM BEM-VINDOS!

Este curso é uma iniciativa da Superintendência de Orçamento.

Seu objetivo principal consiste em ampliar os conhecimentos de todos os Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC sobre o Orçamento Público. Também adentraremos nos aspectos que envolvem o funcionamento do orçamento na Universidade Federal de Santa Catarina.

Primeiros passos

- » Apresentação e Tutorial do AVA - Moodle
- » Plano de Ensino

Apresentação e avisos

- » Fórum: Apresentando-se aos colegas
- » Avisos
- » Contato dos ministrantes

Fonte: Dados primários (2021).

No próximo bloco, tem-se o Módulo 1, intitulado Introdução ao Orçamento Público, cujo principal objetivo é introduzir os conceitos iniciais sobre orçamento público. Este módulo está dividido em: Materiais de estudo, Atividade avaliativa,

Material complementar e Plantão tira-dúvidas, conforme a Figura 3, a seguir:

Figura 22 – Módulo 1: Introdução ao Orçamento Público

Módulo 1 - Introdução ao Orçamento Público

O orçamento público é um instrumento de gestão de extrema importância na administração pública. É por meio dele que o governo organiza os recursos financeiros do Estado, ao estimar receitas e fixar despesas. Neste módulo iremos abordar: o conceito de orçamento público, os princípios orçamentários, os instrumentos de planejamento da Administração Pública (PPA, LDO e LOA) e o ciclo orçamentário. Após a conclusão dos tópicos, te convidamos a inserir no glossário colaborativo três termos aprendidos no módulo. Sinta-se a vontade para navegar no material complementar e verificar como são publicadas as leis orçamentárias.

Seu progresso ⓘ

Material	Progresso
Materiais de estudo	
Conceito Orçamento Público	☐
Princípios Orçamentários	☐
Plano Plurianual - PPA	☐
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	☐
Lei Orçamentária Anual - LOA	☐
Ciclo Orçamentário	☐
Atividade avaliativa	
Glossário Colaborativo do Orçamento Público	☐
Material complementar	
PPA vigente	☐
LDO vigente	☐
LOA vigente	☐
LOA - Detalhamento das Ações	☐
LOA - Detalhamento das Ações (Orçamento Condicionado)	☐
Plantão tira-dúvidas	
Fórum tira-dúvidas: módulo 1	☐

Fonte: Dados primários (2021).

Nos Materiais de estudo, pode-se observar que há divisão do conteúdo em tópicos por meio de páginas do Moodle, nas quais serão desenvolvidos o conteúdo essencial sobre cada tópico. Os tópicos de Materiais de estudo escolhidos para este módulo são: Conceito de Orçamento Público, Princípios Orçamentários, Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Ciclo Orçamentário.

O tópico Atividade avaliativa, contém o item Glossário Colaborativo do Orçamento Público, no qual os participantes terão que incluir três termos relacionados a orçamento público aprendidos durante o curso.

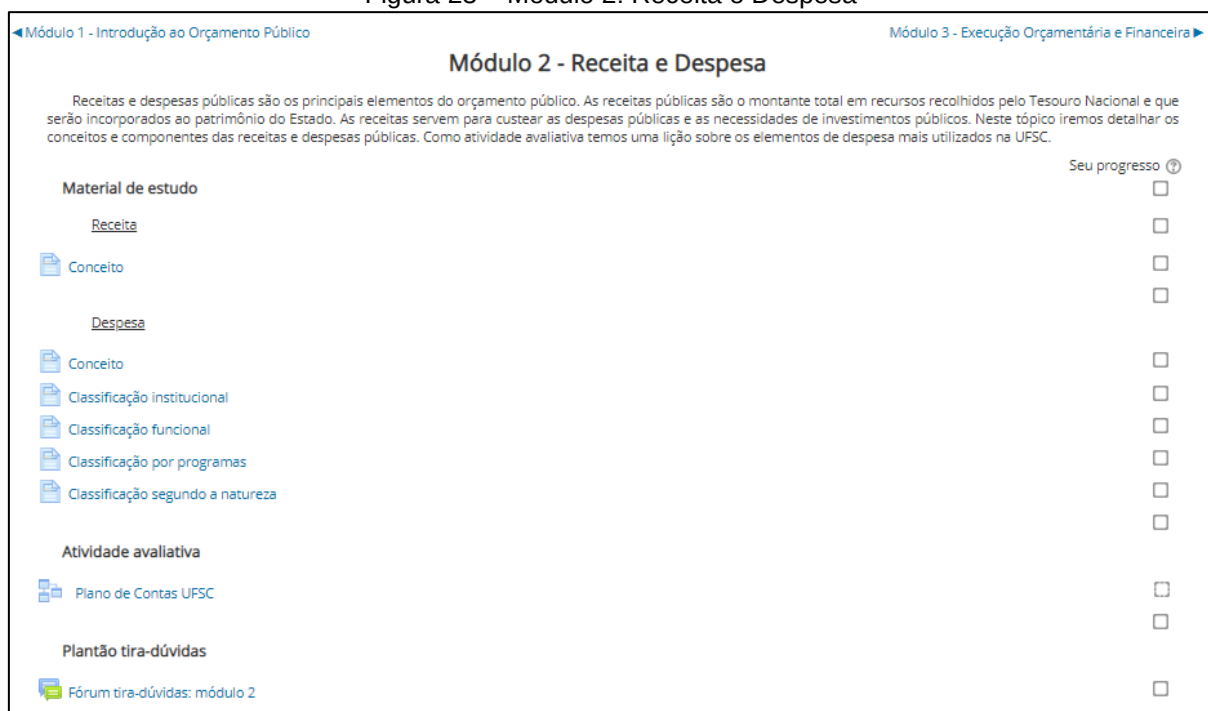
No Módulo 1, há também o material complementar, o qual se optou por disponibilizar via links da web que direcionam à página do Ministério da Economia, para que os participantes naveguem pelo PPA, LDO e LOA vigentes. Desta forma, aqueles que desejarem, poderão observar como essas leis orçamentárias são estruturadas e publicadas. Neste módulo, também ficam disponíveis os dois arquivos

com detalhamento das ações da LOA dos órgãos do Poder Executivo e Ministério da Educação, o que viabiliza a localização das páginas em que constam o orçamento detalhado da UFSC e de outros órgãos.

O Módulo 1 é encerrado com o último tópico, Plantão tira-dúvidas, no qual consta disponível o Fórum tira-dúvidas: Módulo 1, para que os participantes postem suas dúvidas e obtenham respostas a partir da interação com os ministrantes do curso.

No bloco seguinte, há o Módulo 2, intitulado Receita e Despesa, cujo objetivo principal é apresentar os elementos – receitas e despesas públicas – centrais para o entendimento do orçamento público. Para tanto, o Módulo 2 está dividido em três tópicos: Materiais de estudo, Atividade avaliativa e Fórum tira-dúvidas, como pode ser observado na Figura 4, a seguir:

Figura 23 – Módulo 2: Receita e Despesa



Fonte: Dados primários (2021).

Os Materiais de estudo estão divididos em dois subtópicos: Receita e Despesa. Em Receita, é apresentado o conceito de receita pública, enquanto o subtópico Despesa é um pouco mais detalhado, pois além do conceito, também são apresentadas as classificações das despesas públicas. Decidiu-se aprofundar mais nas despesas públicas que nas receitas, em razão dessa necessidade ter sido apontada pelos participantes do questionário, assim como se considera importante que os TAEs saibam a classificação correta das despesas. Pois, no cotidiano de

trabalho de alguns deles, é necessário realizar solicitações de empenho, sendo necessário atribuir a natureza correta a cada despesa.

O tópico Atividade avaliativa apresenta o item Plano de Contas UFSC, que se trata de uma lição em que são descritas as despesas mais utilizadas na Universidade, segundo a sua natureza. Em cada página da lição, haverá a descrição detalhada de cada uma delas, em que consta ao que se relaciona cada dígito, bem como sua especificação, conforme a Figura 5, a seguir:

Figura 24 – Atividade avaliativa do Módulo 2

Plano de Contas UFSC

339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Classificação: 3.3.90.39

1º dígito: 3 - categoria econômica	Despesas correntes
2º dígito: 3 - grupo da despesa	Outras despesas correntes
3º e 4º dígitos: 90 - modalidade de aplicação da despesa	Aplicações diretas
5º e 6º dígitos: 39 - elemento da despesa	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

REGISTRA O VALOR DAS APROPRIAÇÕES DAS DESPESAS COM OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA:

Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica; gás; água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, Correios etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação; impressão; encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-transporte; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia móvel e celular; e outros congêneres.

◀ Plano de Contas UFSC Seguir para... Fórum tira-dúvidas: módulo 2 ▶

Fonte: Dados primários (2021).

Ao avançar, o participante será levado a outra página, na qual poderá estudar sobre as outras despesas e, ao longo da lição, irá se deparar com perguntas que deverão ser respondidas para poder prosseguir, como pode ser observado na Figura 6.

Figura 25 – Exemplo de questão da Atividade avaliativa do Módulo 2

Plano de Contas UFSC

Visualizar | Editar | Relatórios | Avaliar dissertações

As diárias a colaborador eventual, por serem diárias compreendem a classificação 339014 - DIÁRIAS PESSOAL CIVIL.

☐ FALSO
☐ VERDADEIRO

Enviar

Classificação segundo a natureza | Seguir para... | Fórum Tira-dúvidas: Módulo 2

Fonte: Dados primários (2021).

Ressalta-se que por se tratar de um protótipo, não está sendo apresentado o design final desta lição, o qual será melhorado e mais atraente quando o curso for totalmente desenvolvido. Por fim, o Módulo 2 é encerrado com o último tópico, Plantão tira-dúvidas, em que fica disponível o Fórum tira-dúvidas: Módulo 2 – espaço de troca de informações e dúvidas acerca do que foi estudado no módulo.

Prosseguindo, o Módulo 3, intitulado Execução Orçamentária e Financeira, está organizado em três tópicos: Materiais de estudo, Atividade avaliativa e Plantão tira-dúvidas, como pode ser observado na Figura 7, a seguir.

Figura 26 – Módulo 3: Execução Orçamentária e Financeira

Módulo 3 - Execução Orçamentária e Financeira

É comum a confusão entre execução orçamentária e execução financeira e entre créditos e recursos. Nesta unidade iremos entender as diferenças e também entender o processo envolvido até a realização de uma compra ou pagamento de um serviço, o que envolve as etapas da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Além disso, também trataremos sobre suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

Seu progresso ⓘ

Materiais de estudo

- Execução orçamentária x execução financeira

Estágios da Despesa

- Empenho
- Liquidação
- Pagamento
- Suprimento de fundos
- Restos a pagar
- Despesas de exercícios anteriores

Atividade avaliativa

- Questionário
- Plantão tira-dúvidas
- Fórum tira-dúvidas: módulo 3

Fonte: Dados primários (2021).

Seu principal objetivo é esclarecer as diferenças entre a execução orçamentária e a execução financeira, que coexistem na contabilidade pública. Além disso, serão introduzidos os conceitos referentes aos estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento. A intenção é não apenas abordar os conceitos, mas também os relacionar à prática na UFSC, explicando brevemente como são realizados esses procedimentos e quem são os responsáveis por eles na instituição. Este módulo ainda aborda conteúdos sobre Suprimento de fundos, Restos a pagar e Despesas de exercícios anteriores.

O tópico Atividade avaliativa apresenta o item Questionário, com a apresentação de questões sobre o que foi estudado no módulo, com o objetivo de auxiliar os participantes a fixar o conteúdo e testar os conhecimentos obtidos no módulo.

O Módulo 3 é encerrado com o último tópico, Plantão tira-dúvidas, que contempla o Fórum tira-dúvidas: Módulo 3, espaço de troca de informações e dúvidas acerca do que foi estudado no módulo.

Prosseguindo na sequência dos módulos, o Módulo 4, intitulado O Orçamento da UFSC, está organizado em três tópicos: Materiais de estudo, Atividade avaliativa e Plantão tira-dúvidas, como pode ser observado na Figura 8.

Figura 27 – Módulo 4: O Orçamento da UFSC

Módulo 4 - O Orçamento da UFSC	
O objetivo deste módulo é o de detalhar o orçamento da UFSC. Iremos abordar como é feita a proposta orçamentária da Universidade a ser encaminhada ao órgão setorial, o que é a matriz ANDIFES, a origem dos recursos da UFSC e como são utilizados, como é feita a distribuição orçamentária e o contingenciamento do orçamento.	
Materiais de estudo	Seu progresso (?)
Elaboração da proposta orçamentária	☐
 Fluxograma PLOA	☐
Matriz Andifes	☐
 O que é a Matriz Andifes?	☐
Origem dos recursos da UFSC	☐
 Recursos do Tesouro	☐
 Emendas parlamentares	☐
 Recursos próprios	☐
Distribuição orçamentária na UFSC	☐
 Matriz de alocação de recursos orçamentários na UFSC	☐
 Duodécimo	☐
 Como os recursos são distribuídos na UFSC: a nota de dotação (ND)	☐
De que forma os recursos da UFSC são utilizados?	☐
 Despesas obrigatórias: pessoal, encargos sociais e benefícios sociais	☐
 Despesas discricionárias: custeio e capital	☐
 Histórico orçamentário UFSC	☐
Contingenciamento no orçamento da UFSC	☐
 Orçamento condicionado	☐
 Bloqueios no orçamento	☐
 Limites de empenho	☐
Atividade avaliativa	
 Questionário	☐
Plantão tira-dúvidas	
 Fórum tira-dúvidas: módulo 4	☐

Fonte: Dados primários (2021).

O principal objetivo do Módulo 4 é apresentar aos participantes alguns aspectos importantes do orçamento da UFSC. Para isso, os Materiais de estudo foram divididos nos subtópicos: Elaboração da proposta orçamentária, Matriz Andifes, Origem dos recursos da UFSC, Distribuição orçamentária na UFSC, De que forma os recursos são utilizados e Contingenciamento no orçamento da UFSC.

O subtópico Elaboração da proposta orçamentária contém o item Fluxograma PLOA, no qual será abordado como se dá o processo de elaboração do projeto de lei orçamentária anual e como é elaborada a proposta orçamentária da UFSC, que é uma Unidade Orçamentária vinculada ao MEC (Órgão Setorial).

No subtópico Matriz Andifes, há o item O que é a matriz Andifes? – que abordará o que é a matriz, quando e por que foi adotada, assim como é feito o cálculo para a distribuição de orçamento de OCC para as IFES.

O subtópico Origem dos recursos da UFSC contém os itens: Recursos do Tesouro, Emendas Parlamentares e Recursos Próprios. Nele, será explicado sobre as fontes dos recursos da UFSC, que são os recursos do Tesouro e os recursos diretamente arrecadados (recursos próprios). Também será tratado sobre as emendas parlamentares, que são verbas que integram a LOA, destinadas por eles, para financiar algumas ações ou obras na Universidade.

O subtópico Distribuição orçamentária na UFSC, contém os itens: Matriz de alocação de recursos orçamentários da UFSC, que conterà conteúdo sobre a matriz utilizada pela Universidade para distribuir recursos às unidades administrativas e acadêmicas; Duodécimo, que explicará o que é o duodécimo repassado às unidades da UFSC e a que se destina; Como os recursos são distribuídos na UFSC: a nota de dotação (ND) tem por objetivo explicar o que é a ND feita pela SO quando realiza transferência de créditos orçamentários entre rubricas e unidades da UFSC.

No subtópico, De que forma os recursos da UFSC são utilizados? – são abordadas as despesas obrigatórias, despesas discricionárias e o histórico orçamentário da UFSC, indicando como os recursos da Universidade têm sido utilizados ao longo dos anos e o montante total que vem sendo recebido. Para isso, este subtópico possui os itens: Despesas obrigatórias: pessoal, encargos sociais e benefícios sociais, Despesas discricionárias: custeio e capital e Histórico orçamentário UFSC.

O subtópico Contingenciamento no orçamento da UFSC contempla os itens: Orçamento condicionado, Bloqueios no orçamento e Limites de empenho. Estes três itens tratam das formas de limitar a utilização dos recursos da instituição.

O tópico Atividade avaliativa contém o item Questionário, no qual serão apresentadas questões sobre o que foi estudado no módulo, com o objetivo de auxiliar os participantes a fixar o conteúdo e testar os conhecimentos obtidos no módulo.

O Módulo 4 é encerrado com o último tópico Plantão tira-dúvidas, com o Fórum tira-dúvidas: Módulo 4, para que haja interação entre os participantes que tenham dúvidas e os instrutores do curso.

Na sequência dos blocos, o Módulo 5 é o último módulo do protótipo, intitulado Módulo Técnico, está organizado em três tópicos; Materiais de estudo, Atividade

avaliativa e Plantão tira-dúvidas. Este módulo é direcionado aos servidores que atuam diretamente com orçamento e finanças na UFSC, não sendo, portanto, obrigatório para todos os inscritos no curso.

Figura 28 – Módulo 5: Módulo Técnico

Módulo 5 - Módulo Técnico

Este módulo é dedicado principalmente àqueles que atuam com orçamento e finanças nas unidades acadêmicas e administrativas da UFSC. O objetivo deste módulo é expandir os conhecimentos sobre os principais programas utilizados na UFSC, bem como apresentar tutoriais sobre alguns procedimentos realizados no cotidiano destes profissionais. Assim, o módulo não é obrigatório para todos os alunos, porém todos que desejarem conhecer um pouco mais sobre o tema podem se sentir à vontade para realizar o módulo técnico.

Seu progresso ?

Material de estudo	☐
<u>SIAFI</u>	☐
 SIAFI	☒
<u>SCDP</u>	☐
 Introdução ao SCDP	☐
<u>SARF e MATL</u>	☐
 Introdução aos programas	☐
<u>Procedimentos mais realizados</u>	☐
 Como solicitar transferência de recursos à SO/SEPLAN via SPA	☐
 Primeira emissão de diárias e passagens internacionais no ano	☐
 Primeira liberação de diária de colaborador eventual ou não-servidor no ano	☐
 Como verificar o saldo de diárias e passagens da unidade no SCDP	☐
 Como verificar o saldo orçamentário disponível para empenho no SARF/MATL	☐
 Como verificar o extrato de movimentação orçamentária no SARF/MATL	☐
 Como consultar o saldo das cotas no SARF/MATL	☐
Atividade avaliativa	☐
 Exercite os procedimentos	☐
Plantão tira-dúvidas	☐
 Fórum tira-dúvidas: módulo 5	☐

Fonte: Dados primários (2021).

Para os Materiais de estudo deste módulo, foi planejado apresentar os três programas utilizados na execução orçamentária e financeira da UFSC: SIAFI, SCDP e SARF/MATL. O item SIAFI, diferente dos demais, não será apresentado por meio de página do Moodle, mas por uma lição. Além dos subtópicos SIAFI, SCDP e SARF/MATL, foi planejado um subtópico intitulado Procedimentos mais realizados, em que serão explicados e demonstrados, com texto e vídeos curtos, procedimentos importantes que são realizados no cotidiano de quem atua com orçamento e finanças na UFSC, tais como: Como solicitar transferência de recursos à SO/SEPLAN via Sistema de Processos Administrativos (SPA), Primeira emissão de diárias e

passagens internacionais no ano, primeira liberação de diária de colaborador eventual ou não-servidor no ano, Como verificar o saldo de diárias e passagens da unidade no SCDP, Como verificar o saldo orçamentário disponível para empenho no SARF/MATL, Como verificar o extrato de movimentação orçamentária no SARF/MATL e Como consultar o saldo das cotas no SARF/MATL.

O tópico Atividade avaliativa contém o item Exercite os procedimentos, que consiste em uma tarefa em que será solicitado aos participantes que pratiquem alguns procedimentos, como a consulta de saldos no SARF/MATL e SCDP, assim como a criação de uma solicitação no SPA para requerer a transferência de recursos. Para a comprovação da realização da atividade, será requerido que eles publiquem a imagem da tela do programa (*print screen*). O protótipo da atividade pode ser observado na Figura 10, a seguir.

Figura 29 – Atividade avaliativa do Módulo 5

The screenshot shows the Moodle interface for the activity 'Exercite os procedimentos'. The header includes the UFSC logo and the course name. The left sidebar shows navigation options like 'Painel', 'Página inicial do site', 'Páginas do site', and 'Meus cursos'. The main content area displays the activity title and instructions: 'Nesta atividades queremos que você exercite os procedimentos aprendidos:'. It lists three tasks: 'Crie uma solicitação no SPA para solicitar transferência de recursos;', 'Confira o saldo de diárias o SCDP', and 'Confira o saldo de material de consumo no MATL'. Below the instructions, it says 'Tire um printscreen e publique na atividade para receber a nota.' A table titled 'Status de envio' shows the submission status: 'Status de envio' is 'Nenhuma tentativa', 'Status da avaliação' is 'Não há notas', 'Data de entrega' is 'Sunday, 25 Jul 2021, 00:00', 'Tempo restante' is '7 dias 3 horas', 'Última modificação' is '-', and 'Comentários sobre o envio' is 'Comentários (0)'.

Status de envio	
Status de envio	Nenhuma tentativa
Status da avaliação	Não há notas
Data de entrega	Sunday, 25 Jul 2021, 00:00
Tempo restante	7 dias 3 horas
Última modificação	-
Comentários sobre o envio	Comentários (0)

Fonte: Dados primários (2021).

O Módulo 5 é encerrado com o último tópico Plantão tira-dúvidas, com o Fórum tira-dúvidas: Módulo 5, que ficará disponível para que os participantes tirem dúvidas sobre qualquer assunto que tenha sido abordado no módulo.

Por fim, o curso é finalizado com Avaliação de Reação, que possui uma enquete com o objetivo de verificar a percepção dos participantes a respeito de suas experiências de aprendizagem durante o curso.

Figura 30 – Avaliação de reação

[◀ Módulo 5 - Módulo Técnico](#)

Avaliação de Reação

Solicitamos a sua participação no preenchimento do Formulário de Avaliação de Reação do Curso. Para sabermos se o curso que você acaba de fazer atendeu aos objetivos a que se propôs, ou se precisa ser reformulado ou aperfeiçoado em alguns pontos, precisamos colher suas opiniões a respeito do mesmo.

Contribua preenchendo todos os quesitos do presente questionário, não existe resposta certa ou errada.

Somos gratos por sua importante participação!

 Avaliação de Reação do Curso

Seu progresso 


Fonte: Dados primários (2021).

REFERÊNCIAS

NERIS, Vânia P. de Almeida; et al. PACO – A Framework for Planning Learning Activities Supported by Computers. *In: Simpósio Brasileiro De Informática Na Educação (SBIE)*, 18., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: Mackenzie, 2007.